



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA E MATEMÁTICA APLICADA
GRADUAÇÃO EM ESTATÍSTICA

ALDEVINO GOMES

CONTEXTO HISTÓRICO E ANÁLISE MACROECONÔMICA DA GUINÉ-BISSAU

FORTALEZA

2019

ALDEVINO GOMES

CONTEXTO HISTÓRICO E ANÁLISE MACROECONÔMICA DA GUINÉ-BISSAU

Monografia de Bacharelado apresentada à Coordenação da Graduação do Curso de Estatística, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Estatística.

Orientador: Prof. Dr. Gualberto Segundo Agamez Montalvo.

FORTALEZA
2019

ALDEVINO GOMES

CONTEXTO HISTÓRICO E ANÁLISE MACROECONÔMICA DA GUINÉ-BISSAU

Monografia de Bacharelado apresentada à
Coordenação da Graduação do Curso de Es-
tatística, da Universidade Federal do Ceará,
como requisito parcial para a obtenção do Título
de Bacharel em Estatística.

Aprovada em 14/01/2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gualberto Segundo Agamez Montalvo
(Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Luis Gustavo Bastos Pinho
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Dr^a. Maria Jacqueline Batista
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca do Curso de Matemática

-
- G612c Gomes, Aldevino.
Contexto Histórico e Análise Macroeconômica da Guiné-Bissau / Aldevino Gomes. – Fortaleza, 2019.
88.:il.
- Monografia (bacharelado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Departamento de Estatística e Matemática Aplicada, Fortaleza, 2019.
- Orientação: Prof. Dr. Gualberto Segundo Agamez Montalvo.
1. Guiné-Bissau. 2. Análise Estatística. 3. Macroeconomia. 4. Fatores Históricos. 5. UEMOA. I. Título.

CDD: 519.5

Dedico este trabalho ao meu filho A. M. Gomes,
à minha avó Dunha da Silva (*in memorial*) e para
Inácia Spencer Gomes (*in memorial*) e a todos
que fizeram esse sonho se tornar uma realidade.

Este é para ti meu jovem, diz vou a luta pelos meus sonhos!...

A idade cronológica é apenas um sinal importante - A maturidade emocional é outro, igualmente importante, é a raiz do pensamento ligado à experiência de vida e de conhecimento apreendido, que muitas vezes oculta ou ocultadas, mas, vale o que vale, porque na verdade não se medem aos palmos, não se comparam, é somente experiência única de cada indivíduo, de acordo com os seus objetivos traçados no processo das conquistas e “batalhas”...

Insisto e não desisto – é o estado de espírito - posso até mudar, mas se valer a pena, mudo - de burro, para Cavalo – o contrário nunca, seria menos bom!

Lutarei sempre por aquilo que gosto muito, amo e, darei o meu suor como vencedor, a curto, médio ou longo prazo, o que interessa mesmo é, VENCER.

Conquistar o meu “troféu”, e poder gritar já na meta - VALEU.

Filomeno de Pina

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G), que oferece oportunidades de formação superior a cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais. Desenvolvido pelo Ministério das Relações Exteriores e da Educação, em parceria com as universidades públicas.

Ao Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES), pelo auxílio financeiro que a mim foi concedido durante parte da minha formação.

À Universidade Federal do Ceará, a seu corpo docente e administrativo, assim como a sua direção que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, pela confiança no mérito e ética aqui presente.

Ao meu orientador professor Dr. Gualberto Segundo Agamez Montalvo, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos.

Aos meus pais, meus irmãos e meus familiares em geral, pelo incentivo e apoio incondicional.

Aos meus professores Dr. João Maurício Araújo Mota, Dr^a. Ana Maria Sousa de Araújo e a professora Dr^a. Maria Jacqueline Batista.

Ao meu amigo Eliésio de Lima Barbosa.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação.

Agradeço também a minha excelentíssima lusa, Giselle dos Santos Castro.

RESUMO

Guiné-Bissau é um país abundante em recursos naturais que ainda encontram-se não exploradas. Sua economia concentra-se mais no setor agrícola, principalmente, na exportação de castanha de caju. Sua inserção na União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) teve como objetivo principal garantir sua estabilidade econômica. No entanto, a instabilidade política prevaleceu, sendo um obstáculo para uma mudança positiva e progressiva da economia do país. Esse fato, como outros que também comprometeram o desenvolvimento da Guiné-Bissau, foram consequências prolongadas da era colonial, intrinsecamente conectados à Conferência de Berlim, que violou os aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e históricos característicos dos nativos da África em prol dos interesses exclusivos dos europeus. Com o intuito de descrever o quadro macroeconômico atual da Guiné-Bissau, uma análise estatística das principais variáveis relacionadas com a economia do país é feita neste trabalho, assim como uma descrição de seu enquadramento econômico frente à UEMOA.

Palavras-chave: Guiné-Bissau. Análise Estatística. Macroeconomia. Fatores Históricos. UEMOA.

ABSTRACT

Guinea-Bissau is a rich country in natural resources that still no explored. Its economy is more concentrated in the agricultural sector, mainly in the export of cashew nuts. Its main purpose in the West African Economic and Monetary Union (WAEMU) was to guarantee its economic stability. However, the political instability prevailed, being an obstacle for a positive and progressive change in country's economy. This fact, like others that have also compromised Guinea-Bissau's development, were prolong consequences, intrinsically connected to the Berlin Conference, which violated the social, cultural, political, economic and historical aspects characteristic of the natives of Africa in favor of interests of Europeans. In order to describe Guinea-Bissau's current macroeconomic framework, a statistical analysis of the main variables related to the country's economy is made in this paper, as well as a description of its economic environment against WAEMU.

Keywords: Guinea-Bissau. Statistical Analysis. Macroeconomic. Historical Factors. WAEMU.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tabela de densidade demográfica das regiões de Guiné-Bissau.	58
Tabela 2 – Diferença das proporções populacionais entre 1991 - 1979 (%) e 2009 - 1991(%).	59
Tabela 3 – Dados referente a taxa de crescimento do PIB e PIB real de Benin.	68
Tabela 4 – Dados referente a taxa de crescimento do PIB e PIB real de Burkina Faso. . .	69
Tabela 5 – Dados referente a taxa de crescimento do PIB e PIB real de Costa do Marfim.	70
Tabela 6 – Dados referente a taxa de crescimento do PIB e PIB real da Guiné-Bissau. . .	71
Tabela 7 – Dados referente a taxa de crescimento do PIB e PIB real do Mali.	72
Tabela 8 – Dados referente a taxa de crescimento do PIB e PIB real do Níger.	73
Tabela 9 – Dados referente a taxa de crescimento do PIB e PIB real do Senegal.	74
Tabela 10 –Dados referente a taxa de crescimento do PIB e PIB real de Togo.	75
Tabela 11 –Exportação (% do PIB), importação (% do PIB) e PIB real (US\$ constante 2010) dos países do UEMOA.	76
Tabela 12 –Taxa de câmbio CFA (XOF/US\$, média anual), terra cultivável (% área territo- rial) e dívida externa (DOD, US\$ atual).	77
Tabela 13 –PIB, ótica de produção (Em milhões de Franco CFA à preço corrente de 2005).	78
Tabela 14 –Evolução das exportações, por tipo de produto (milhões de Franco CFA à preço corrente de 2005).	78
Tabela 15 –Estrutura de importação, por tipo de produto (milhões de Franco CFA à preço corrente de 2005).	79

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização da Guiné-Bissau no globo terrestre.	15
Figura 2 – Divisão do continente africano em cinco regiões principais: África do Norte (Saara), Ocidental, Central, Oriental e Meridional.	16
Figura 3 – Localização dos grandes reinos de Gana, Mali e Songhai.	18
Figura 4 – Localização de Kivu, Ruanda, Burundi e Buaya (este último trata-se de uma área ao longo do lado oeste do Lago Vitória), ao nordeste da Tanzânia.	19
Figura 5 – O ambicioso mapa “cor-de-rosa” traçado pelos portugueses.	24
Figura 6 – A partilha do continente africano definida na Conferência de Berlim.	25
Figura 7 – Em destaque, os países membros da UEMOA.	32
Figura 8 – Densidade demográfica de a) 1979; b) 1991; c) 2009.	57
Figura 9 – Diferença das proporções populacionais entre a) 1991 - 1979 (%) e b) 2009 - 1991 (%).	59

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Estimativa das exportações de escravos do continente africano (1500-1700).	23
Gráfico 2 – Taxa de crescimento do PIB (% anual – Benin).	36
Gráfico 3 – Taxa de crescimento do PIB (% anual – Burkina Faso).	37
Gráfico 4 – Taxa de crescimento do PIB (% anual – Costa do Marfim).	38
Gráfico 5 – Taxa de crescimento do PIB (% anual – Guiné-Bissau).	39
Gráfico 6 – Taxa de crescimento do PIB (% anual – Mali).	40
Gráfico 7 – Taxa de crescimento do PIB (% anual – Níger).	41
Gráfico 8 – Taxa de crescimento do PIB (% anual – Senegal).	42
Gráfico 9 – Taxa de crescimento do PIB (% anual – Togo).	43
Gráfico 10 – Crescimento anual do PIB da UEMOA.	44
Gráfico 11 – Potencialidade econômica dos países da UEMOA (PIB US\$ bilhões).	46
Gráfico 12 – Contribuição da Guiné-Bissau na UEMOA.	46
Gráfico 13 – Corrente comercial dos países da UEMOA.	47
Gráfico 14 – Balança comercial dos países da UEMOA.	48
Gráfico 15 – Taxa de câmbio XOF/US\$.	49
Gráfico 16 – Contribuição para o PIB por setor de produção.	50
Gráfico 17 – Contribuição para o setor primário por atividade.	51
Gráfico 18 – Contribuição para o setor secundário por atividade.	52
Gráfico 19 – Contribuição para o setor terciário por atividade.	52
Gráfico 20 – Estrutura das exportações.	53
Gráfico 21 – Estrutura das importações.	54
Gráfico 22 – Dívida desembolsada e pendente (DOD, do inglês <i>Disbursed and outstanding debt</i>) da Guiné-Bissau.	55
Gráfico 23 – Área territorial da Guiné-Bissau voltada para a agricultura.	56

LISTA DE SIGLAS

ANP	Assembleia Nacional Popular
BAO	Banco da África Ocidental
BCEAO	Banco Central dos Estados da África Ocidental
BDU	Banco para o Desenvolvimento da União
BM	Banco Mundial
BRS	Banco Regional de Solidariedade
CEDEAO	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
CEMGFA	Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas
CFA	Comunidade Financeira Africana
CI	Comissão de Inquérito
CONCP	Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas
CPLP	Comunidade dos Países da Língua Portuguesa
CTPD	Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento
DOD	Dívida Desembolsada e Pendente (do inglês <i>Disbursed and Outstanding Debt</i>)
FIDES	Fundo de Investimento para o Desenvolvimento e Social
FLING	Frente da Libertação para Independência Nacional da Guiné
FMI	Fundo Monetária Internacional
FRAIN	Frente Revolucionário Africana para Independência Nacional
JM	Junta Militar
HIPC	Países Pobres Altamente Endividado (do inglês <i>Heavily Indebted Poor Countries</i>)
MFA	Movimento das Forças Armadas
MING	Movimento para Independência Nacional da Guiné
MLG	Movimento para Libertação da Guiné
MNG	Movimento Nacional da Guiné
ONU	Organização das Nações Unidas
PAICV	Partido Africano para Independência de Cabo Verde
PAIGC	Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde
PCP	Partido Comunista Português
PIB	Produto Interno Bruto
UEMOA	União Econômica e Monetária do Oeste Africano

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	HISTÓRIA ECONÔMICA DA ÁFRICA PRÉ-COLONIAL	16
2.1	Características Comerciais e Econômicas	16
2.2	Influência Muçulmana na Estruturação Econômica da África	20
3	PARTILHA DA ÁFRICA E A DOMINAÇÃO PORTUGUESA	22
3.1	Conferência de Berlim e suas Consequências	23
3.2	Dominação da África pelos Portugueses	25
3.3	Conquista de Território da Atual Guiné-Bissau	27
3.4	Fim da Presença Portuguesa na África	28
4	PÓS-INDEPENDÊNCIA – A ERA DEMOCRÁTICA	30
4.1	Cidade de Bissau como Prioridade	30
4.2	Era Democrática	31
4.3	Inserção na UEMOA	31
4.4	Conflito Político Militar de 1998 a 1999	33
5	MACROECONOMIA – GUINÉ-BISSAU E A UEMOA	35
5.1	Taxa de Crescimento Anual do PIB	35
5.2	Economia da UEMOA e o enquadramento de Guiné-Bissau	44
5.3	Balança e Corrente Comercial	47
5.4	Taxa de Câmbio – Franco CFA	49
5.5	Estrutura Econômica da Guiné-Bissau	50
5.5.1	PIB por Setor	50
5.5.2	Estrutura das Exportações e Importações	53
5.5.3	Dívida Pública	54
5.5.4	Área Cultivável	55
5.5.5	Densidade Demográfica	56
5.5.6	Migração	58
6	CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS	60
	REFERÊNCIAS	62
	APÊNDICE A – BASES DE DADOS	68
	APÊNDICE B – <i>SCRIPTS DO R</i>	80

1 INTRODUÇÃO

O cenário atual de qualquer lugar que se almeja conhecer sua história, em algum momento se entrelaça no início das relações intercontinentais, ponto de partida dado pelos primeiros navegantes com objetivos econômicos e geopolíticos a longo prazo. Antes dessa intervenção, a história era constituída pelas particularidades de cada sociedade; depois, foram drasticamente transformadas (em sua maioria) pela dominação dos colonizadores que, impondo seus ideais e conceitos como requisitos de superioridade, menosprezavam as culturas de diferentes povos e a forma como organizavam-se, com o intuito de dominá-los para servi-lhes^[1, 2, 3, 4].

Antes da independência das regiões colonizadas na África, muitas de suas riquezas foram levadas para o continente europeu, desde joradas de ouro e diamantes até tráfico de pessoas para trabalho escravo. Entretanto, as riquezas culturais da África foram deixadas para o esquecimento (com mais de mil línguas, no entanto, são menos conhecidas). Infelizmente, a imensa riqueza do continente africano o fez pobre diante da ganância^[1, 2, 3, 4, 5].

Conhecer a África desde a perspectiva dos povos africanos, a maneira como vivem sua cultura e estrutura social, desde a pré-história até os dias atuais, é essencial para o entendimento da formação e desenvolvimento histórico de suas civilizações. Antes da chegada dos europeus, os povos do continente africano organizavam-se em clãs e reinos. Havia uma grande diversidade entre os grupos em termos físicos e culturais, desde tribos de caçadores até de comerciantes^[1, 2, 3, 4, 5].

A Guiné-Bissau é um dos país da África e este localiza-se na costa ocidental, como representado na Figura 1. Este, fazia parte do Reino de Gabu e Mali, até quando foi colonizada pelos portugueses, sendo chamada de Guiné Portuguesa. Após independência, tem sofrido constante instabilidade política e um dos maiores desafios para o país é manter um quadro econômico estável e favorável ao desenvolvimento interno. É um país de grande diversidade cultural e religiosa. Seu idioma oficial é o português, entretanto, outras línguas também são faladas na região, sendo a mais conhecida o crioulo.

Visamos retratar a estrutura econômica da Guiné-Bissau e o meio na qual ela está inserida economicamente, em termos dos principais fatos históricos e comportamento de variáveis macroeconômicas relacionadas. Um breve resumo histórico é apresentado ao longo do Capítulo 2, destacando as principais características comerciais e econômicas da África na era Pré-Colonial; no Capítulo 3, retratamos as influências da colonização no seu desenvolvimento, explicitando o caso da Guiné-Bissau; e, no Capítulo 4, descrevemos os primeiros passos dados para a reconstrução social, política e econômica do país após a conquista da independência, relatando as últimas políticas aplicadas e a forma como influenciaram na reconstrução do país após

Figura 1 – Localização da Guiné-Bissau no globo terrestre.



Fonte: WIKIPÉDIA. Guiné-Bissau. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Guiné-Bissau>>.
Acesso em: 27 janeiro 2019.

sucessivos episódios de instabilidade política, social e econômica pós-independência. Desta forma, usaremos também da visão histórica para desenvolvimento do trabalho numa perspectiva ampla de análise.

Com dados encontrados que estão direta ou indiretamente interligados com o andamento econômico do país, aplicamos estudos estatísticos e analisamos os resultados a fim de relacioná-los com as possíveis causas e assim obter maior compreensão dos fatos; para inferir e estimar um perfil econômico a curto prazo. Com isso, temos no Capítulo 5 a apresentação e análise das variáveis de estudo e a conexão com a estrutura sócio-política e socioeconômica atual do país. Adicionalmente, são utilizadas algumas ferramentas de geoestatística na apresentação de alguns resultados. Cabe ressaltar que todos os cálculos e gráficos foram feitos no *software* estatística R^[6] e os códigos estão disponíveis nos apêndices do presente trabalho. Por fim, no Capítulo 6, as considerações finais e perspectivas relacionadas ao trabalho aqui desenvolvido.

2 HISTÓRIA ECONÔMICA DA ÁFRICA PRÉ-COLONIAL

As transformações culturais em uma sociedade têm uma forte influência no desenvolvimento das civilizações. A forma como a sociedade africana se construía antes e durante o período colonial apresentou particularidades específicas de região em região, baseadas em diferentes fatores culturais internos e externos. A vasta diversidade étnica, cultural, econômica e política, acarretou na necessidade de dividir o continente em zonas: África do Norte (Saara), Ocidental, Central, Oriental e Meridional, conforme ilustrado na Figura 2^[1, 7, 8].

Figura 2 – Divisão do continente africano em cinco regiões principais: África do Norte (Saara), Ocidental, Central, Oriental e Meridional.



Fonte: *ÁFRICA EM ARTE E EDUCAÇÃO*. As cinco regiões principais da África. Disponível em: <<http://africaarteeducacao.ciar.ufg.br/downloads.html>>. Acesso em: 14 maio 2018.

2.1 Características Comerciais e Econômicas

Nesta seção será apresentado um breve resumo histórico das principais características, por região, da desenvoltura do comércio e da economia na era pré-colonial, destacando suas riquezas e políticas de governo para a estruturação sociopolítica-econômica de diversas zonas do continente africano^[1, 8].

África do Norte

No período em que a África do Norte era dominada pelo Império Romano, ficou conhecida por sua preponderante agricultura. Durante esse período, tal atividade era a mais prestigiada fonte de riqueza social. Sobre o controle de Roma e reinos locais, os saarianos davam aos romanos seus trigos como forma de tributos. Nessa região, já comercializavam ouro desde a época púnica¹ até a árabe-muçulmana. Várias são as rotas de ouro que ligavam o depósito da atual Guiné-Bissau² às praias mediterrâneas, as quais deixaram marcas que registram a história da África Saariana^[1, 9].

Caravanas da região do Saara levavam plumas de avestruz, animais selvagens, esmeraldas, carbúnculos³ e pessoas. Um importante comércio transaariano foi desenvolvido nessa região, no qual a exportação de marfim foi bastante intensa. Possivelmente, a captura de animais selvagens era a principal atividade econômica dessa região^[1, 10].

O Saara desempenhava um papel extremamente importante nas relações, especialmente comerciais, entre o norte e o sul. As travessias pelo deserto eram realizadas na época muçulmana por comerciantes originários do Magrebe⁴, do Egito e dos diferentes centros comerciais do Saara setentrional^[1, 7].

África Ocidental

Escavações demonstraram que o ferro já era trabalhado no sudeste da atual Nigéria em meados do século IX da Era Cristã. Na atual Mauritânia, há vestígios de que houve fundição de cobre e comércio do mesmo no período (entre 570 a.C. a 400 a.C.)^[1, 9].

Um dos grandes impérios africanos, Gana (que teve seu apogeu entre 700 d.C e 1200 d.C.), e tinha como nome Uagadu, ocupava uma área tão vasta quanto a da Nigéria, incluía os territórios que hoje constituem o Mali ocidental e o sudeste da Mauritânia. Era rico em ouro e praticava com os árabes comércio transaariano, no qual trocavam ouro com artigos de luxo, especiarias e joias. Declinou devido aos conflitos internos e invasão de outros povos. Possuía também importantes centros urbanos como Tombuctu, que contava com cerca de mais de mil habitantes. Este tinha uma economia baseada na produção de tecidos, mineração de ouro e comércio de sal^[1, 8].

O Reino Gana está entre os reinos mais conhecidos da África Ocidental. Acredita-se que Gana passou a existir por volta do século V. A fonte de seu poder vinha dos impostos e

¹Habitantes de Cartago, África do norte (Saara).

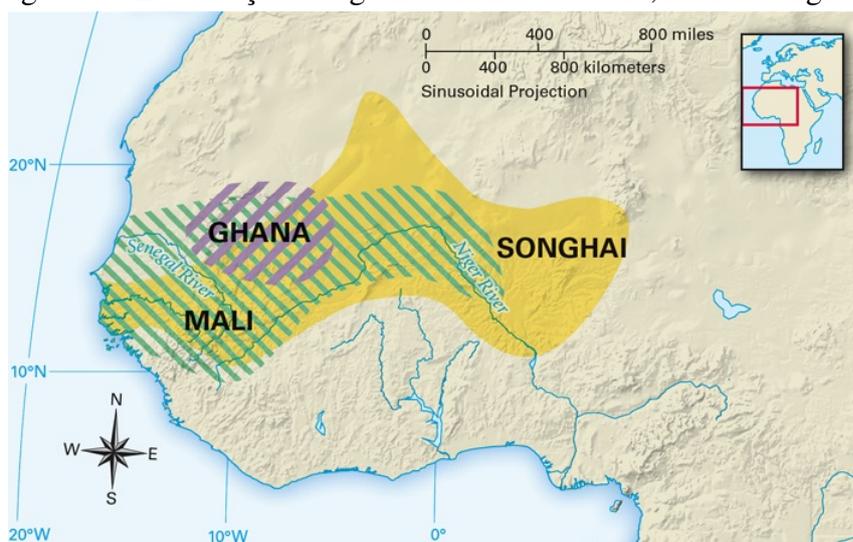
²Situado na costa ocidental da África.

³Pedra preciosa.

⁴parte ocidental africana do mundo árabe

do comércio. Outro reino de grande importância para a região da África Ocidental foi o reino Mali, com predominância da étnia Soninké (ancestrais dos Sarakolé), que teve seu domínio durante os séculos XIII e XIV. Foi um Império dentre três consecutivos que dominaram a região e, dentre eles, o reino Mali foi o mais extenso territorialmente comparado com os outros dois, Songhai e Gana (ver Figura 3). Antes mesmo das universidades medievais, Mali já possuía centros acadêmicos semelhante aos que os europeus criaram décadas depois^[1, 11].

Figura 3 – Localização dos grandes reinos de Gana, Mali e Songhai.



Fonte: HOLBROOK. Localização dos reinos de Gana, Mali e Songhai. Adaptado de: <www.high.holbrook.k12.ma.us/olc/page.aspx?id=3764&s=128>. Acesso em: 20 maio 2018.

Impérios como Songhai, Yam, Kerma, Napata, Ashanti, Abomey, Oyo e Mossi tinham um estado altamente organizado, com instituições complexas como um conselho de ancião, que definia e controlava o poder exercido pelo governante da tribo, bem semelhante ao senado romano, e um sistema administrativo e burocrático que eram muito similares com os sistemas de outras partes do mundo daquela época^[1, 2].

África Central

Um certo número de objetos achados durante escavações demonstra a existência de uma enorme rede comercial. Mas, esta limitava-se mais nas zonas litorâneas, nas proximidades da atual República Democrática do Congo. As zonas que eram distantes de rios tinham pouca comercialização dos produtos importados. No entanto, perceberam que existiam dois tipos distintos de comércios: o regional, que era somente com metais, cerâmicas, cestos, peixes secos e sal; e a longa distância, que lidava com conchas (cauri e conuses), contas de vidros e cobre^[10].

Porém, foram encontradas também cruzetas de cobre em algumas áreas pouco

distantes das regiões citadas acima, próximas a cupríferas que eram usadas como moedas. É bem provável que a economia dos povos dessa época seja semelhante à sociedade tradicional atual, ou seja, sustentavam-se na agricultura e na criação de animais, como também na caça, pesca e coleta de alimentos silvestres^[1, 7].

Nessa região existiam diversas técnicas para a produção de objetos metálicos e utensílios de forja. Foram encontrados fornos de tijolos para fundição de ferro e também cerâmicas com características similares aos objetos de utilização doméstica em Kivu, Ruanda, Burundi e Buaya, no nordeste da Tanzânia (ver Figura 4)^[1, 8].

Figura 4 – Localização de Kivu, Ruanda, Burundi e Buaya (este último trata-se de uma área ao longo do lado oeste do Lago Vitória), ao nordeste da Tanzânia.



Fonte: PAÍSES DA ÁFRICA. Região em torno do lago Victoria. Disponível em: <<http://www.paises-africa.com/fotos/lagos-africa.jpg>>. Acesso em: 20 maio 2018.

África Oriental

Diferentemente de outras regiões, a África Oriental, devido a sua facilidade de acesso tanto pelo interior do continente (possibilitando um forte fluxo migratório), como via mar (promovendo um intenso comércio marítimo na região), se posicionou no sistema econômico internacional, porém, a população local apresentava um baixo nível de desenvolvimento tecnológico e muito provavelmente também sociopolítico^[1, 11].

Após o estabelecimento dos Árabes na costa da África Oriental, o início e a expansão

do comércio de marfim no continente africano se deu pelas limitações de sua importação da Índia para os ptolomeus do Egito, o que levou à intensa caça de elefantes até a costa africana banhada pelo Mar Vermelho. É desconhecido o nível das atividades econômicas e comerciais árabes sobre essa região durante o período pré-romano, mas sabe-se que a grandiosidade do Império romano impulsionou a economia local e o aumento pela demanda de marfim. No primeiro século da Era Cristã, só se obtinha marfim no interior da região do alto Nilo, ampliando sua importação da costa oriental africana, fortalecendo sua integração ao sistema de comércio internacional centrado no Mar Mediterrâneo pela rota que ligava ao sudoeste da Arábia Saudita^[1, 9].

A África Oriental não era unificada no ponto de vista econômico, no entanto, ao longo dos anos diversas zonas foram desenvolvendo-se economicamente de modo independente até que, em meados do século II, grande parte da costa oriental tinham se incorporado ao sistema de comércio internacional, o que impulsionou o crescimento econômico da África Oriental como um todo^[1, 9].

África Meridional

Os povos que habitavam essa região, principalmente ao sul do Zambeze, praticavam uma agricultura bastante diversificada. Também faziam criação de rebanhos; carneiros, cabras e bois. Na região que atualmente é o sítio de Leopard's Kopje, na atual Zimbábue, a manutenção do sistema econômico tradicional da época se dava pela constante circulação de gado, que por vezes eram trocados por mulheres e também por empréstimo como forma de concluir alianças e garantir fidelidades^[1, 10].

Na Idade do Ferro (séc. VII a.C.), os povos que viviam no interior dessa região mantiveram relações comerciais com mercadores da costa. Nessas zonas, foram encontrados por estudos arqueológicos materiais como vidro, objetos de marfim e cerâmicas^[1, 10].

A África Central e Meridional eram formadas basicamente pelos grupos de agricultores e pastores de origem Banto⁵. A África da costa oriental formada por bantos e povos vindo da indonésia, foi profundamente influenciada pelo islamismo e da mistura cultural surgiu uma nova etnia denominada suaíli. Esses povos expandiram seus domínios conquistando inclusive a ilha de Madagáscar, que faz parte da África Meridional a leste^[1, 11].

2.2 Influência Muçulmana na Estruturação Econômica da África

A ida do grande teólogo do Islã ortodoxo, o Abdallah ibn Yasin, para o Saara converteu várias tribos que viviam nos arredores do deserto no norte da África em 1046. O objetivo era estabelecer um estado político no qual pudesse ser aplicado os princípios islâmicos,

⁵Grupo etnolinguístico localizado na África subsaariana.

inclusive o conceito de *jihad*, conhecida como guerra santa (peregrinação). Durante sua passagem por esta região fundou uma dinastia em Sijilmassa (região que hoje ocupa Marrocos e Mauritânia), onde permaneceu por toda sua vida^[7, 10, 12].

Algumas tribos como os Sanhaja foram subjugados pelas tribos Maqil (tribo de religião muçulmana) e tiveram que trocar seus idiomas para o árabe. Estes, só se libertaram em meados do século XVIII. O Islã também teve uma grande influência no interior do continente africano, em especial no atual Sudão Ocidental, onde um número significativo de etnias foram convertidas. Por exemplo, Soninke, Malinké, Bambará, Mossí, Ussá e outros povos que viviam nos arredores das savanas dessa região^[1, 8].

Os povos de Tekrur, antigo estado da África Ocidental, somente converteram-se através de seu rei em 1040, assim como os povos da cidade de Gao, capital do Império Songhai de 1085 a 1097. O Islamismo era uma religião das elites urbanas, por este motivo, o número das pessoas convertidas cresceu rapidamente dando acesso e controle da expansão do comércio local. O restante da população conservaria seus ritos próprios, oriundos do interior africano^[1, 8].

Desde o século VII a.C, os africanos já desenvolviam a metalurgia, comércio de minérios e metais preciosos, que cresceram amplamente com a invasão dos muçulmanos. Usavam carros puxados a bois e jumentos, o que facilitava o transporte de mercadorias. Com a introdução dos camelos pelos árabes, impulsionou-se ainda mais o comércio com outras regiões^[1, 12].

Por muitos séculos, tribos, reinos e impérios negros africanos praticavam largamente o escravismo, da mesma forma que os gregos, romanos e demais etnias muçulmanas. Os reinos africanos tinham grandes mercados espalhados pelo interior do continente, abastecidos por guerras entre as tribos, sequestros aleatórios, castigos penais, intrigas políticas ou a venda de si mesmo por não poder se autossustentar^[1, 9].

Ao converter parte da África ao islamismo, estimulou-se a escravidão (desde o século VI); mercadores árabes frequentavam todos os portos da costa oriental da África, trocando cereais e peixes secos com a tribo Bantus por escravos. As populações negras não-muçulmanas também consideravam a escravidão um fato absolutamente normal. Com a invasão dos povos ibéricos, a necessidade de mão-de-obra para a produção em larga escala nas colônias implantadas pela expansão comercial aumentou e, com isso, o comércio de escravos se expandiu de forma exponencial^[1, 11].

3 PARTILHA DA ÁFRICA E A DOMINAÇÃO PORTUGUESA

No início do século XV, após entrada dos portugueses, os colonizadores europeus começaram a entrar em contato com África tropical pelas zonas costeiras do oceano atlântico, especialmente a costa da Guiné-Bissau, a região do baixo do Zaire e Angola, o Vale do Zambeze e as altas terras vizinhas e a Etiópia^[3, 12].

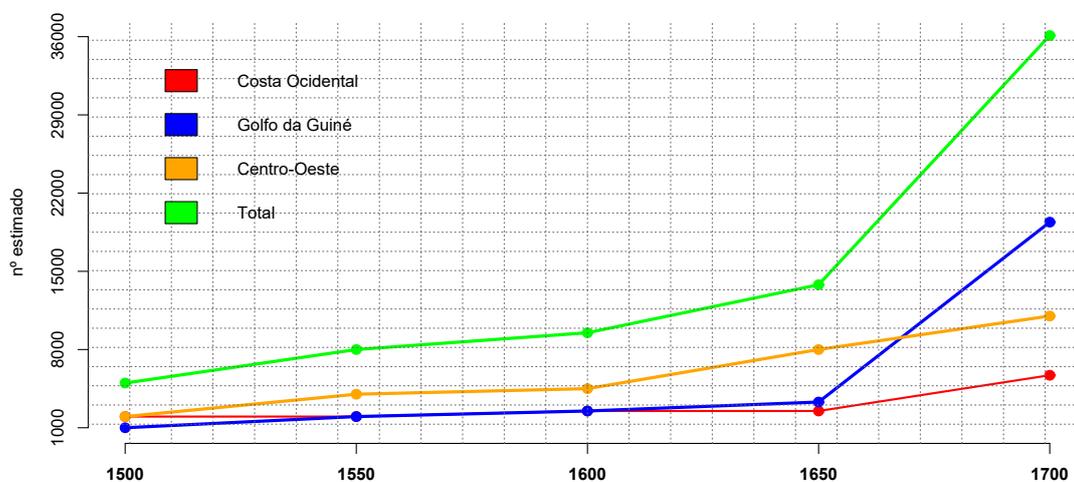
Os exploradores e missionários cristãos deram impulso a uma intensa busca por riquezas em todo o continente, retalharam a África entre as diversas nacionalidades europeias a fim de finalizar os conflitos entre estas na exploração do continente, visando apenas seus interesses econômicos, independente do quadro que poderiam resultar sobre os povos africanos. Aos poucos, missionários de diversas nacionalidades europeias deslocavam-se a África para desenvolvimento do trabalho de conversão ao cristianismo^[3, 12]. A imposição do cristianismo na África tinha três pontos bases:

1. Empreender não somente ao cristianismo como também a cultura ocidental europeia;
2. Ensinar a divisão das esferas espirituais (céu e inferno), crença completamente oposta da variedade cultural africana em que se baseia entre a vida e religião;
3. Impor repúdio ao ritos sagrados locais, inferiorizando o poder dos chefes tradicionais africanos, enfraquecendo o poder local^[3, 11].

A presença inicial dos exploradores no continente se dava pela curiosidade sobre os reinos e seus mistérios. Em conjunto com os trabalhos dos missionários e investimentos para estudo da geografia de toda a África, demonstravam também suas ambições com relação a matéria prima (marfim, ouro, diamante e inúmeras outras riquezas) e pessoas para trabalho escravo em América e Europa que, após início das explorações, em um ritmo progressivamente acelerado, foram levados (ver o Gráfico 1)^[3, 9].

Estima-se que o número de pessoas traficadas da Costa Ocidental da África entre 1500 e 1700 tenha sido cerca de 14700. No mesmo período, para o Golfo da Guiné, calcula-se que tinha sido aproximadamente 28200 e, do Centro-Oeste, cerca de 29500, totalizando cerca de 72400 pessoas sequestradas ou escravizadas do continente africano destinadas ao trabalho forçado nas Américas e Europa em apenas 200 anos. O Gráfico1 apresenta as estimativas ao longo desse período, mas acredita-se que esses números tenham sido bem maiores.

Gráfico 1 – Estimativa das exportações de escravos do continente africano (1500-1700).



Fonte: Thornton^[4], 2004.

3.1 Conferência de Berlim e suas Consequências

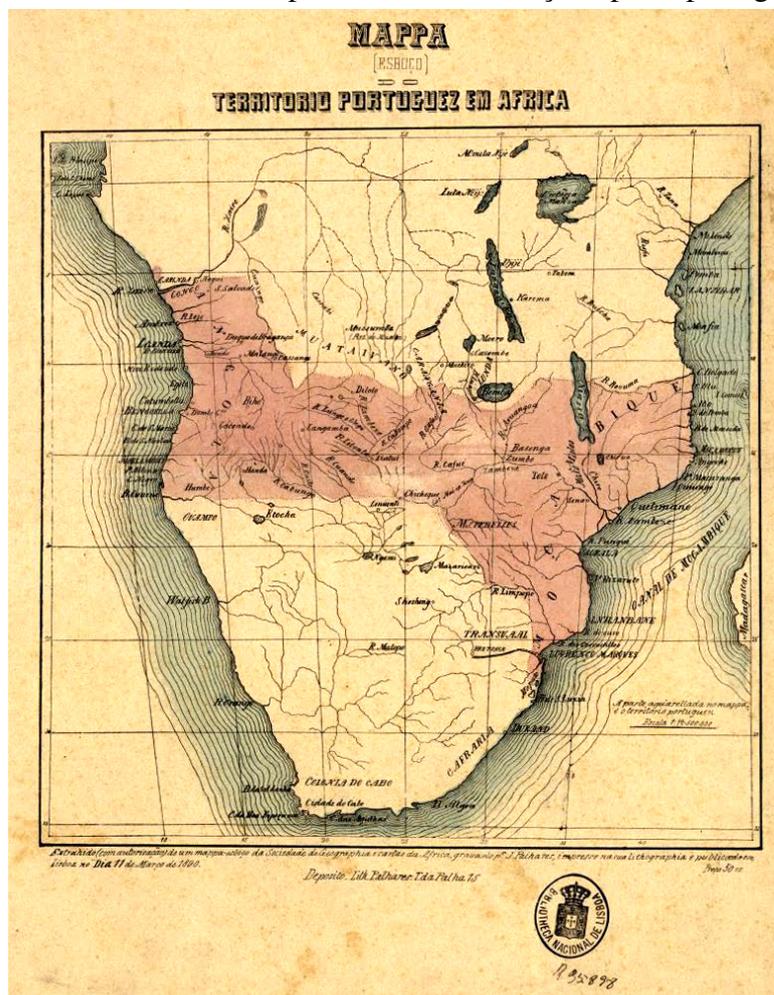
Um fato histórico um tanto desconhecido referente aos negócios entre diversas nacionalidades europeias no século XIX, trouxe inúmeras consequências para o crescimento e desenvolvimento socioeconômico da África. Com o objetivo de aprimorar sua exploração no extenso território, os representantes dos países da França, Grã-Bretanha, Portugal, Alemanha, Bélgica, Itália, Espanha, Áustria-Hungria, Países Baixos, Dinamarca, Rússia, Suécia, Noruega, Turquia e Estados Unidos da América foram convocados à Conferência de Berlim, realizada entre 1884 e 1885 para a partilha do continente africano^[3, 5].

O que deu início a tal acontecimento foi o interesse do rei da Bélgica (Leopoldo II), de fundar um império ultramarino. Consequentemente, estudou-se estratégias para uma exploração intensiva, portanto, implementou uma cadeia de postos comerciais e científicos pela região da África Central através da camuflagem do foco na proibição do comércio de escravos realizado pelos muçulmanos. Em razão disto, investiu-se recursos para a realização da Conferência Internacional de Geografia (Conferência Geográfica de Bruxelas) para mapear e realizar estudo de construção de vias a fim de facilitar o acesso ao interior do continente^[3, 5].

As principais consequências subsequentes desta conferência seriam: impedir Portugal na conquista do “mapa cor-de-rosa” (Ver Figura 5) em 1883, de ligar a Angola a Moçambique passando por quase toda a região atual da Zâmbia e Zimbábue transformando-a numa só província, nomeada de Angolomoçambicana; expandir a política francesa pela França aliada a Grã-Bretanha para o domínio além do Egito em 1879; e tornar livre a navegação pelas bacias centrais do

continente para a realização de comércio entre os países colonizadores^[3, 5].

Figura 5 – O ambicioso mapa “cor-de-rosa” traçado pelos portugueses.



Fonte: KNOOW.NET ENCICLOPEDIA TEMÁTICA. Mapa cor-de-rosa. Disponível em: <<http://know.net/historia/historiaportug/mapa-cor-de-rosa/>>. Acesso em: 27 maio 2018.

O documento geopolítico descrito nesta conferência e eventos posteriores, especificou a delimitação das partes da África a serem dominadas por cada país participante, excetuando os Estados Unidos. Essas fronteiras, em maioria, estão mantidas até os dias atuais. Nessa divisão não foi considerada a cultura, a história, a religião e os idiomas dos povos nativos, apenas os interesses econômicos dos colonizadores foram relevados. Após a validação da partilha da África, a procura pelo continente aumentou consideravelmente, por meio da qual todo o território estava sob controle dos europeus, com exceção da Libéria e Etiópia, como ilustrado na Figura 6, em 1902^[3, 5].

Assim, com o intuito de tomar posse dessas riquezas, utilizaram como estratégia inicial a fé como ferramenta de dominação, para assim conquistar a lealdade de quem eram “os povos de Cristo”^[3, 4].

Em todos os discursos, o desrespeito para com os africanos era como uma conjectura normal pré-definida, alimentando sempre a ideia assimilacionista, tendo com objetivo estabelecer vínculos diretos de dominação dos não-assimilados, tanto que havia um mecanismo de filtração no qual poucos eram ‘promovidos’ à categoria de assimilados. No império português era evidente as formas próprias de discriminação preponderantes, às vezes racismo inerente, impondo que são os donos das propriedades, demonstrando as diferenças como sinônimo de desigualdade^[3, 9].

Um dos acordos assinado na Conferência de Berlim tinha como base o controle total do território africano por parte dos europeus, com a missão de domesticar os indígenas e obrigá-los a trabalhar em obras públicas. Além disso, era função do estado impor a obrigação de pagar impostos e também de criar estatutos especiais como um estágio evolutivo, com intuito de beneficiar os costumes tradicionais dos povos indígenas que fossem compatíveis com a norma colonial, ou seja, torná-los ‘europeizados’, ignorando quaisquer de suas particularidades^[3, 9].

Eram caracterizados com padrão indígena todas as pessoas de raça negra ou que delas descendessem, como também pessoas com culturas diferentes da classe dos assimilados. Dessa forma, para que sejam considerados desse conglomerado deveriam saber ler e escrever a língua portuguesa; possuir meios suficiente para garantir sua sobrevivência e de sua família; ter bom comportamento e reconhecimento atestado pela autoridade administrativa colonial da área em que vive; restringir completamente usos e costumes da sua raça e cumprir os deveres limitados ou exercer um cargo público; e possuir habilitação literárias mínimas. Os colonos demonstravam que todas essas determinações impostas aos africanos se tratava da questão de direitos culturais, colocada no seio da vida social^[3, 10].

Era evidente que aceitar um indivíduo como assimilado era de difícil controle, porém, mesmo que houvesse aumento da população dos assimilados cabia três observações: a primeira é que o número da população teve um crescimento muito lento na época; a segunda é que, a grande maioria dos assimilados não possuía as condições determinadas para os colonos, aonde tinha que pagar uma quantia elevada de impostos superior ao seu salário; e a terceira, é que a população dos assimilados eram ex-indígenas. E eles, de certa forma, seriam tratados como cidadãos de segunda linha, sendo alvo de desrespeito, desigualdade racial, econômica e social. Além do mais, a assimilação levava, em muitos casos, a alianças com os colonizadores, o que reforçava o distanciamento de suas origens^[3, 13].

3.3 Conquista de Território da Atual Guiné-Bissau

Em 1446, Nuno Tristão chegou ao Cabo Branco, situado na costa Atlântica do Norte da África (fronteira entre a atual Mauritânia e o Saara Ocidental), onde deu início a exploração dos rios guineenses. Anos depois, Cadamosto chegou nas Ilhas dos Bijagós (atual Guiné-Bissau), lugar estratégico e com vias que facilitavam movimentos migratórios para o interior do continente africano, controlado pelas diversas organizações políticas europeias^[3, 5].

O território da Guiné-Bissau foi delimitado em 1902, e tinha como habitantes nas zonas litorâneas algumas étnias como – Djola, Balanta, Manjaco, Papeis, Banhus, Beafadas e Nalus; já nos arquipélagos, havia as étnias Bijagós, Cocolis e Padjadinca, que consideravam famílias como uma entidade política e econômica; no interior do continente tinham as étnias Fulas, Maninkés e Mandingas, que eram grandes comerciantes e agricultores, convertidos para o islamismo desde o início do século XII. Desses grupos étnicos, os que mais sofreram na Guiné-Portuguesa com a escravatura foram as Mandingas, Papeis, Balantas e Fulas, pois eram fisicamente maiores^[3].

A Guiné-Portuguesa era palco apenas de exportação dos produtos locais para Portugal sem retorno algum. Não havia interesses em investimentos e construção de infraestrutura na colônia, mesmo sendo de conhecimento dos colonos a precariedade da situação econômica em que se encontrava a região. De edificação pública, havia apenas um posto sanitário e um conjunto portuário, e era reduzido o número de pessoas alfabetizadas^[3, 5].

Em 1953, com a volta do agrônomo Amílcar Cabral em Guiné-Portuguesa, foi edificado um movimento para a conquista da independência nacional da Guiné-Portuguesa, com o objetivo de preparar os membros do movimento (os próprios povos nativos, que eram em número reduzido de intelectuais). Amílcar Cabral convocou primeiramente os mais esclarecidos (artesão e operários), reunindo-se na estação agrícola de Pessubé, em Bissau (Guiné-Bissau), onde este realizava alguns de seus experimentos referente a sua formação^[3].

Em 1956, Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Luís Cabral, Fernando Fortes, Júlio de Carvalho e Elisée Turpin fundaram o Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), no qual edificaram quatro pontos importantes: conquista da independência nacional; metas de crescimento econômico pós-independência; desenvolvimento social e cultural; e implantação da democracia da Guiné e Cabo Verde. Tiveram apoio de alguns movimentos internacionais como o Movimento Anti-Colonialista (MAC), Partido Comunista Português (PCP), Frente Revolucionária Africana para Independência Nacional (FRAIN) e a Conferência das Organizações de Libertação das Colônias Portuguesas (CONCP)^[3, 5].

A ideia desenvolvida por Amílcar Cabral despertou a noção da nação, o suficiente para formar um movimento com um só objetivo. Esta foi considerada uma das principais

resistências africanas contra o estado colonial, a tarefa fundamental e de grande importância para o progresso do movimento de realizar a união dos grupos étno-culturais de modo a seguir ao mesmo tempo a sua independência^[14, 15].

Os trabalhadores organizaram manifestação e protesto no dia 3 de agosto de 1959, em frente ao Cais de Pindjiguiti, na cidade de Bissau, onde tiveram como resposta por parte da administração colonial o assassinato de cerca de cinquenta marinheiros guineenses e uma centena de gravemente feridos. Dezesete dias depois, o PAIGC optou pela luta clandestina contra a colônia portuguesa. O Movimento Nacional da Guiné (MNG), não tardou em se juntar à força guerrilheira do PAIGC, e com apoio internacional o partido tornou-se mais forte^[15].

3.4 Fim da Presença Portuguesa na África

O Movimento para a Independência Nacional da Guiné (MING) teria surgido em 1955, tendo uma curta duração. Houve ainda outros movimentos que chegaram a dar início à luta armada como o caso da Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné (FLING), que atuava na zona norte do território guineense tendo sua sede em Senegal, e o Movimento de Libertação da Guiné (MLG), mas que não prosseguiram efetivamente tanto quanto o PAIGC^[16].

Em 1961, o PAIGC apresentou uma carta à XVI assembleia geral da ONU solicitando a validade da resolução da independência. No mesmo ano, o PAIGC enviou uma carta aberta ao governo português, propondo a negociação para a independência da Guiné-Bissau, o que não surtiu efeito. No entanto, o então general português António de Spínola optou pela luta e ao mesmo tempo dando ordens ao miliciano português já instalado em Guiné-Bissau para atacar a população local. Assim, o PAIGC começou a investir mais e mais tanto no armamento como também na mobilização dos camponeses de zona sul do país, contando com o apoio da China, Ghana e Marrocos. Contudo, foi em Guiné-Conacri que o Amílcar Cabral instalou a direção da operação militar. Pouco tempo depois, o PAIGC declarou publicamente a passagem de luta política para luta de libertação nacional^[3, 15].

Sucessos políticos, militares e diplomáticos da luta de libertação nacional liderada pelo PAIGC tinha colocado, já em 1973, o intransigente regime de Lisboa num *beco sem saída*. A perspectiva de uma iminente e degradante derrota provocou uma revolta militar. As duas correntes de rebelião existentes no centro das forças armadas (a conservadora e neocolonialista), associada ao general António de Spínola, e o radical democrática e anticolonialista (Otel Saraiva de Carvalho), que viria mais tarde a hegemonizar o Movimento das Forças Armadas (MFA), originaram-se em Guiné-Bissau. A união temporária de ambas em 25 de abril de 1974 teve como finalidade tomar posse do governo de Portugal^[17].

Após o golpe militar em Portugal devido à pressão da descolonização, o PAIGC voltou a desempenhar um papel crítico: ao definir o contexto do processo de descolonização,

instituído que o novo governo Português reconhecesse publicamente o direito dos povos colonizados à independência total e à autodeterminação, exigindo simultaneamente, a clarificação das concepções políticas e o equilíbrio do poder no seio do novo regime de Lisboa e precipitando a luta subsequente entre elementos conservadores e radicais dentro das forças armadas pela direção da revolução democrática na metrópole.

O PAIGC prestou um tributo inestimável à luta pelo fim da ditadura de Lisboa e à criação de uma sociedade democrática em Portugal, e o MFA, nos seus confrontos com Spínola e em aliança com movimento popular, garantiu a vitória total do PAIGC na sua luta pela libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde^[17]. Cuba foi um dos países socialistas que mais auxiliou o partido de Cabral com médicos e medicamentos; anos depois a Suécia deu o seu contributo fornecendo utensílios que possibilitavam melhorar a vida dos guerrilheiros nas matas. Até 1968, a iniciativa militar pertencia ao partido de Cabral, tendo-se traduzido não só na devastação das tropas portuguesas nos seus aquartelamentos, mas também, na liberdade de movimentos ao longo do território o que facilitava a propaganda e o recrutamento das populações locais. A Força Aérea do PAIGC esbanjava de grandes armamentos antiaéreos, o que dificultava o sobrevoo de aeronaves coloniais à zona sul do país^[18].

4 PÓS-INDEPENDÊNCIA – A ERA DEMOCRÁTICA

Em 24 de setembro de 1973, o PAIGC proclamou a independência da Guiné-Bissau de forma unilateral, e procurou o reconhecimento internacional, que só se deu um ano depois, após a queda do governo salazarista em Portugal. Este tornou-se a primeira colônia lusa no continente africano a separar-se oficialmente de Portugal. O colapso português na Guiné-Bissau teve forte reflexos na metrópole e foi um dos fatores que provocou a Revolução dos Cravos em 25 de abril de 1974, que levou a descolonização dos demais países africanos que estavam sob domínio português – Cabo Verde, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe, que tiveram suas independências em 1975^[19].

Na Guiné-Bissau, Luís Cabral (original de Cabo Verde), assumiu o poder num governo de partido único, de orientação comunista e que apoiava a fusão com o seu país natal. Em 1980, ocorreu o primeiro de uma série de golpes de Estado no país (Guiné-Bissau), o qual levou o rompimento com a ala caboverdiana e o então presidente foi destituído pelo João Bernardo Vieira^[20, 21].

A Assembleia Nacional Popular (ANP) foi dissolvida e o João B. Vieira assumiu a posição de Presidente da República, afastando assim a grande maioria dos dirigentes caboverdianos que faziam parte do governo. No entanto, estes reagiram declarando a separação do PAIGC e, na sequência, foi constituído em Cabo Verde – Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV). Assim desapareceram de vez o sonho da união dos dois países^[20].

4.1 Cidade de Bissau como Prioridade

O plano para desenvolvimento do país (Plano Quadrienal) de 1983 a 1986, criado pelo PAIGC, tinha como prioridade a cidade de Bissau, com mais de 50% de investimento destinado ao seu desenvolvimento. O projeto não foi realizado devido a falta de quadros técnicos e de gestão, sem contar com escassez da matéria prima nacional^[21].

O resultado deste plano foi visto como erro no planejamento da quantidade e dos tipos de indústrias instaladas. Por exemplo, uma fábrica de descaroçamento de algodão com capacidade para doze mil toneladas por ano, quando a produção nacional andava pelas mil e quinhentas, inserida num enorme complexo agroindustrial de Cumeré (nos arredores de Bissau) que tinha capacidade para tratar 70 mil toneladas de *mancarra* (amendoim) e 50 mil de arroz, quando no país só se comercializa cerca de 30% destas quantidades. Outro exemplo foi uma linha de montagem da *Citroën* completamente dependente do exterior e que produziu entre 1979 a 1984, 407 carros com a marca – *N'haiê*, atingindo o preço final da unidade, um valor superior

à importação do mesmo tipo de veículo da Europa^[20, 21].

Em torno dos anos 1977, a política agrícola foi reforçada com a criação das infraestruturas centrais, organização de gabinetes e departamentos técnicos, centros de pesquisa e produção de sementes, e iniciaram projetos incorporados aos desenvolvimentos agrícolas no interior do país. Durante esse período houve uma disseminação da pequena indústria da produção^[21, 22].

Com advento das medidas econômicas empreendidas ao nível das organizações regionais, como a União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), o país começou a se ajustar quanto a sua situação macroeconômica dentro deste contexto regional^[23]. A sua adesão a UEMOA implicou na abdicação da política monetária e cambial, o qual é incumbida a esta organização regional para todos os seus países membros. Nacional, no grande plano macroeconômico, a Guiné-Bissau tem autonomia limitada, como em todos os países deste bloco, em política fiscal, haja vista que existe regras fiscais que todos obedecem. Assim, impulsionar o crescimento econômico por meio de melhorias de ambiente produtivo, como investimentos em infraestruturas de transporte e energia elétrica são as mais importantes medidas para assegurar aumento da arrecadação e, conseqüentemente, melhorias sociais. Isso constitui um dos desafios políticos e acadêmicos, cuja demora em solucionar tem limitado muito o processo de desenvolvimento do país^[21].

4.2 Era Democrática

A Guiné-Bissau, sendo um dos países do mundo com economia pouca expressiva, tendo praticado ao longo dos primeiros quinze anos da sua independência uma política econômica desastrosa, de um regime autoritário de partido único, que por diversas vezes violou os direitos elementares da pessoa humana^[24], passou a ser um estado democrático nos princípios da década de 1990^[24], onde o então presidente João Bernardo Vieira anunciou pela primeira vez o início da democratização no país, durante II congresso extraordinário do PAIGC. Para esse efeito a constituição da república foi alterada, de modo a permitir pluralismo partidário e liberdade de expressão^[21].

No entanto, a nova fase da política não trouxe melhorias esperadas para recuperação da economia do país, e nem sequer saneou as divergências no seio das forças armadas e no interior do partido. Como consequência, esta situação conduziu o país para o conflito político militar registrado em 7 de junho de 1998^[21].

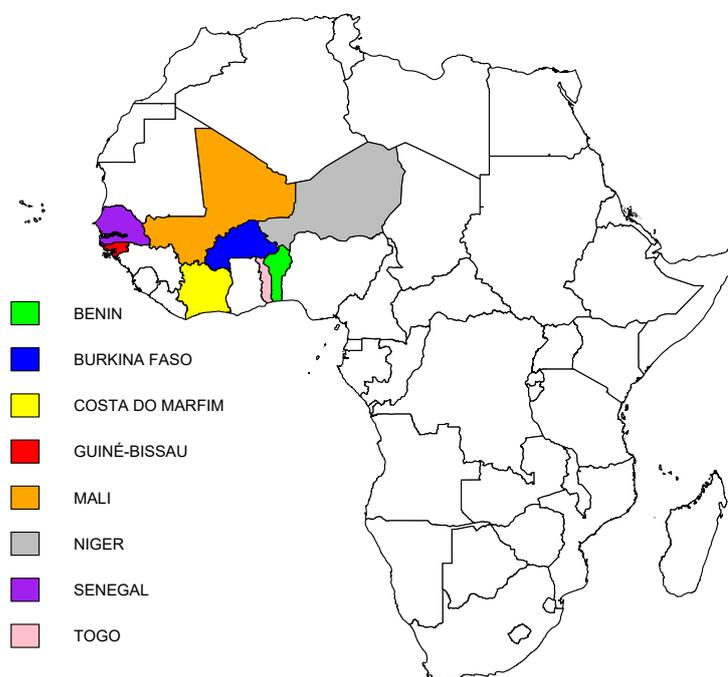
4.3 Inserção na UEMOA

A União Econômica e Monetária do Oeste Africano – UEMOA, foi criada no dia 10 de janeiro de 1994, em Dakar, capital de Senegal, pelos chefes dos estados e membros do bloco,

e entrou em vigor no mês de agosto do mesmo ano. Neste bloco faziam parte sete países: Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal e Togo^[25].

No dia 2 de Maio de 1997, a Guiné-Bissau tornou-se o oitavo membro desta União, aderindo a moeda franco CFA (Comunidade Financeira Africana), com objetivo de garantir estabilidade monetária e atração de um ambiente para investimentos externos. A Figura 7 mostra a localização dos oito países membros da União. A inserção não foi favorável ao nível econômico e social do país – faltou acompanhamento por parte das autoridades responsáveis para tomarem medidas macroeconômicas sólidas capazes de garantir o crescimento do país^[26].

Figura 7 – Em destaque, os países membros da UEMOA.



Fonte: Elaborado pelo autor.

A integração da Guiné-Bissau a UEMOA provocou agitação e medo na sociedade guineense. Lembrando que, a Guiné-Bissau é o único país lusófono¹ do bloco, sendo os demais francófonos², fato que certamente dificulta os membros governamentais guineenses a tomarem iniciativas cabíveis dentro da comunidade, sendo que todas as documentações são ditas em francês e terão de ser traduzidas em português para as autoridades guineenses, o que leva tempo e perdas de investimento^[27].

É evidente que, recentemente, a economia mundial vem passando por instabilidade e, a UEMOA posicionou-se de forma a garantir segurança e controle desta aos países membros^[27],

¹País de língua oficial portuguesa.

²País de língua oficial francesa.

quebrando as barreiras que dificultavam a livre circulação de mercadorias, pessoas e bens. Criou-se a interação entre a oferta e procura^[28].

Anos antes foi criada a Comunidade dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) em Lagos, capital da Nigéria, da qual a Guiné-Bissau também é membro. Esta é composta por quinze países: Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gambia, Gana, Guiné Conacri, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo^[29]; por terem laços culturais, geopolíticos e partilharem interesses econômicos comuns^[26]. Destes, somente oito compartilham a moeda franco CFA, membros da UEMOA^[29].

A integração ocasionou efeitos positivos, como mantimento da estabilidade monetária no nível do critério da convergência do bloco, principalmente no início da adesão, baixou o custo de transação e o risco cambial, incentivou concorrência e livre circulação de serviços e bens^[30].

O enquadramento da Guiné nesse bloco trouxe outros benefícios, com redução de custos de conversão da então moeda nacional (Peso da Guiné-Bissau), para Franco CFA nos anos 1996 a 1997, e também estabeleceu a transformação do Banco da Guiné-Bissau em agência nacional do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO)^[30]. Entretanto, este proporcionou o aumento do sistema financeiro com admissão de novos Bancos privados como: Ecobank, Banco Regional de Solidariedade (BRS), Banco da África Ocidental (BAO) e o Banco para o Desenvolvimento da União (BDU)^[28].

No que diz respeito a desvantagem da inserção na UEMOA, destaca-se seu tratado de cooperação financeira com a França para a conversão de moeda Franco CFA, que submete o depósito de uma taxa entorno de 50% de contribuição para o tesouro público francês. Resultado de todas as receitas da importação e exportação, feitas sob título do BCEAO. Este cenário demonstra uma forte interposição de administração econômica e financeira do governo francês na UEMOA. A outra, é a ausência de uma relação que complementa a produção econômica entre estes países, isso afeta não só os menos privilegiados, mas sim a organização como um todo^[28].

A Guiné-Bissau não se encontrava preparada financeiramente para enquadrar a essa União. Este sofreu fortes invasões das empresas e produtos vindo dos países integrantes, que, às vezes, são mais competitivos em relação aos nacionais. A outra questão é que o país tem sofrido ao longo do tempo com a instabilidade política prolongada, o que de alguma maneira acaba por impossibilitar vários programas do governo e até mesmo a sua atuação no bloco^[27, 28].

4.4 Conflito Político Militar de 1998 a 1999

O conflito político militar de 1998 em Guiné-Bissau teve origem no dia 7 de junho devido à crise que assolou a força armada guineense, envolvendo militares e políticos no que diz respeito ao tráfico ilegal de armas para os rebeldes de Cassamansa, ao sul do Senegal. No

entanto, o então presidente da República João Bernardo Vieira, pressionado pela comunidade internacional, decidiu junto da ANP criar uma Comissão de Inquérito (CI) para apurar o ocorrido, porém, concluíram que o então Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), Ansumane Mané, seria o vilão do ilícito acontecimento e, por isso, o presidente da República decidiu afastá-lo por decreto^[31].

Este, por sua vez, considerou inaceitável a forma abusiva de sua demissão. Com isso, decidiu contatar os antigos combatentes afastados das suas funções sem devidas remunerações para formar uma Junta Militar (JM), que acabou por desencadear uma Guerra Civil no país formadas por duas frentes. De um lado, encontrava-se o presidente da República com seus seguidores fieis ao governo e, do outro, estava a Junta Militar dirigida pelo então General Ansumane Mané^[32].

O presidente recorreu aos países vizinhos e adquiriu como suporte, as tropas de Senegal e de Guiné Conacri, em proteção do acordo de assistência militar assinado entre estes países, já que a grande maioria dos militares ficaram do lado oposto a ele. Essa desavença já vem de longa data de pendência no seio dos militares^[32]. A presença em massa da étnia Balanta à JM justifica-se devido ao caso do dia 17 de outubro de 1985, no qual um número significativo de militares e civis dessa étnia foram torturados e presos durante o regime do presidente João Bernardo Vieira, sem contar com segregação dos quadros desse grupo étnico nas instituições nacionais, principalmente na Força Armada. A chegada dessas tropas deixou uma revolta por parte da sociedade civil guineense, essa ocorrência transmutou totalmente o conflito em uma Guerra Civil^[31].

O primeiro acordo assinado pelo CEDEAO foi no dia 13 de novembro de 1998 em Abuja, na Nigéria. Neste processo de manutenção da paz foi atendida pelas ambas as partes e foram definidas as seguintes medidas fundamentais:

- a) Cumprimento do acordo de cessar-fogo que foi assinado em Praia, capital de Cabo Verde, no dia 26 agosto de 1998;
- b) A retirada de todas as tropas estrangeiras que estariam em defesa do presidente;
- c) Criação de um governo da inclusão;
- d) As eleições supervisionadas pelos observadores internacionais da CEDEAO e da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP).

Infelizmente este acordo não durou por muito tempo dado que foi violado pelas partes. Finalmente, Junta Militar levou a vitória e o então presidente pediu asilo político em Portugal^[32].

5 MACROECONOMIA – GUINÉ-BISSAU E A UEMOA

Neste Capítulo é apresentada uma análise quantitativa da atividade econômica dos países que fazem parte da UEMOA, a qual foi efetuada com base no produto interno bruto (PIB) e no espaço do comércio internacional por parte de cada país da União. Adicionalmente, para descrever a economia da Guiné-Bissau, detalhamos a estrutura do PIB, das exportações e importações, dívida pública, demografia e área cultivável, sendo esta última justificada pelo fato da agricultura ser a principal atividade econômica do país.

5.1 Taxa de Crescimento Anual do PIB

A macroeconomia concentra-se no estudo do comportamento agregado de uma economia, ou seja, das principais tendências da economia que concernem principalmente à produção, geração de renda, uso de recursos, comportamento dos preços e comércio exterior. Os objetivos da macroeconomia são principalmente: o crescimento da economia, a estabilidade de preços e o controle inflacionário^[33].

O produto interno bruto é um dos indicadores mais utilizados para mensurar a atividade econômica de uma determinada região, usualmente é referente a um determinado país. O PIB representa a soma em valores monetários de todos os bens e serviços finais produzidos em um período de tempo e permite analisar o crescimento da economia mediante sua variação. No Brasil, por exemplo, o cálculo do produto interno bruto é feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desde 1990^[34].

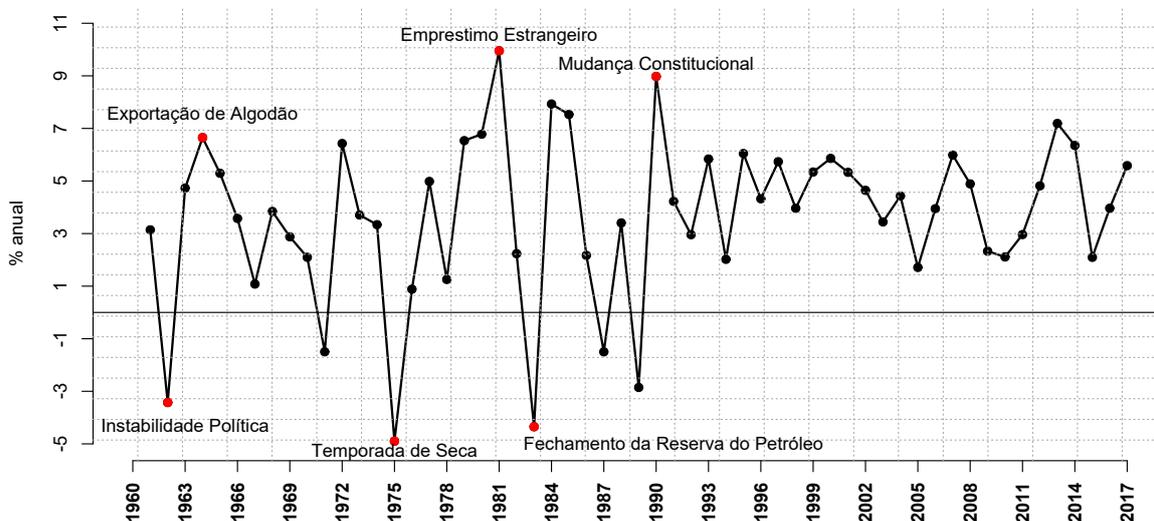
A taxa de crescimento do PIB é simplesmente a variação relativa do produto interno bruto de um país em relação ao ano imediatamente anterior. Este é considerado o indicador mais importante da economia de um país dado que determina o andamento da mesma. Se a economia estiver em expansão a taxa de crescimento do PIB é positiva, caso contrário (em recessão), será negativa.

Portanto, nesta seção estudaremos a taxa de crescimento anual do PIB dos países membros da UEMOA. Serão apresentados os gráficos associados às series temporais desta variável de interesse e alguns acontecimentos históricos relevantes que possam explicar o comportamento da mesma. Os dados correspondentes foram extraídos do banco de dados do *The World Bank*.

Benin – BEN: No Gráfico 2 podemos observar que em 1961 o país teve um crescimento

moderado de sua economia, entretanto, no ano seguinte registrou uma taxa de crescimento de $-3,4\%$, evidenciando uma recessão da mesma. Esta variabilidade talvez foi causada por problemas políticos internos, dado que Benin obteve sua independência em 1960. Em 1964, a exportação de algodão impulsionou o crescimento econômico em torno de $6,6\%$ ¹. Uma severa seca na temporada de 1975 a 1976 reduziu sua exportação para aproximadamente vinte mil toneladas, o que talvez ocasionou a queda da economia nesse ano^[35, 36].

Gráfico 2 – Taxa de crescimento do PIB (% anual – Benin).



Fonte: Elaborado pelo autor. Dados Apêndice A, Tabela 3.

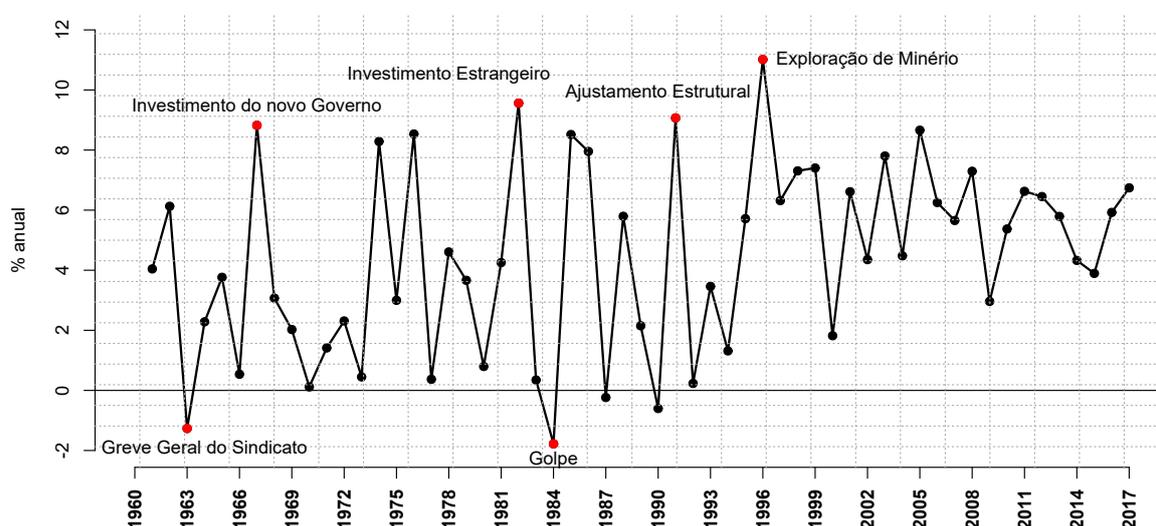
No intervalo de 1962 a 1989, o país enfrentou um período muito conturbado de instabilidade política e econômica. Chegou a receber empréstimo estrangeiro para equilibrar a economia em 1981. Com o fechamento de uma das mais importantes reservas de petróleo em 1983, a economia despencou quase cinco pontos negativo nesse ano. Anos seguintes a oscilação econômica provavelmente pode ser justificada pelos inúmeros golpes de estado registrado nessa época. Em 1990 houve a última das sete mudanças constitucionais, com isto, o país conseguiu elevar o crescimento entorno de $8,9\%$ ^[35, 36].

Cabe ressaltar que diferentes projetos econômicos baseados em investimentos no setor algodoeiro entre 2009 e 2013, mantiveram o algodão entre os cinco produtos agrícolas mais produzidos e o segundo mais exportado. Os demais produtos agrícolas de suma importância para a economia do país são o milho, arroz, abacaxi, inhame e a mandioca^[37, 38].

¹Benin chegou exportar até 50 mil toneladas de 1972 a 1973.

Burkina Faso – BUR: No final do ano 1963, a greve geral dos sindicatos, estudantes e funcionários públicos contra o governo talvez tenha levado à recessão da economia em torno de $-1,3\%$ (Ver Gráfico 3). Em 1966, aconteceu o primeiro golpe de estado e a economia sofreu uma ligeira queda. Na sequência, com o novo governo o país registrou a alta de $8,8\%$. Entre anos de 1968 até 1973 ocorreu altas e baixas na economia devido à instabilidade política que durou quase uma década. Nos anos seguintes o país manteve altos valores da taxa de crescimento do PIB, embora teve momentos que registraram ligeiras quedas mas sempre fixada acima do ponto zero até o ano de 1983^[39, 40, 41].

Gráfico 3 – Taxa de crescimento do PIB (% anual – Burkina Faso).



Fonte: Elaborado pelo autor. Dados Apêndice A, Tabela 4.

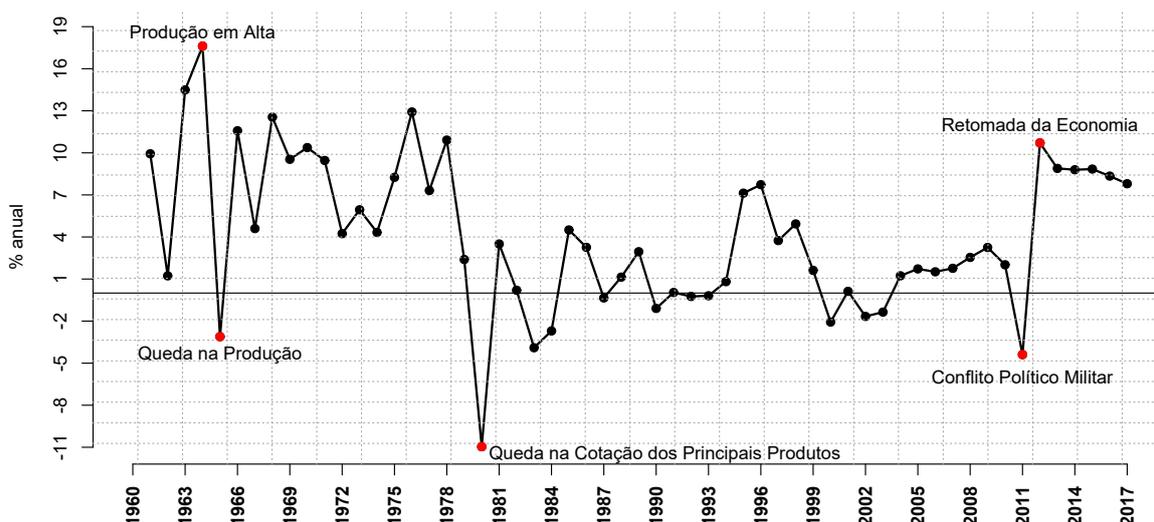
No ano de 1982 registrou crescimento de $9,6\%$ devido ao investimento estrangeiro, entretanto, no ano seguinte, houve interrupção do governo no país devido ao golpe de estado. Posteriormente, a instabilidade econômica prevaleceu até os anos de 1990. Em 1991, o governo burkinabe passou a perseguir a estabilidade econômica baseando-se nos programas de ajustamento estrutural do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM) e em 2005 o país conseguiu quitar suas dívidas com estas instituições^[39, 40, 41].

Cabe ressaltar que a economia do país é dependente das exportações de algodão e ouro, cerca de $90,0\%$ da população vive da agricultura. Nos últimos anos, o ouro tornou-se a maior fonte de exportação, que representa $77,4\%$ do total das vendas externas. O algodão representa $11,8\%$, as sementes (grãos) $3,9\%$, as frutas (cocos, castanha-do-pará, castanha de caju, tâmaras, figos, abacates etc.) $2,9\%$ e outros serviços $4,0\%$ ^[42].

Costa do Marfim – CIV: Desde sua ascensão à independência no ano de 1960, as instituições do Estado no país foram definidas e organizadas. Optaram por regime presidencialista fundado sobre um sistema democrático com o princípio da separação dos poderes executivo, legislativo e judiciário.

Segundo o Banco Mundial a taxa de crescimento média da sua produção bruta era em torno de 8,03% entre 1961 e 1965 e de 8,1% entre 1966 e 1975. Esse desempenho se explica em parte, pela estabilidade política que a caracterizou^[43, 44]. O Gráfico 4 nos permite destacar a importância das medidas de dispersão, dado que uma média isolada de 8,03% pode levar a conclusão erradas, tendo presentes que no ano de 1965 a taxa de crescimento do PIB foi em torno de -4,0% (ocasionada por uma queda na produção).

Gráfico 4 – Taxa de crescimento do PIB (% anual – Costa do Marfim).



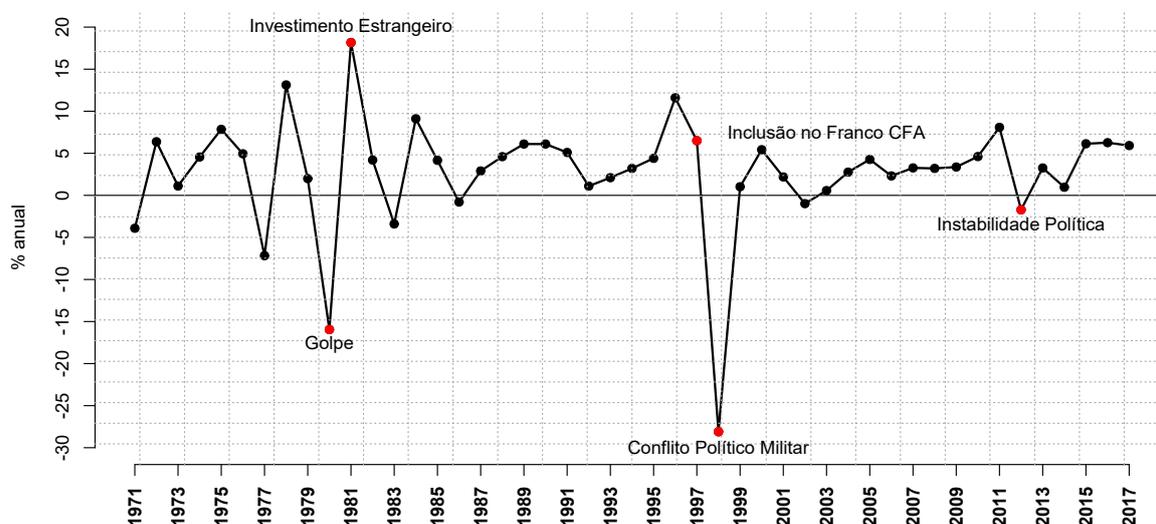
Fonte: Elaborado pelo autor. Dados Apêndice A, Tabela 5.

Costa do Marfim passou por uma recessão econômica no final dos anos de 1980 devido à queda da cotação de seus principais produtos de exportação (café e cacau). Essa crise perdurou até nos anos 1990 com consequências nefastas. Entre 1991 e 2010, o país registrou comportamento oscilatório em sua economia. A queda na economia deste em 2011 justifica-se pelo fato do conflito político militar, após a rejeição do então presidente ao resultado da eleição realizada nesse ano^[45].

A economia marfiniana continua dominada pela agricultura. O país é um dos maiores produtores mundiais de cacau, com uma produção nacional por volta de 1,335 bilhões de toneladas. Também é referência mundial em produção de café, caju, algodão, borracha, abacaxi, açúcar, óleo de dendê e madeira^[46, 43].

Guiné-Bissau – RGB: Entre 1971 e 1979, o rendimento econômico do país oscilava entorno de 3,2% em média, até quando registrou seu primeiro golpe de estado em 1980, que despencou para -15,9% (Ver Gráfico 5). Com investimento estrangeiro, no ano seguinte, o novo governo conseguiu elevar o crescimento para 18,2%. Mas isso não durou por muito tempo, devido à má administração dos recursos internos^[47].

Gráfico 5 – Taxa de crescimento do PIB (% anual – Guiné-Bissau).



Fonte: Elaborado pelo autor. Dados Apêndice A, Tabela 6.

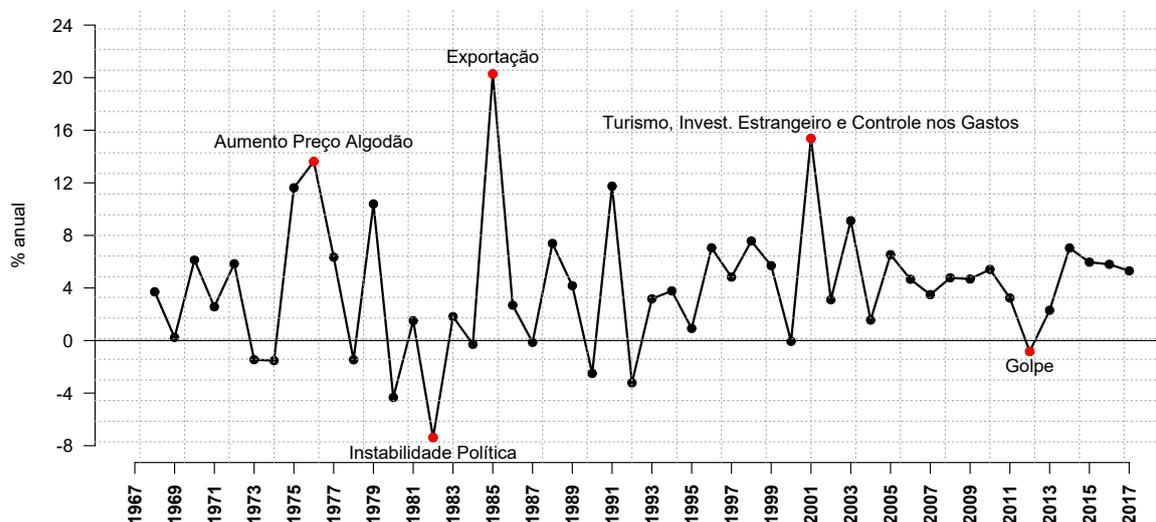
Em 1996, houve alta na exportação de pescado e castanha de caju que permitiu salto significativo de 11,6% na economia do país. No ano seguinte, com a inclusão desta a UEMOA, o crescimento não foi tão alto em comparação ao ano anterior, dado que esta mudança trouxe incerteza entre os pequenos empresários e camponeses. Em 1998, o país mergulhou no conflito político militar que devastou com a economia, este registrou uma taxa de crescimento de -28,1% (a pior da sua história desde a independência). Desde 1999, a economia guineense vem mantendo (quase sempre) taxas positivas, embora em índices relativamente baixos. Segundo dados de BM, o país sofreu recessão econômica de -1,7% no ano de 2012^[47].

Na atualidade, as oportunidades imediatas para o crescimento da Guiné-Bissau concentram-se no setor agrícola e mais aliciente na exploração de recursos minerais. Esta última poderá ter um maior impacto nos níveis de rendimento e assim permitir a expansão de outros setores da economia^[48].

Mali – MLI: Entre 1968 e 1975, o crescimento econômico do país em média, oscilava entorno

de 3,4%. Nos últimos anos da década de 70, as exportações malianas deram saltos significativos. Sobretudo em 1976, o aumento do preço ao produtor, contribuiu fortemente para que as exportações de algodão mais do que triplicassem. Devido a esse aumento, o crescimento do país atingiu o pico mais alto em toda sua história, 20,3% em 1985 (Ver Gráfico 6). Em 2001, registrou salto em torno de 15,4% devido ao turismo, investimento estrangeiro e controle nos gastos desnecessário do governo^[49, 50, 51].

Gráfico 6 – Taxa de crescimento do PIB (% anual – Mali).



Fonte: Elaborado pelo autor. Dados Apêndice A, Tabela 7.

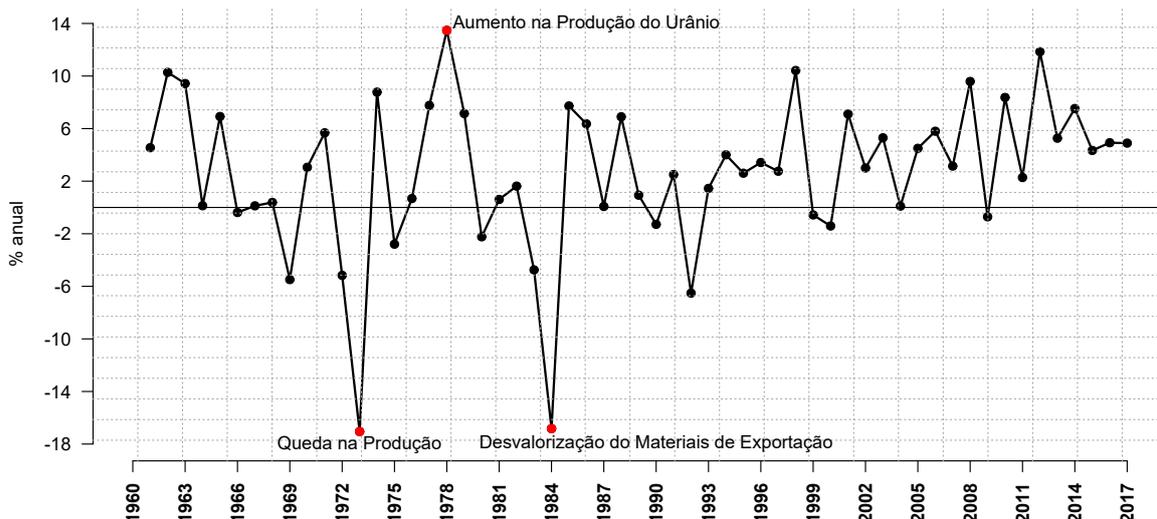
A agropecuária é responsável por empregar, aproximadamente 70,0% da população, em especial para a prática de cultivo de algodão, principal produto de exportação nacional. No entanto, a agricultura vem sendo extremamente prejudicada devido ao processo de desertificação. Além do algodão, Mali também produz arroz, legumes e milho. O setor industrial é pouco desenvolvido, atuando no segmento têxtil. Os principais recursos naturais com potencial econômico do país são o urânio e o ouro^[49, 52].

A história de Mali é marcada por uma série de conflitos interno e externo, incluindo guerras civis. O pequeno desenvolvimento e falta de infraestrutura básica para a população são dois fatores que potencializaram a instabilidade política e social deste país. Portanto, pode-se observar o Gráfico 6 que a taxa de crescimento em 2012 foi -0,8% devido ao golpe de estado que ocorreu no mesmo ano.

Níger – NER: Independente desde o ano de 1960, o país viveu sob a ditadura de um partido único de 1961 a 1991. Em 1966, Níger apresentou sua primeira taxa de crescimento negativa,

devido a queda na produção agrícola. Entretanto, o impacto climático e à seca devastou o país nos anos de 1969 e 1973 (Ver Gráfico 7). Ainda assim, em grande parte o governo conseguiu controlar os gastos^[53].

Gráfico 7 – Taxa de crescimento do PIB (% anual – Níger).



Fonte: Elaborado pelo autor. Dados Apêndice A, Tabela 8.

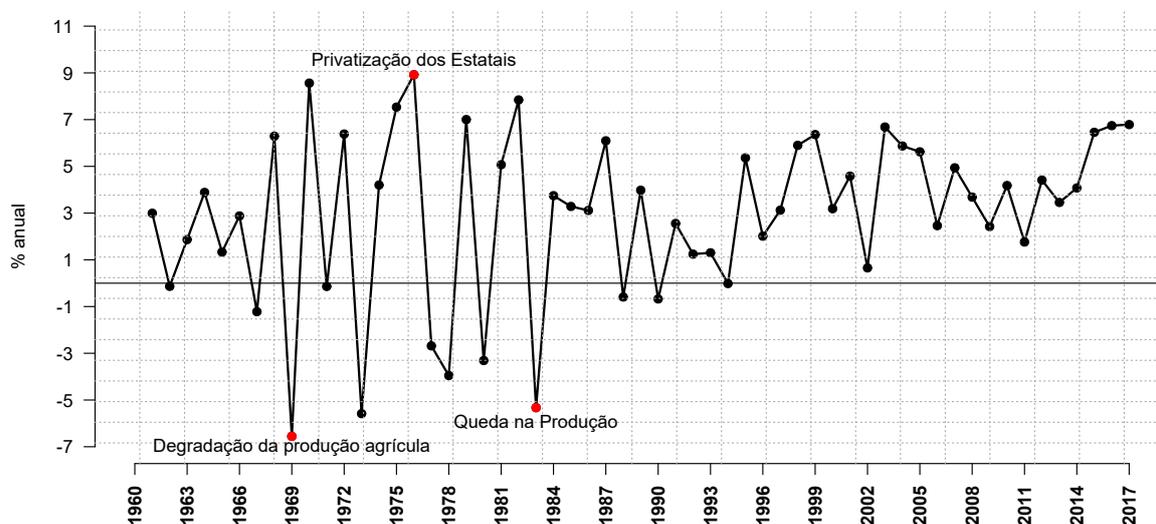
No final da década de 70, o urânio teve uma considerável valorização no mercado. Em 1978, o país registrou uma alta de 13,7% na taxa de crescimento, ocasionada pelo setor da mineração que quase dobrou sua contribuição. Quando o mercado mundial de urânio entrou em colapso em meados da década de 80, Níger registrou uma das piores quedas da sua história (-16,8% em 1984)^[53].

Nos últimos anos, percebe-se que o país está se recuperando economicamente, impulsionado pelo crescimento no setor de mineração (urânio, petróleo e ouro) e de agricultura^[53]. O crescimento deu-se pela evolução positiva das indústrias extrativas, que cresceram cerca de 152,5% em 2012^[42].

Senegal – SEN: Em 1967, o país além de enfrentar uma seca, deixou de se beneficiar do financiamento francês aos produtores de amendoim, o principal setor de exportações. Consequentemente, em 1969, enfrentou sua primeira crise econômica marcada por degradação da produção agrícola, e com a seca, as áreas de plantação diminuíram, ocasionado taxa de crescimento de -6,5% (Ver Gráfico 8)^[54, 55].

Entre anos de 1982 e 1999 o país teve seu altos e baixos na produção interna, este

Gráfico 8 – Taxa de crescimento do PIB (% anual – Senegal).



Fonte: Elaborado pelo autor. Dados Apêndice A, Tabela 9.

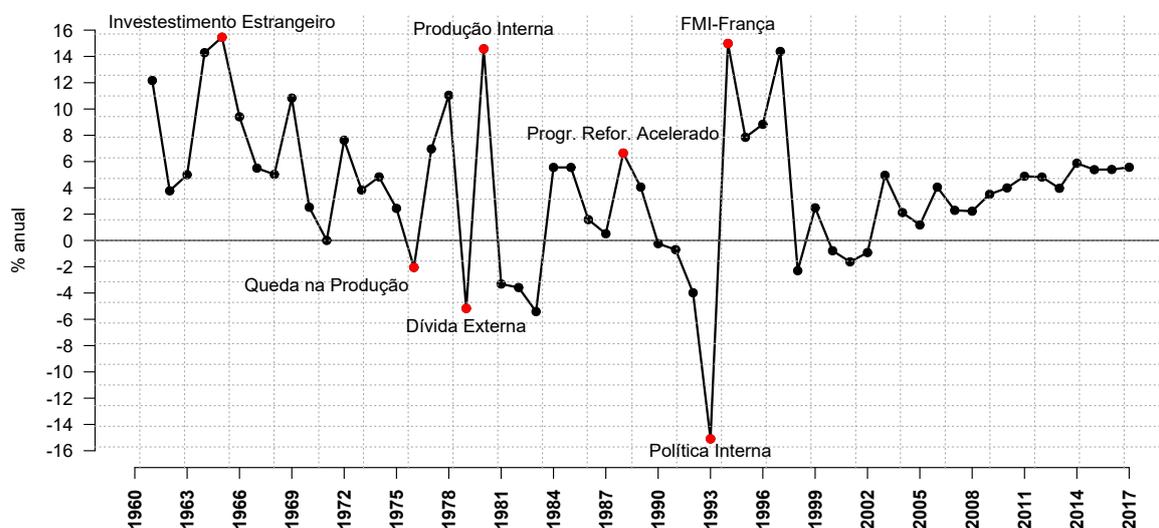
registrou uma média anual entorno de 2,7% da taxa de crescimento. Em 1983 a economia sofreu uma recessão de -5,3% devido à diminuição da produção interna. Nos últimos anos, percebe-se que a economia está demonstrando sinais de crescimento^[55].

A agricultura é um dos principais setores da atividade econômica do país, assim como quase todos os países estudados anteriormente. Esta atividade emprega mais do que 60,0% da população ativa. Dentro da produção agrícola destaca-se o amendoim e o óleo^[42]. Embora a indústria extrativa seja um setor com reduzido peso relativo no PIB, a exploração de ouro é o segundo produto mais exportado nos últimos anos^[42].

Togo – TOG: A economia do país logo após a sua independência em 1960, teve uma melhora, principalmente com resultado dos investimentos do programa francês, Fundo de Investimento para o Desenvolvimento e Social (FIDES) e, parte desse fundo foram destinados para as indústrias de extração de minério. Com isto, a exploração de fosfato ajudou a elevar o PIB do país, entorno de 15,8% em 1965^[56, 57, 58].

No Gráfico 9 pode ser observado que entre os anos de 1966 e 1975, a economia do país teve comportamento instável embora positivo. Em 1976 registrou uma recessão de -2,1% aproximadamente, devido ao fato da pouca produtividade nesse ano. Nos anos seguintes apresentou sinais de retomada, entretanto, em 1979 teve queda abrupta para -5,2% ocasionada pelo acúmulo da dívida externa. No ano seguinte com o crescimento da produção interna, a economia recuperou-se entorno de 14,6%^[56, 57, 58].

Gráfico 9 – Taxa de crescimento do PIB (% anual – Togo).



Fonte: Elaborado pelo autor. Dados Apêndice A, Tabela 10.

As principais razões para o declínio da economia do país logo após o início da década de 80 foram a seca, a qual originou a baixa na produção. Com o fim desse fenômeno, houve crescimento de 5,5% em 1985. Com o programa de reforma acelerado e melhoria dos preços do fosfato em 1988, houve uma leve retomada da economia de 6,6%. Nos anos seguintes a economia do país vem marcando pontos de decréscimo até que em 1993, este registrou uma taxa de crescimento de aproximadamente $-15,2\%$, devido à política interna. Logo após essa crise, o clima melhorou-se. Com apoio do FMI e a França, o equilíbrio foi alcançado, com crescimento de 14,9% em 1994. Finalmente, nos anos de 2008 a 2017, a economia togoleza registrou índices de crescimento ascendente^[58, 59, 60, 61].

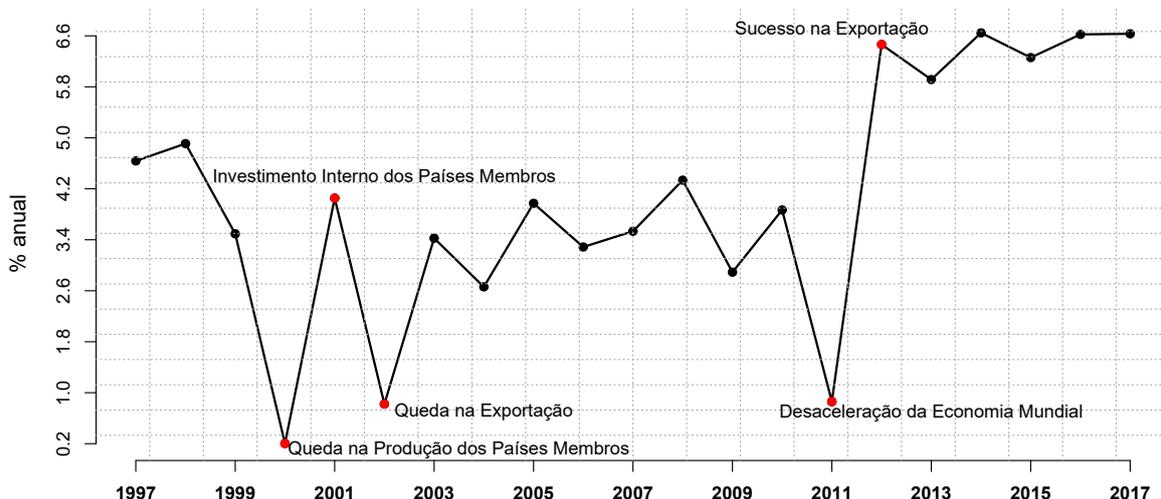
Os serviços é o setor de atividade responsável pela maior parcela de geração de riqueza na economia do país. Graças ao porto de águas profundas de Lomé (capital), este figura entre os mais importantes centro africano de transporte e distribuição de mercadorias. Na agricultura, as atividades de maior expressão são o cultivo de algodão e, em menor extensão de café e cacau^[58, 59, 60, 61].

Na ausência de secas e outras adversidades naturais, o Togo produz a maior parte dos produtos primários que sua população consome, com exceção do arroz, principal produto agrícola da pauta de importação. Na mineração, o recurso mais explorado é o fosfato, cuja maiores reservas se encontram a menos de 40 km do porto de Lomé, por onde a produção é exportada^[62, 63].

5.2 Economia da UEMOA e o enquadramento de Guiné-Bissau

Com base no banco de dados do *The World Bank*, a atividade econômica da UEMOA tem crescido nos últimos anos. A taxa de crescimento do PIB da União situou-se em aproximadamente 6,63% em 2017, depois de uma progressão quase equivalente em 2016 de 6,62%. Este crescimento é resultado do dinamismo de todos os setores econômicos e de investimentos públicos e privados regulares^[64]. A taxa de crescimento anual do PIB da União de 1997 até 2017 é apresentada no Gráfico 10, e pode-se observar que desde 2012 a mesma tem-se mantido superior a 5,8%.

Gráfico 10 – Crescimento anual do PIB da UEMOA.



Fonte: Elaborado pelo autor. Dados Apêndice A, Tabela 3 a 10.

Os países deste bloco, para conservar de modo duradouro este desempenho, deverão acelerar as reformas estruturais com vista a reforçar o caráter atrativo das economias e aumentar o nível e a qualidade dos investimentos. Por outro lado, necessita-se da estabilidade macroeconômica e de um setor financeiro saudável para mobilizar os recursos interno e externo indispensável para o financiamento da atividade econômica^[64].

A adesão da Guiné-Bissau à UEMOA, o controle e a gestão do orçamento guineense estão vinculados aos critérios da convergência imposta pela União. A maioria destes critérios estão relacionados com variáveis orçamentais, visando o fortalecimento da convergência da política macroeconômica e a base da moeda comum. Por mais de uma década, a situação econômica e política da Guiné-Bissau foi difícil, dado que foi marcada por anos de instabilidade política. Esse fator tem como consequência um impacto negativo no crescimento econômico e

no processo de integração à UEMOA^[48].

Nos últimos anos, Guiné-Bissau realizou grandes progressos na melhoria da gestão das finanças públicas com o objetivo de alcançar maior disciplina fiscal e melhorar a eficiência no uso dos recursos públicos. O desempenho fiscal tem sido satisfatório apesar do difícil ambiente externo e da desfavorável situação política. Com a ajuda do FMI e de outros parceiros de desenvolvimento, permitiu-se criar condições para o envolvimento renovado de doadores. Por sua vez, isso exigirá um compromisso e determinação das autoridades na implementação de reformas credíveis, permitindo a estabilização da situação macroeconômica^[48].

A performance econômica da UEMOA no período entre 1997 e 2017 é caracterizada por constantes variações no crescimento. Em 1997, o crescimento do PIB da União foi de 4,64%, ano em que a Guiné-Bissau tornou-se o novo membro. No ano seguinte, foi registrado uma variação de 4,91% e em seguida registrou-se uma ligeira queda para 3,5% no ano de 1999. A queda na produção dos países da União despencou a economia em 2000, para um crescimento de apenas 0,2%. Em 2001, com investimento interno desses países, registraram uma recuperação imediata em torno de 4,05%. Nos anos de 2002, a economia da União sofreu novamente desaceleração e ficou por volta de 0,82%.

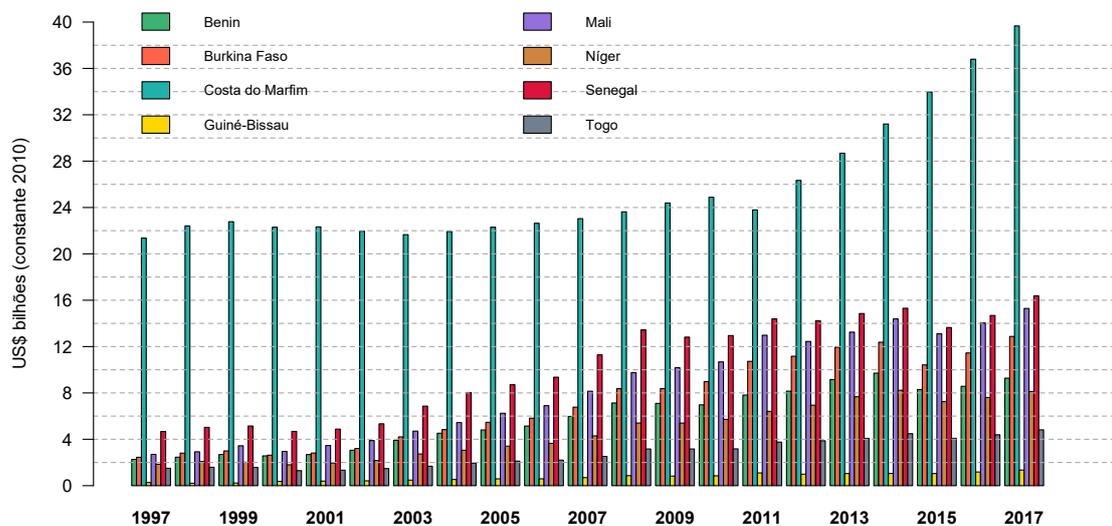
Entre anos de 2003 e 2010, o crescimento manteve um comportamento oscilatório sempre positivo, com 3,49% de média. Isto provavelmente deve-se ao fato de Costa do Marfim ter registrado uma queda no PIB (Costa do Marfim é a maior potência econômica da União), embora nessa mesma época teve aumento significativo de Senegal e Mali (o segundo e o terceiro país com maior PIB dentro do bloco). Em 2011, este registrou uma queda abrupta da tendência de crescimento para apenas 0,8% devido a desaceleração da economia mundial. E, no ano seguinte, marcou-se o crescimento acelerado de 5,9%. Esta aceleração permaneceu quase constante nos últimos anos.

No Gráfico 11 são apresentados os valores do PIB dos países membros da UEMOA de 1997 até 2017. Pode-se observar que em ordem decrescente a contribuição destes países na economia da UEMOA é dada por: Costa do Marfim, Senegal, Mali, Burkina Faso, Benin, Níger, Togo e Guiné-Bissau. Um fato muito curioso é que essa ordem não mudou nesses 21 anos.

A contribuição da Guiné-Bissau dentro da UEMOA é bastante reduzida em comparação aos demais países membros. Sua parte agregada no ano de sua integração foi de 1,75% e desde então ficou limitada ao intervalo de 1,04% a 1,23% sendo a maior registrada no ano de 2000. É uma contribuição simbólica que mostra uma representatividade limitada, sendo o país que menos contribui dentro do bloco.

No Gráfico 12 apresentamos unicamente a contribuição correspondente a Guiné-Bissau. Podemos perceber comportamento aproximadamente constante de 2003 a 2010, entre 1,13% e 1,16%. Após a alta registrada em 2011 de 1,23%, houve redução na participação

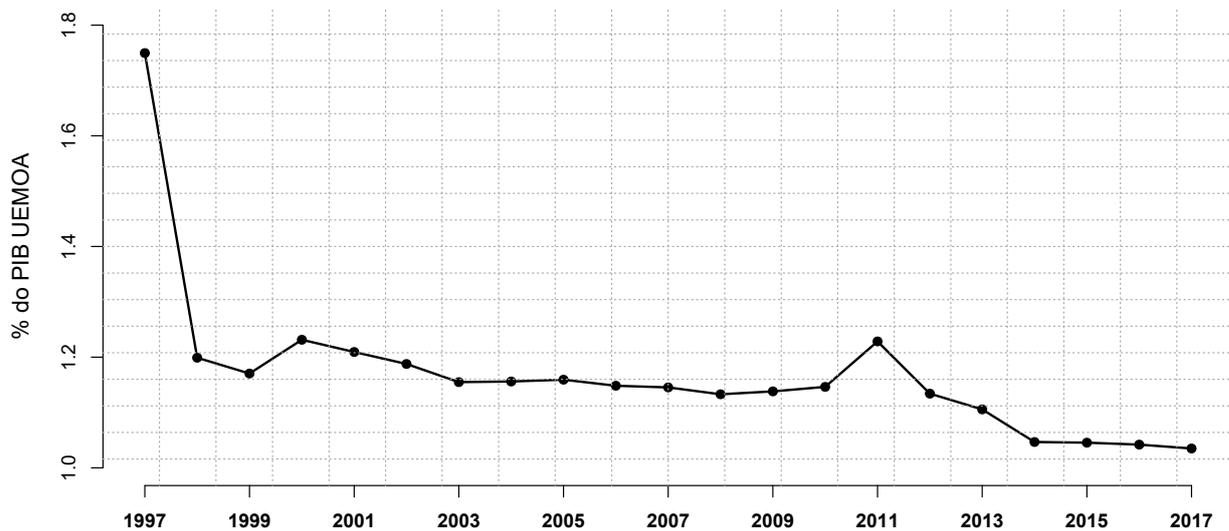
Gráfico 11 – Potencialidade econômica dos países da UEMOA (PIB US\$ bilhões).



Fonte: Elaborado pelo autor. Dados Apêndice A, Tabela 3 a 10.

econômica da Guiné-Bissau dentro da União, o que representa o não acompanhamento desta no desenvolvimento econômico progressivo da UEMOA.

Gráfico 12 – Contribuição da Guiné-Bissau na UEMOA.

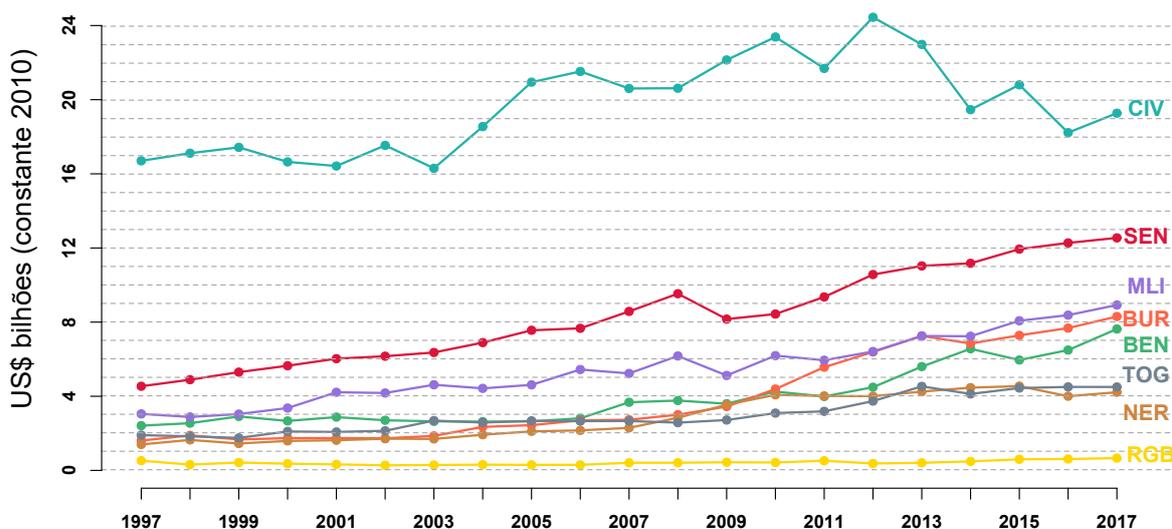


Fonte: Elaborado pelo autor. Dados Apêndice A, Tabela 3 a 10.

5.3 Balança e Corrente Comercial

O corrente comercial é o resultado de todas as operações do país com o exterior, incluindo receitas obtidas com exportações de mercadorias, gastos com importações, pagamentos de juros da dívida externa, seguros, fretes e transferências unilaterais^[65]. O Gráfico 13 mostra o comportamento do corrente comercial dos países membros da UEMOA. Os dados foram extraídos do banco de dados do *The World Bank*. Neste podemos observar que Costa do Marfim, é o país em destaque dentro da comunidade – este vem demonstrando sua participação no mercado externo com a demanda de seus produtos de exportação, como petróleo, ouro, algodão, gás, cacau e outros. Em seguida vem Senegal, Mali, Burkina Faso e Benin. A Guiné-Bissau é o país de menor expressão econômica dentro da União – este apresenta limitações tanto na exportação quanto na importação, ocupando pouco espaço no comércio internacional^[66].

Gráfico 13 – Corrente comercial dos países da UEMOA.



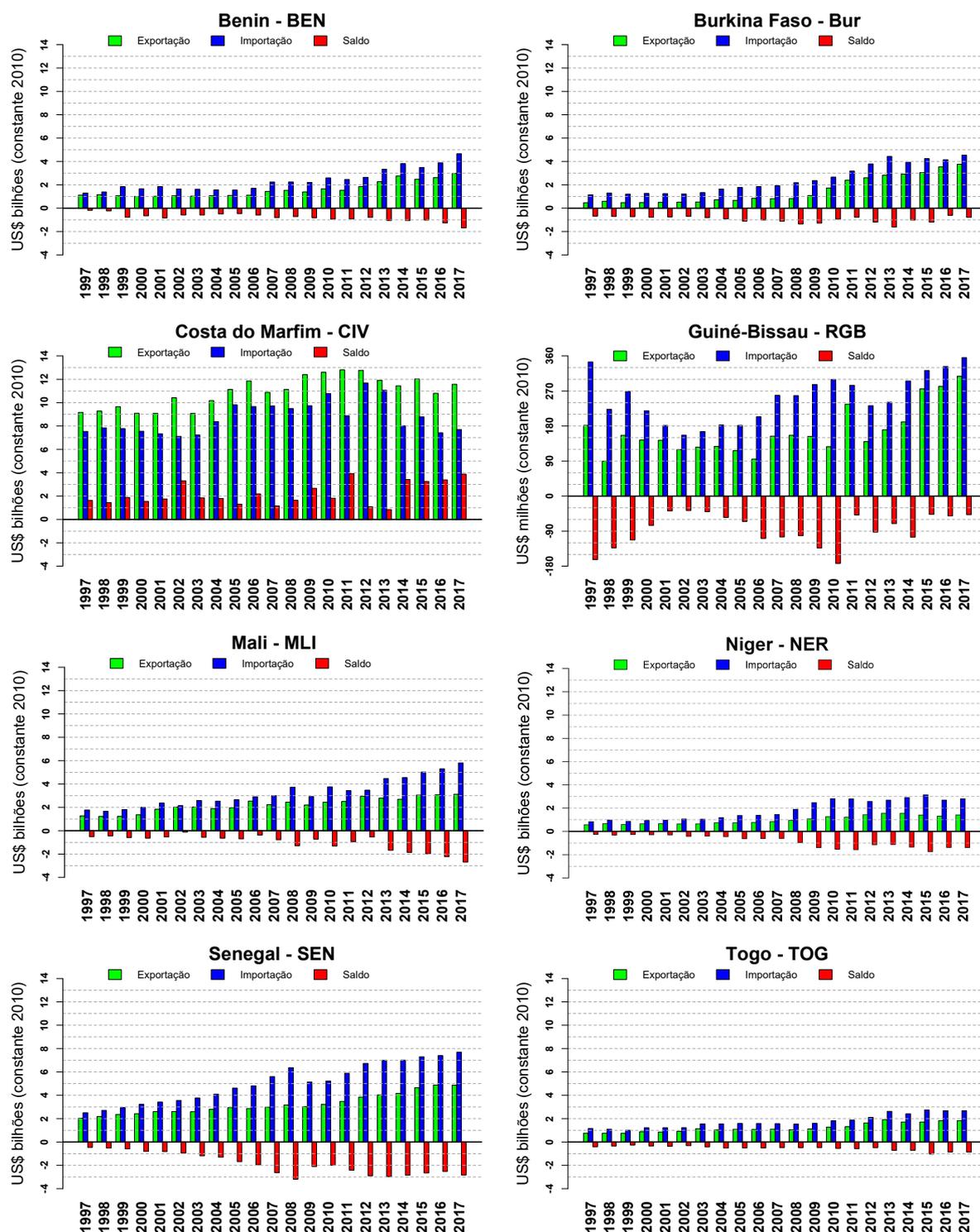
Fonte: Elaborado pelo autor. Dados Apêndice A, Tabela 11.

A análise do saldo comercial internacional destes países é medida através da sua balança comercial (a diferença entre a exportação e a importação de bens e serviços). Se a balança comercial for desfavorável (negativa), significa que houve valorização da produção feita no exterior do que a nacional, portanto, a moeda local desvaloriza-se em relação a estrangeira; se for favorável (positiva), é uma clara vantagem para o país em questão, pois atrai moeda estrangeira e faz com que a local se valorize e fortaleça^[67].

No Gráfico 14, tem-se representada a exportação e importação de bens e serviços e o saldo consequente das transações comerciais. Pode-se observar que há uma variação notável

entre os países membros da UEMOA referente a sua participação no comércio internacional. Um aspecto importante para ser destacado é que Costa do Marfim é o único país dentro da União a registrar saldo positivo nas exportações feitas entre 1997 a 2017. Os demais apresentaram saldo negativo em todos os anos do mesmo período.

Gráfico 14 – Balança comercial dos países da UEMOA.



Fonte: Elaborado pelo autor. Dados Apêndice A, Tabela 11.

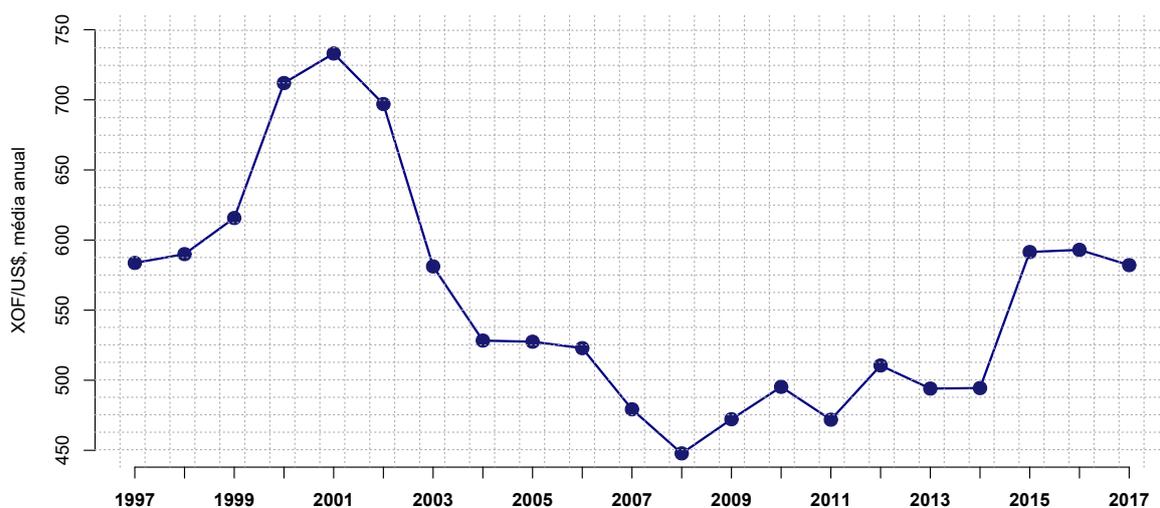
Para uma ilustração mais efetiva da balança comercial em relação aos países membros da UEMOA, tivemos que fugir do padrão determinado da escala em US\$ bilhões para US\$ milhões para o caso da Guiné-Bissau. Por ser um país com uma economia de pequena expressão, suas exportações e importações de produtos e bens, não ultrapassam 0,7 bilhão de dólar, portanto, não era claramente perceptível suas variações na mesma escala utilizada para os demais países.

5.4 Taxa de Câmbio – Franco CFA

A taxa de câmbio é um dos principais preços relativos da economia com influência direta no desempenho macroeconômico do país e na composição de sua estrutura produtiva. É uma variável extremamente complexa pois se relaciona tanto com o mercado de bens e serviços como o mercado ativo^[68].

O valor da moeda de um país em relação ao valor da moeda de outro país é definido pela taxa de câmbio, sendo a razão entre estas (o preço de cada uma no mercado). Os números para a taxa de câmbio oscilam muito, bem mais que a média das outras variáveis econômicas. Portanto, é bem difícil dizer em que patamar estará dentro de um mês ou ano. No Gráfico 15 tem-se o comportamento da taxa de câmbio da moeda franco CFA (XOF) em relação à dólar americano (US\$) de 1997-2017, em média por ano. Dados obtidos do banco de dados do *The World Bank*.

Gráfico 15 – Taxa de câmbio XOF/US\$.



Fonte: Elaborado pelo autor. Dados Apêndice A, Tabela 12.

Em 1997, US\$1,00 custava em torno de XOF 583,67, mostrando que o produto interno da União está relativamente desvalorizado. Essa tendência intensificou-se mais ainda no ano 2001, com a taxa cambial de 733,03 sobre o franco CFA. Na sequência, a moeda da União começou a valorizar-se, o que deve-se ao fato, possivelmente, do atentado ocorrido nos Estados Unidos no dia 11 de setembro de 2001 e por fatores comuns adversos. Em 2008, registrou-se a menor taxa sobre o dólar, o que explica-se, possivelmente, pelo aumento da produção da União e/ou exportações.

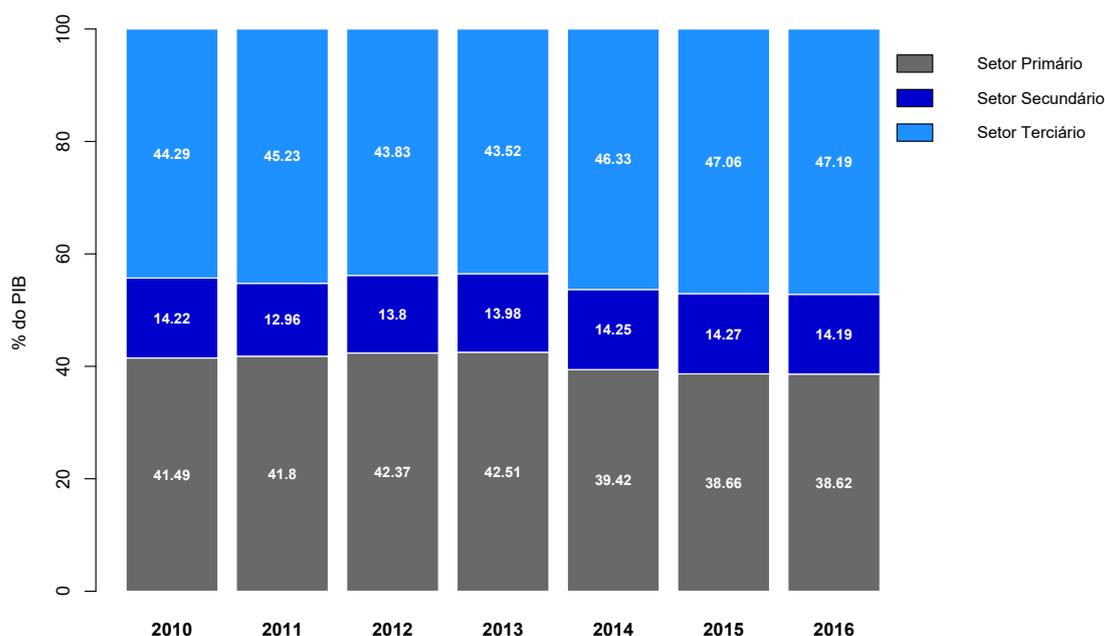
5.5 Estrutura Econômica da Guiné-Bissau

Nesta seção será apresentada uma visão geral do quadro econômico de Guiné-Bissau especificamente, passando por sua composição (setores econômicos), mercado externo, dívidas, áreas de produção e, finalmente, sua demografia.

5.5.1 PIB por Setor

A Guiné-Bissau é um país altamente dependente da agricultura, porém, tem presente considerável potencial econômico na riqueza disponível nos recursos naturais, como fosfato, bauxita, petróleo, ouro, areia pesada e entre outros. Estes, até o presente momento, encontram-se não exploradas pela recorrente instabilidade política vívida nos últimos anos^[42]. O Gráfico 16 apresenta a contribuição para o PIB por setor no intervalo de 2010 a 2016. Dados extraídos do banco de dados do Instituto Nacional de Estatística de Guiné-Bissau.

Gráfico 16 – Contribuição para o PIB por setor de produção.

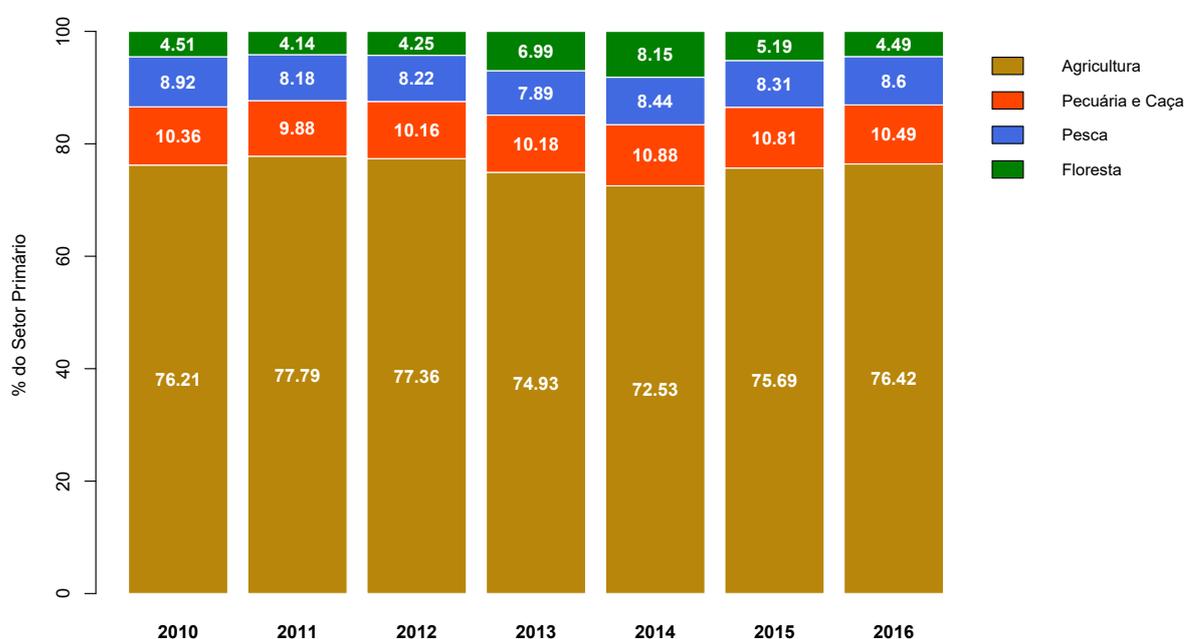


Fonte: Elaborado pelo autor. Dados Apêndice A, Tabela 13.

Entre 2010 e 2016, o setor terciário apresentou a maior representatividade na contribuição do PIB, em seguida o setor primário e, por último, o setor secundário. A variação do setor primário nesse período é de 38,62% a 42,51%, para o setor secundário foi de 12,96% a 14,27%, e no caso do setor terciário de 43,52% a 47,19%. Percebe-se que há um perfil pouco variável (quantitativamente) de 2010 a 2013 e de 2014 a 2016.

O Gráfico 17 ilustra a contribuição detalhada referente ao setor primário, no qual destaca-se a agricultura com o percentual no intervalo de 72,53% a 77,79%. Sabe-se que os principais produtos agrícolas produzidos são arroz, castanha de caju, mandioca, coco, amendoim e cereais. A pecuária é representada pela criação de bovinos, suínos, aves e ovinos-caprinos.

Gráfico 17 – Contribuição para o setor primário por atividade.



Fonte: Elaborado pelo autor. Dados Apêndice A, Tabela13.

No Gráfico 18 é apresentada a contribuição detalhada referente ao setor secundário. A produção de alimentos é a atividade que mais se destaca nesse setor (entre 73,45% a 77,91%). Outras indústrias de produção, somadas, não ultrapassam de 10,22%. A atividade extrativista ainda não é muito praticada, e apresenta uma contribuição modesta entre 0,15% e 0,30%.

Referente ao setor terciário, no Gráfico 19 tem-se a descrição detalhada de sua caracterização. As atividades relacionadas ao comércio e reparações são as que mais se destacam, com o percentual no intervalo de 46,12% a 49,55%. Serviços relacionados a administração pública vem em seguida, entre 21,81% e 26,50%. Serviços coletivos, domésticos e da saúde,

somados, não ultrapassam 2,32%. Hotéis e restaurantes também tem pequena expressão, de 0,14% a 0,37%.

Gráfico 18 – Contribuição para o setor secundário por atividade.



Fonte: Elaborado pelo autor. Dados Apêndice A, Tabela13.

Gráfico 19 – Contribuição para o setor terciário por atividade.

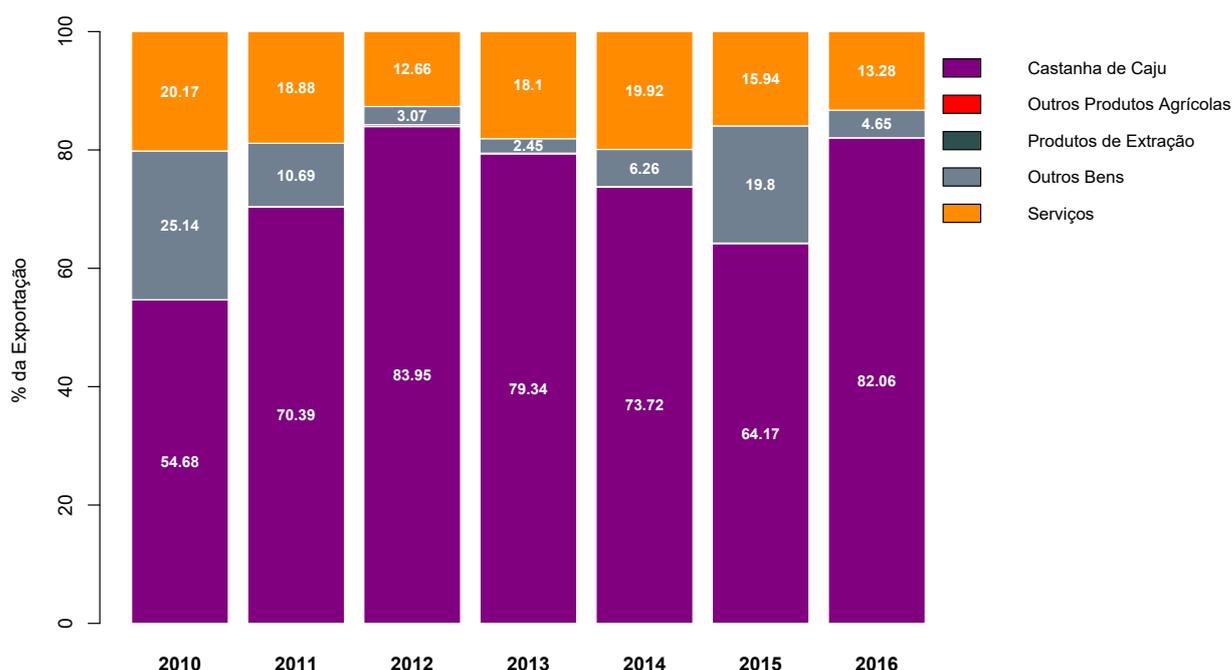


Fonte: Elaborado pelo autor. Dados Apêndice A, Tabela13.

5.5.2 Estrutura das Exportações e Importações

A Guiné-Bissau exporta principalmente produtos agrícolas, os quais representam a base da economia do país. O Gráfico 20 mostra a estrutura das exportações realizadas entre 2010 e 2016. Neste, podemos observar que o principal produto de exportação do país é a castanha de caju.

Gráfico 20 – Estrutura das exportações.



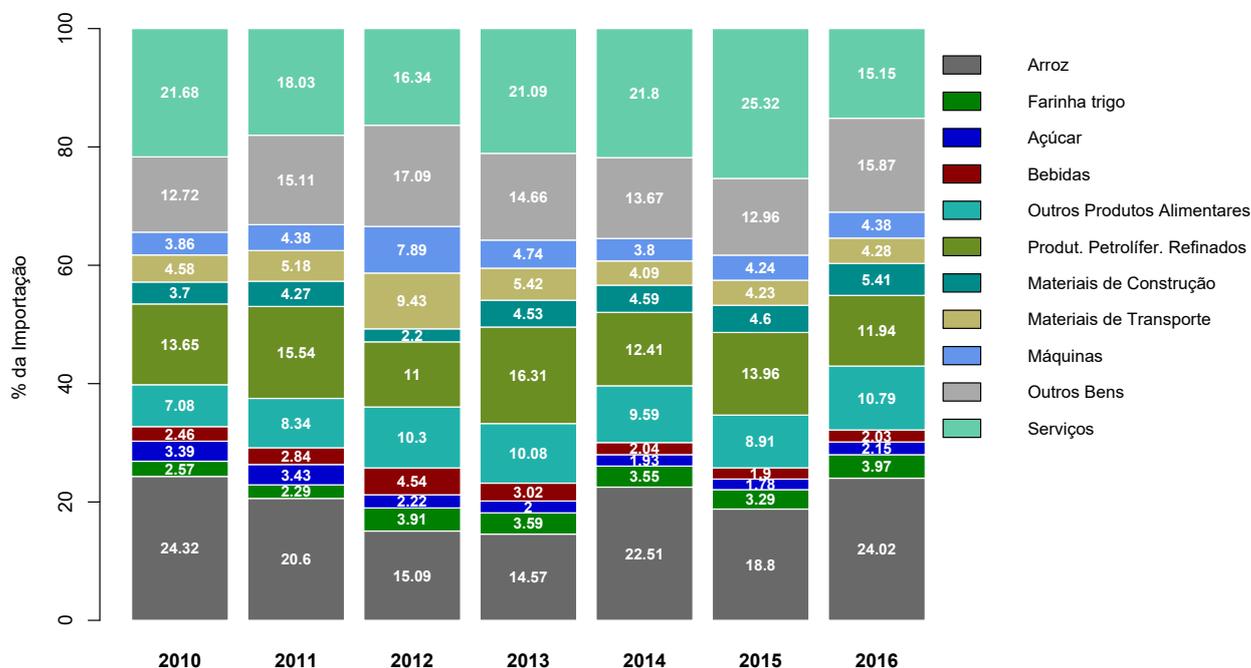
Fonte: Elaborado pelo autor. Dados Apêndice A, Tabela 14.

Em 2010, a castanha de caju representava 54,68% das exportações desse ano; no ano seguinte, o aumento na produção deste produto elevou sua exportação para 70,39%. Apesar de ser apontado uma contribuição de 83,95% em 2012, nesse ano houve queda de sua exportação, assim como em todos os outros setores. Em 2016, exportações de castanha de caju tiveram a maior alta (17,89%), correspondendo a 82,06% do total. Referente a produtos de extração, só há uma contribuição em 2011 de apenas 0,01%.

Em relação às importações do país, sua maioria são produtos de necessidade básica, em especial, arroz, farinha de trigo, açúcar e outros produtos alimentícios. O Gráfico 21 apresenta a estrutura das importações. As importações são baseadas na pauta comum estabelecida pela UEMOA. Neste contexto, as importações de bens sociais, como materiais de informática, bens de equipamento, bens culturais e científicos são isentas da taxaço, no que se refere aos direitos aduaneiros. Já o preço das matérias primas, incluindo petróleo e cereal para a indústria e produtos

intermediários como veículos, sofrem taxaço^[69].

Gráfico 21 – Estrutura das importações.



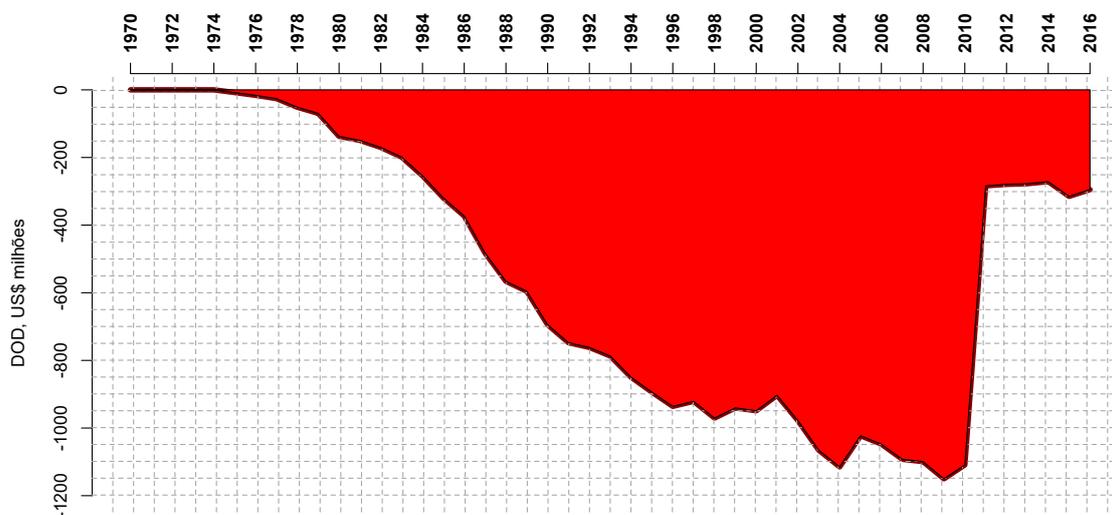
Fonte: Elaborado pelo autor. Dados Apêndice A, Tabela 15.

5.5.3 Dívida Pública

Os países em via de desenvolvimento recorrem à ajuda externa para fazer frente aos problemas estruturais e conjunturais que o afetam e que não permitem o crescimento da sua economia. Por exemplo, o pedido de ajuda externa da Guiné-Bissau para solucionar o problema da falta de pagamento de salários dos funcionários ou da insuficiência de meios para o combate de outras necessidades internas. Com isto, este acumulou uma dívida externa excessiva^[70].

No Gráfico 22 é apresentada a dívida externa da Guiné-Bissau de 1970 até 2016. Observa-se o crescimento acumulativo da dívida de 1975 a 1997 (ano em que Guiné-Bissau entrou na UEMOA). No entanto, as dívidas permaneceram crescentes e atingiu um valor de cerca de US\$ 1,15 bilhões até 2010, ano que este atingiu o ponto de conclusão da iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividado (HIPC, do inglês *Heavily Indebted Poor Countries*), tendo como benefício o perdão de suas dívidas, o qual ocasionou uma redução significativa dos juros relacionados aos capitais em atrasos. Assim, esse valor caiu aproximadamente para US\$ 300 milhões^[71].

Gráfico 22 – Dívida desembolsada e pendente (DOD, do inglês *Disbursed and outstanding debt*) da Guiné-Bissau.



Fonte: Elaborado pelo autor. Dados Apêndice A, Tabela12.

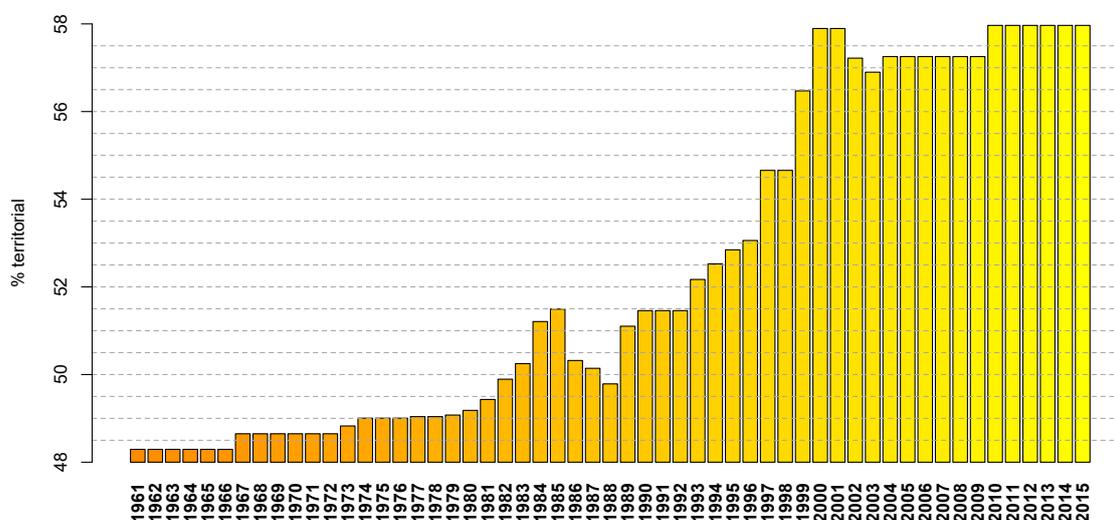
5.5.4 Área Cultivável

A agricultura é a base da economia guineense, com uma superfície de 20941 km² voltada para o plantio em 2015, segundo dados de *The World Bank*. No Gráfico 23 é possível observar a expansão territorial voltada para a atividade agrícola desde 1961. Neste, podemos observar o crescimento quase exponencial da utilização da terra para atividades agrícolas até o ano 2000.

Apesar da Guiné-Bissau ser um país tropical úmido, onde abundam os recursos naturais, a ameaça da degradação da terra se faz sentir cada vez mais, devido a sua vizinhança com os países sahelianos, a desertificação e os efeitos da seca são fenômenos que podem atingir as florestas e outras zonas arborizadas de todas as regiões do país. Alguns fatores que provocam a degradação das terras são a desflorestação e queimadas incontroladas^[72].

O âmbito político e o comércio internacional dos guineenses também repercute na produção e utilização das terras utilizadas para a agricultura. Cabe ressaltar que, a política do incentivo para a produção de caju, a posterior troca forçada por arroz e a subida do preço da castanha de caju no mercado internacional em meado da década de 80 e início dos 90, deram origem a uma multiplicação dos cajueiros em todo o país e sua instalação frequente em solos aptos para outras culturas, sobretudo na região de Biombo, Cacheu (norte do país) e Bolama (ao sul)^[73].

Gráfico 23 – Área territorial da Guiné-Bissau voltada para a agricultura.



Fonte: Elaborado pelo autor. Dados Apêndice A, Tabela12.

5.5.5 Densidade Demográfica

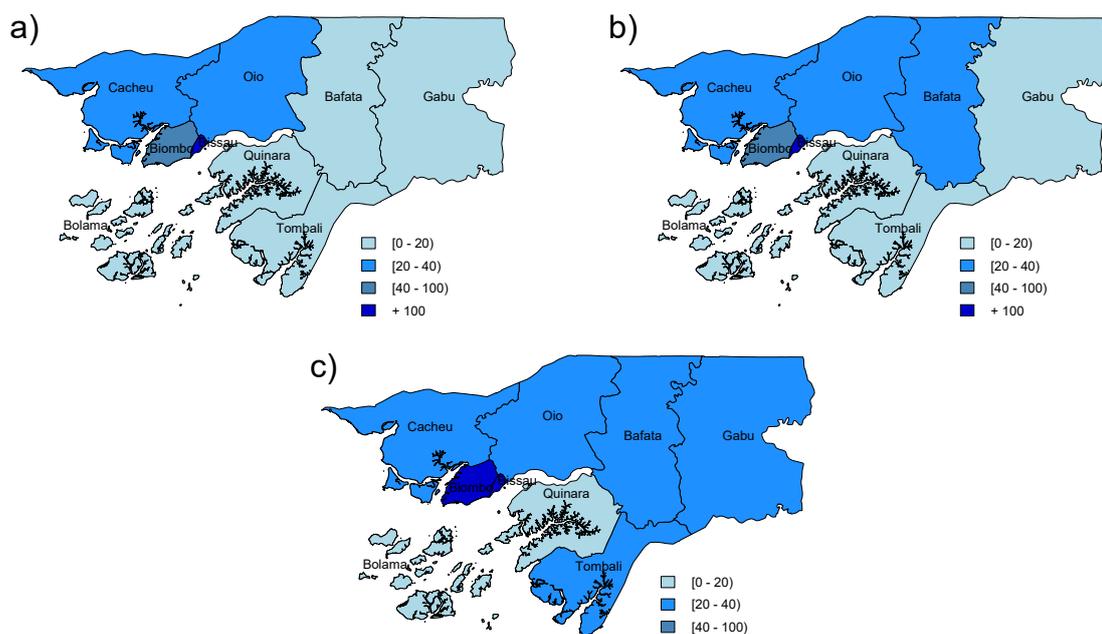
O estudo da densidade demográfica populacional é fundamental para o processo de planejamento urbano e regional^[74]. Portanto, nesta subseção serão analisados os dados dos censos realizados pelo Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau (INE) nos anos de 1979, 1991 e 2009. Inicialmente produzimos mapas da densidade bruta para os anos referidos (Ver Figura 8), visando analisar a situação real da variação de crescimento urbano da dinâmica populacional guineense.

Podemos observar que existem uma grande diferença entre as densidades demográficas das regiões. A cidade de Bissau com uma superfície de aproximadamente 77,5 km² é a unidade territorial que sempre apresentou a maior densidade populacional do país. Já a região de Bolama/Bijagós é a menos densamente povoada segundo os censos efetuados.

Na Tabela 1 são apresentadas as áreas em km², os tamanhos das populações e as densidades populacionais correspondentes às regiões que conformam Guiné-Bissau. Desta podemos inferir que:

- a) O censo 1979 mostra que a região de Oio é a mais populosa em todo território nacional, com um total de 135114 habitantes; em seguida vem a região de Cacheu com 130227 habitantes residentes. Bafatá, Bissau e Gabu contém 116032, 109214 e 104315 habitantes, respectivamente. As regiões de Biombo, Tombali, Quinara e Bolama/Bijagós são as

Figura 8 – Densidade demográfica de a) 1979; b) 1991; c) 2009.



Fonte: Elaborado pelo autor. Dados Apêndice A, Tabela 1.

que apresentam o menor número de população residente, 56463, 55099, 35532 e 25743, respectivamente.

No que se refere a densidade populacional por região, destaca-se a cidade de Bissau com um total de 1409,2 hab/km²; em seguida temos a região de Biombo com 67,3 hab/km². As regiões de Cacheu, Oio e Bafatá contem 25,2, 25,0 e 19,4 hab/km² respectivamente. As demais regiões possuem menor número de habitantes por quilômetro quadrado.

- b)** Percebe-se que o número de habitantes encontram-se concentrados mais na cidade de Bissau, em comparação com o censo feito em 1979, no qual tivemos a maior concentração populacional na região de Oio. Desta forma, percebemos uma repartição desigual no território nacional, com total de 195389 pessoas residentes na cidade de Bissau, seguido das regiões de Oio (155312), Cacheu (146570), Bafatá (145088) e Gabu (136101). As regiões de Tombali, Biombo, Quinara e Bolama/Bijagós são as que apresentam menores números da população residente.

Registra-se um total de 2521,1 hab/km² residentes na cidade de Bissau. Uma densidade populacional muito superior em comparação a demais regiões do país.

- c)** No censo de 1991 e 2009 mostra que a densidade populacional aumentou em todas as regiões do país, apesar da disparidades entre elas. Este passou de 27,1 hab/km² em 1991 para 40,1 hab/km² em 2009.

Verificamos também que houve aumento significativo em relação a cidade de Bissau, que

passou de 2521,1 hab/km² em 1991 para 4710,9 hab/km² em 2009. Segue a região de Biombo, cuja densidade aumentou de 71,3 para 110,9 hab/km².

É importante destacar que a proporção elevada da população residente na cidade de Bissau justifica-se certamente pelo fato desta ser a capital e o principal polo de desenvolvimento do país ^[75, 76].

Tabela 1 – Tabela de densidade demográfica das regiões de Guiné-Bissau.

Cidades	Área (km ²)	1979		1991		2009	
		Pop,	D, P	Pop,	D, P	Pop,	D, P
BAFATÁ	5981,1	116032	19,4	145088	24,3	200884	33,6
BIOMBO	838,8	56463	67,3	59827	71,3	93039	110,9
BISSAU	77,5	109214	1409,2	195389	2521,1	365097	4710,9
BOL/BIJAGÓS	2624,4	25743	9,8	26891	10,2	32442	12,3
CACHEU	5174,9	130227	25,2	146570	28,3	185053	35,7
GABU	9150	104315	11,4	136101	14,9	205608	22,4
OIO	5403,4	135114	25	155312	28,7	215259	39,8
QUINARA	3138,4	35532	11,3	42960	13,7	60777	19,3
TOMBALI	3736,5	55099	14,7	71065	19	91089	24,3

Fonte: INE–Guiné-Bissau^[74].

5.5.6 Migração

As migrações existem desde a formação da sociedade humana. Sempre foram registradas movimentações de pessoas em diversas direções, ora fugindo de perigos, calamidades e catástrofes que ameaçam sua existência; ora procurando melhor condição de vida^[74].

No caso da Guiné-Bissau é evidente que uma parte significativa de sua população continua numa movimentação constante em busca de melhores condições de vida. Este fenômeno foi verificado nos finais dos séculos XX ao início do século XXI, período em que foi constatada grande movimentação migratória em quase toda África Ocidental. O referido fenômeno pode ser interpretado como resultado da globalização ou das medidas políticas e econômicas adotadas pelos países membros da UEMOA, referente à livre circulação de pessoas, bens e capitais^[74, 77].

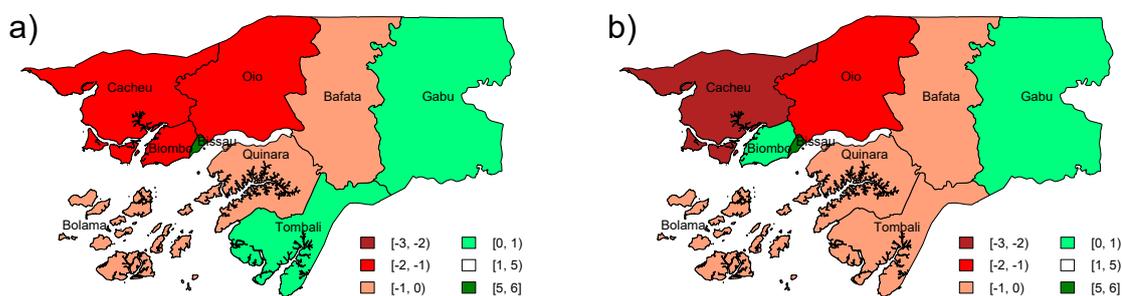
Nesse contexto, as questões relacionadas com as migrações começaram a preocupar o governo guineense que, além de criar instituições especializadas para esse assunto, estava interessado em aprofundar o conhecimento sobre o real fluxo do mesmo^[74, 77].

A Figura 9 mostra o mapa da Guiné-Bissau com as intensidades referentes às diferenças das proporções populacionais por região entre os anos correspondentes aos censos analisados, isto é, entre 1979 - 1991 e 1991 - 2009. Os valores exatos das proporções

populacionais e suas respectivas diferenças são apresentados na Tabela 2.

Ao analisar estas diferenças e o comportamento da densidade populacional podemos pensar que a maioria da saída migratórias são provenientes da região de Cacheu, seguida pela região de Oio. Aparentemente, como foi mencionado na subseção anterior, a cidade de Bissau recebe o fluxo migratório proveniente das outras regiões por ser o principal polo de desenvolvimento do país.

Figura 9 – Diferença das proporções populacionais entre a) 1991 - 1979 (%) e b) 2009 - 1991 (%).



Fonte: Elaborado pelo autor. Dados Apêndice A, Tabela 2.

Tabela 2 – Diferença das proporções populacionais entre 1991 - 1979 (%) e 2009 - 1991(%).

Cidades	1979	Proporção	1991	Proporção	2009	Proporção
BAFATÁ	15,11%	(-)	14,82%	-0,30%	13,86%	-0,96%
BIOMBO	7,35%	(-)	6,11%	-1,24%	6,42%	0,31%
BISSAU	14,23%	(-)	19,95%	5,73%	25,19%	5,24%
BOL/BIJAGÓS	3,35%	(-)	2,75%	-0,61%	2,24%	-0,51%
CACHEU	16,96%	(-)	14,97%	-1,99%	12,77%	-2,20%
GABU	13,59%	(-)	13,90%	0,31%	14,19%	0,29%
OIO	17,60%	(-)	15,86%	-1,74%	14,85%	-1,01%
QUINARA	4,63%	(-)	4,39%	-0,24%	4,19%	-0,19%
TOMBALI	7,18%	(-)	7,26%	0,08%	6,29%	-0,97%

Fonte: INE– Guiné-Bissau^[74].

6 CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

No período pré-colonial, a estrutura social, cultural, a forma de comércio e as políticas de governo na África diferenciavam-se bastante entre diferentes regiões do continente. Havia grande diversidade entre os povos e como estes construíram suas riquezas: troca de produtos, destinação de impostos para fortalecimento de reinos, caça, pesca, exploração de minérios e agricultura. Entretanto, a intensa exploração do continente com a chegada dos europeus desconfigurou em grande parte as particularidades de cada região.

Após a Conferência de Berlim, o processo destrutivo se deu de modo mais acentuado, levando a uma desestabilização social, cultural e econômica em todo o continente africano, e suas consequências se estendem fortemente até os dias atuais. Apesar do período colonial ter sido de intensa exploração, a África ainda é abundante em recursos naturais, com potencialidades para um desenvolvimento econômico crescente. No entanto, a instabilidade política, consequente do processo de retalhamento, ainda se faz presente em muitos países do continente, o que dificulta a implementação de projetos para avanços econômicos.

Após a independência, a retomada da economia de Guiné-Bissau não chegou a atingir níveis satisfatórios. A entrada na era democrática também não o levou às melhorias esperadas para sua recuperação econômica. Esses fatos são consequências diretas da instabilidade política que ainda continua bastante oscilante. O quadro macroeconômico atual da Guiné-Bissau não é favorável, no entanto, goza de recursos naturais que podem ajudar a impulsionar sua economia e ter uma melhor representatividade internacional.

A Guiné-Bissau integrou-se à UEMOA com o intuito de garantir estabilidade econômica e obter uma variação positiva e progressiva da mesma. Entre os países membros da UEMOA, após a adesão, Benin, Burkina Faso e Senegal sempre mantiverem um crescimento positivo, sendo a quinta, quarta e segunda maior potência da União, respectivamente. Costa do Marfim é o país de maior potência econômica, enquanto a Guiné-Bissau é a menor, sendo também o país que apresentou o menor valor da taxa de crescimento do PIB, de $-28,1\%$ em 1998, consequência do conflito político militar sofrido nessa mesma época. O crescimento do PIB da União se mantém positivo desde a inserção da Guiné-Bissau à mesma, e acima de $5,8\%$ desde 2017.

Referente à balança comercial entre os países membros da UEMOA, Costa do Marfim é o país com maior participação no comercial internacional e o único que apresenta saldo positivo desde 1997, ano em que Guiné-Bissau integrou-se a União. Em contraparte, os outros membros da união possuem saldo negativo em todo o período analisado. Vale ressaltar que a Guiné-Bissau é o país com a menor participação internacional em relação aos demais países da

União.

A composição do PIB da Guiné-Bissau está baseada principalmente no setor agrícola, associada à exportação de castanha de caju que corresponde a 82,06% de todos os produtos exportados em 2016. A área territorial voltada para a agricultura já atinge cerca de 58% de todo o território guineense. As indústrias de alimentos são a parte do setor secundário mais expressivo, representando entre 73,45% e 77,91% deste. Na parte do setor terciário, o que mais se destaca é o comércio, entre 46,12% e 49,55%. As importações consistem principalmente de produtos básicos, como arroz, farinha, açúcar, bebidas e outros produtos alimentícios.

A dívida pública resultou em um grande impasse para o desenvolvimento da economia de Guiné-Bissau; esta chegou a atingir US\$ 1,15 bilhões em 2008. Entretanto, o país foi beneficiado com um perdão significativo da dívida em 2010, caindo aproximadamente para US\$ 300 milhões. Possivelmente, a dívida poderá ser reduzida significativamente nos próximos anos, tendo em vista que, de 2015 a 2017, a taxa de crescimento do PIB estava entre 5,92% e 6,26%.

Contudo, a estabilização política e planejamento de investimentos podem impulsionar a economia do país, tendo em vista que muitos recursos ainda não são explorados. Desta forma, é previsível um comportamento ascendente, com maior participação no comércio externo no que diz respeito à exportação, a fim de conquistar saldos positivos e favorecer o desenvolvimento interno, o que levará a melhora de seu quadro macroeconômico e sua representatividade na UEMOA.

Como perspectivas de continuidade do trabalho, pretendemos realizar uma análise mais aprofundada das variáveis aqui estudadas e conhecer, detalhadamente, os fatos históricos e como estes refletem no percurso dos números que descrevem a economia de cada país da UEMOA. Por além dessa visão discursiva, desejamos realizar uma análise multivariada do PIB e crescimento do PIB dos países membros da UEMOA para uma descrição estatística efetiva.

REFERÊNCIAS

- 1 ROCHA, M. C.; RINCON, M. B.; BARBOSA, M. S. (ED.). **Síntese da coleção – história geral da África: pré-história ao século XVI**. Brasília: UNESCO, MEC, UFScar, 2013. 744 p.
- 2 SILVERIO, V. R.; ROCHA, M. C.; RINCON, M. S. (ED.). **Síntese da coleção – história geral da África: século XVI ao século XX**. Brasília: UNESCO: MEC: UFScar, 2013. 784 p.
- 3 HERNANDEZ, L. M. G. L. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. Livro (Selo Negro), São Paulo, 2008. 678 p.
- 4 THORNTON, J. K. **A África e os africanos na formação do mundo Atlântico: 1400-1800**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 436 p. Tradução de: Marisa Rocha Mota.
- 5 CAPOSSA, R. Algumas consequências da Conferência de Berlim (1884-1885) para a atual África. **Identidade!**. v. 7, n. 7, p. 10–18, 2005.
- 6 R CORE TEAM. **The R Project for Statistical Computing**. Disponível em: <www.r-project.org>. Vienna, Austria, 2013.
- 7 NIANE, D. T. (Ed.). **História geral da África IV: África do século XII ao XVI**. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. 896 p.
- 8 MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (Ed.). **História geral da África VIII: África desde 1935**. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. 1272 p.
- 9 KI-ZERBO, J. (Ed.). **História geral da África I: Metodologia e pré-história da África**. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. 992 p.
- 10 OGOT, B. A. (Ed.). **História geral da África V: África do século XVI ao XVIII**. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. 1208 p.
- 11 MOKHTAR, G. (Ed.). **História geral da África II: África antiga**. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. 1008 p.
- 12 BOAHEN, A. A. (Ed.). **História geral da África VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. 1040 p.
- 13 SEMEDO, R. J. **Os entraves à construção e consolidação do estado da Guiné-Bissau: o estado da Guiné-Bissau e os seus desafios político-institucionais**. 2009. 17 f. Resumo (Congresso Ibérico de Estudos Africanos) – Lisboa, Portugal, 2010.
- 14 MONTEIRO, A. O. C. Guiné Portuguesa *versus* Guiné-Bissau: a luta da libertação nacional e o projeto de construção do estado guineense. **A Cor das Letras**. v. 12, n. 1, p. 223–238, 2017.
- 15 MONTEIRO, A. O. C. **Guiné-Bissau: a luta armada à construção do estado nacional – conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959 - 1994)**. 2013. 289 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia de Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

- 16 FRAGA, L. A. A guerra colonial (1961-1974). **Repositório Institucional Camões da Universidade Autónoma de Lisboa**, Lisboa, p 98, 2014. Disponível em: <repositorio.ual.pt/handle/11144/653>. Acessado em: 10 mai 2018.
- 17 WOOLLACOTT, J. A luta pela libertação nacional na Guiné-Bissau e a revolução em Portugal. **Análise Social**. v. 19, n. 77/79, p. 1131–1155, 1983.
- 18 SANGREMAN, C. A política econômica e social na Guiné-Bissau – 1974 - 2016. **ISEG-CEsA**, n. 146, p. 35?, 2016.
- 19 LEITE, J. E. B. C. **A literatura Guineense**: contribuição para identidade da nação. 2014. 312 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Lisboa, 2014.
- 20 CARVALHO, C. D. S. P. d. **Guiné-Bissau**: instabilidade como regra. 2014. 168 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política, Cidadania e Governação) – Ciência Política Cidadania e Governação, Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologias, Lisboa, 2014.
- 21 SANGREMAN, C. et al. **A evolução política recente na Guiné Bissau – as eleições presidenciais de 2005 – os conflitos – o desenvolvimento – a sociedade civil**. 2005. 45 f. Resenha. Instituição Superior da Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, 2005.
- 22 FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **FAOSTAT**. Disponível em: <www.fao.org/faostat/en/#home>. Acessado em: 30 jul 2018.
- 23 MANCAL, A. **A produção, o desempenho e o comércio internacional do setor agrícola da África Ocidental**. 2018. 181 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, 2018.
- 24 CAMOANE, P.; PATRÍCIO, R. **Guiné-Bissau um ambiente prejudicial para o trabalho dos defensores dos direitos humanos missão de investigação internacional**. 2008. 508 f. Relatório (Federação Internacional dos Direitos Humanos & Organização Mundial contra a Tortura): Paris, FR e Geneva, SWI, 2008.
- 25 DIALLO, M. A. **África Ocidental**: oportunidades e desafios da integração regional frente às relações interafricana (desde os anos 1960). 2015. 249 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômica) – Faculdade de Ciências Econômica, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- 26 ACORDO DE PARCELA ECONÓMICA (APE). **Estudo do impacto de um acordo de parceria económica na economia da Guiné-Bissau**: relatório preliminar. Lisboa, Portugal: CESO CI consultores internacionais S. A., 2006. 141 f.
- 27 RODRIGUES, J. **A inserção da Guiné-Bissau na União Económica e Monetária Oeste Africana (UEMOA)**: limites e oportunidades para o desenvolvimento socioeconómico do país (1997 - 2013). 2016. 40 f. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Faculdade de Ciência Econômica, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- 28 NHANCA, V. J. L. **Macroeconomia recente de Guiné-Bissau**: perspectiva no contexto regional globalizado. 2013. 116 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Campus do Agreste, Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2013.

- 29 TAVARES, M. A. G. **Análise competitiva entre as normas brasileiras e o sistema contabilístico da África Ocidental (SYSCOA)**. 2010. 59 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- 30 MENDES, P. **A experiência da integração da Guiné-Bissau no seio da UEMOA: que subsídios a transmitir à União Europeia. Comércio Regional e Integração Monetária na África Ocidental e na Europa**, n. 6, p. 175–190, 2013.
- 31 DJAU, M. **Trinta anos de golpe de estado na Guiné-Bissau: uma análise de elite militar**. 2016. 58 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Política) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.
- 32 JAUARÁ, M. **Conflito militar e construção de estado nacional na África Lusófona: de luta de libertação à guerra civil**. 2007. 10 f. Resumo (Apresentação de Trabalho) – Arquivo Ana Lagôa – Centro de Educação e Ciências Humanas, 2007.
- 33 PAIVA, C. A. N.; CUNHA, A. M. Noções de Economia. **Noções de Economia**, p 451.
- 34 IBGE. Dimensão econômica: Quadro econômico. **Revista**, p 250–263, 2004.
- 35 DECALO, S. **Historical dictionary of Benin african historical dictionary; n. 61**. Third Edition. Dictionaries (Benin-History) – Scarecrow Press, 1995. 565 p.
- 36 MEYER, M. Climate change, security risks and conflict reduction in África: a case study of farmer-herder conflicts over natural resources in Côte d’Ivoire, Ghana and Burkina Faso 1960–2000. **Peace Review**, v. 29, n. 3, p. 420–423, 2017.
- 37 ALMEIDA, B. M. **O projeto cotton-4 “apoio ao desenvolvimento do setor algodoeiro dos países do cotton-4”**. 2011. 26 f. Artigo (Especialização em Relações Internacionais) – Curso de Relações Internacionais – Universidade de Brasília, 2011.
- 38 CAMAROTE, E.; ALLEN, J.; RICCA, L.; POMEROY, M.; ANTONIAZZ, R. (EQ). Avaliação do projeto “apoio ao desenvolvimento do setor algodoeiro dos países do C-4”. **Plan Políticas Públicas/Centro de Estudos e Arteculação da Cooperação Sul-Sul**, 107 p.
- 39 EUROPEIA, C. Para uma melhoria integração dos estados e dos povos. **ÁFRICA OCIDENTAL/UE**, Burkina Faso, p 8.
- 40 VISENTINI, P. F. **O livro na rua: Burkina Faso**. 2011. Thesaurus Editora: Brasília, 2011. f. 15.
- 41 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO COMERCIAL E INVESTIMENTOS. **Guia de negócio: Burkina Faso**. 2012. 24 f.
- 42 LUSOFONIA ECONÓMICA PLATAFORMAS CPLP. Guiné-Bissau: integração regional na CEDEAO e relacionamento com os países da CPLP. **Associação Industrial Portuguesa (AIP) / Câmara de Comércio e Indústria (CCI)**, 2014. 147 p.
- 43 VISENTINI, P. F. **O livro na rua: Costa do Marfim**. 2010. Thesaurus Editora: Brasília 2010, f. 15.
- 44 FAKHOURY, R. M. M. O conflito na Costa do Marfim e as missões de paz da ONU. **Observatório de conflitos internacionais**, Local, v. 4, n. 3, Junho 2017. 8 p.

- 45 EMBAIXADA DA REPÚBLICA DE CÔT D'IVOIRE. Novo banco. **Costa do Marfim**, Costa do Marfim, maio 2015. 22 p.
- 46 DUARTE, R. O conturbado processo democrático da Costa do Marfim. **Observatório de conflitos internacionais**, Junho 2012. 85 p.
- 47 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO COMERCIAL E INVESTIMENTOS. **Guia de negócio**: Guiné-Bissau. 2012 . 23 p.
- 48 CORREIA, T. A. J. **Política fiscal, composição da despesa e o crescimento económico da Guiné-Bissau, no contexto da CEDEAO**. 2012. 56 f. Dissertação (Mestrado em Economia, Mercados e Políticas Públicas) – Escola de Economia e Gestão, – Universidade do Minho, 2012.
- 49 DIVISION, L. O. C.-F. R. Country profile. **MALI**, 2005. 20 p.
- 50 MALI. African economic outlook. **Mali**, 2012. 15 p.
- 51 POLICY DEPARTMENT. Econmic factors behind the crisis. **MALI**, mar 2014. 42 p.
- 52 COUNTRY PROFILE. Country rofile:mali. **Library of Congress – Federal Research Division**, 2005. 20 p.
- 53 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO COMERCIAL E INVESTIMENTOS. **Guia de negócio**: Níger. 2012. 19 f.
- 54 ANDREW, F.; PHILLIPS, L. C. **Historical dictionary of Senegal african historical dictionaries; n. 65**. Second Edition. Dictionaries (Senegal-History) – Scarecrow Press, 1994. 353 p.
- 55 DIALLO, M. A. **A construção do estado na Senegal e integração na África Ocidental**: os problemas da Gambia, de Cassamance e da integração regional. 2011. 186 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto Filosofia e de Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil, 2011.
- 56 GOGUÉ, T. A.; EVLO, K. **Explaining african economic growth performance**. 2004. 40 f. Togo, 2004.
- 57 REPÚBLICA DE TOGO. Oficina de información diplomática. **Togo**, p. 9, maio 2018.
- 58 TOGO. **Togo - Economy**. Documento eletrônico. Disponível em: <www.globalsecurity.org/military/world/africa/to-economy.htm>. Acessado em: 04 out 2018.
- 59 PORTAL SÃO FRANCISCO. **Economia togolesa**. Documento eletrônico. Disponível em: <www.portalsaofrancisco.com.br/turismo/togo>. Acessado em: 09 out 2018.
- 60 KOTHOR, D. Political history of Togo. **Center for African Studies**, 1919-1921.
- 61 PEMET, S. **Empreendedorismo e capacitação em meio rural**: estudo de caso no Togo. 2016. 104 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Estudos de Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais) – Escola de Ciências Sociais e Humanas, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2016.
- 62 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO COMERCIAL E INVESTIMENTOS. **Guia de negócio**: Togo. 2012. 21 f.

- 63 DECALO, S. **Historical dictionary of Togo african historical dictionaries; n. 9**. Third Edition. Dictionaries (Historical Dictionary of Togo) – Scarecrow Press, 1996. 390 p.
- 64 BANCO CENTRAL DOS EATADOS DA ÁFRICA OCIDENTAL. Relatório anual. **Versão Resumida**, p 99, 2015.
- 65 VECCHI, V. Balanço de pagamentos. **Revista**, p. 103.
- 66 BRAGA, F. L. P.; VILHENA, L. G.; LIMA, B. B. Inserção internacional do setor calçadista das regiões nordeste e sul do Brasil: dinâmica das exportações (2005-2015). **Universidade Federal do Ceará/Universidade Estadual do Ceará**, v. 48, n. 3, p. 129–146, 2017.
- 67 CENTER FOR EUROPEAN INTEGRATION STUDIES. **Comércio regional e integração monetária na África Ocidental e na Europa**. Documento eletrônico. Disponível em: <www.researchgate.net/publication/280698009_WAI-ZEI_Paper_No6_Comercio_regional_e_integracao_monetaria_na_Africa_Ocidental_e_na_Europa>. Acessado em: 18 out 2018.
- 68 JUNIOR, R. T. et al. **Estudos sobre a taxa de câmbio no Brasil**. 2013. 138 f. Relatório (DEPECON-FIESP) – Faculdade Institucional do Estado de São Paulo: Ribeirão Preto, Brasil, 2013.
- 69 PALOP. **Regime de importação em PALOP**. Documento eletrônico. Disponível em: <www.cdt.unb.br/telecentros/regime-importacao/guine.htm>. Acessado em: 01 nov 2018.
- 70 COSTA, A. A. d. **Um olhar sobre o perdão da dívida externa à Guiné-Bissau!!!** Documento eletrônico. Disponível em: <www.didinho.org/Arquivo/UMOLHAR_SOBREOPERDAODADIVIDAEXTERNAAGUINEBISSAU.htm>. Acessado em: 16 out 2018.
- 71 REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU – MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS. Relatório das finanças públicas janeiro a dezembro de 2015. **Direção Geral da Previsão e Estudos Económicos**, 2015. 28 p.
- 72 REGALLA, A. Perfil temático na área da luta contra seca e desertificação: Inventário das necessidades prioritárias de reforço de capacidades para a gestão de ambiente nacional e mundial. **Projecto autoavaliação nacional das capacidades a reforçar (ANCR)**, 2010. 70 p.
- 73 OPENEDITION. **Etnográfica**. Documento eletrônico. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/etnografica/>>. Acessado em: 16 out 2018.
- 74 INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DA GUINÉ-BISSAU. **Guiné-Bissau em número 2015**. República da Guiné-Bissau: Bissau, RGB, 2015. 59 p.
- 75 INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DA GUINÉ-BISSAU. **Estado e estrutura da população**. República da Guiné-Bissau: Bissau, RGB, 2009. 114 p.
- 76 INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA E CENSOS DA GUINÉ-BISSAU. **Guiné-Bissau em número 2005**. República da Guiné-Bissau: Bissau, RGB, 2005. 43 p.
- 77 INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DA GUINÉ-BISSAU. **Migração**. República da Guiné-Bissau: Bissau, RGB, 2008. 70 p.
- 78 THE WORLD BANK GROUP. **Indicators: (Indicator Code)**. Disponível em: <data.worldbank.org/indicator/>. Acessado em: 12 jun 2018.

79 INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DA GUINÉ-BISSAU. **Boletim estatístico da Guiné-Bissau**: Guiné-bissau em números 2017. Imprensa Nacional: Bissau, RGB, 2017. 79 p.

APÊNDICE A – BASES DE DADOS

Tabela 3 – Dados referente a taxa de crescimento do PIB e PIB real de Benin.

Ano	Cresc. (%)	PIB (US\$ ₂₀₁₀)	Ano	Cresc. (%)	PIB (US\$ ₂₀₁₀)
1960	–	1265426253	1989	-2,85	2783751478
1961	3,14	1305176841	1990	8,98	3033624751
1962	-3,43	1260456133	1991	4,23	3161819648
1963	4,73	1320076061	1992	2,96	3255337130
1964	6,65	1407871140	1993	5,84	3445324207
1965	5,29	1482401907	1994	2,02	3514933553
1966	3,58	1535410564	1995	6,05	3727418268
1967	1,08	1551968411	1996	4,32	3888602421
1968	3,84	1611600246	1997	5,73	4111601652
1969	2,88	1657974011	1998	3,96	4274462693
1970	2,10	1692754286	1999	5,34	4502780954
1971	-1,50	1667416432	2000	5,86	4766643562
1972	6,43	1774570741	2001	5,33	5020725248
1973	3,71	1840339266	2002	4,64	5253911327
1974	3,34	1901793939	2003	3,44	5434858389
1975	-4,90	1808694556	2004	4,43	5675602454
1976	0,88	1824689861	2005	1,71	5772744796
1977	4,98	1915626267	2006	3,95	6000595826
1978	1,26	1939668872	2007	5,99	6359822427
1979	6,54	2066440730	2008	4,89	6670811297
1980	6,78	2206581861	2009	2,33	6826194585
1981	9,95	2426230120	2010	2,11	6970240895
1982	2,24	2480457973	2011	2,96	7176751732
1983	-4,35	2372612057	2012	4,82	7522418418
1984	7,93	2560756387	2013	7,19	8063258962
1985	7,53	2753589661	2014	6,35	8575423620
1986	2,17	2813373992	2015	2,10	8755148067
1987	-1,50	2771173299	2016	3,96	9102277423
1988	3,41	2865538547	2017	5,58	9610566351

Fonte: THE WORLD BANK (US)^[78].

Tabela 4 – Dados referente a taxa de crescimento do PIB e PIB real de Burkina Faso.

Ano	Cresc. (%)	PIB (US\$ ₂₀₁₀)	Ano	Cresc. (%)	PIB (US\$ ₂₀₁₀)
1960	–	1153497472	1989	2,15	3025913611
1961	4,04	1200144079	1990	-0,60	3007669516
1962	6,13	1273698494	1991	9,07	3280464674
1963	-1,27	1257547789	1992	0,23	3288098668
1964	2,28	1286255332	1993	3,46	3401912420
1965	3,76	1334676997	1994	1,31	3446647816
1966	0,54	1341852395	1995	5,72	3643671091
1967	8,82	1460248259	1996	11,01	4045012129
1968	3,07	1505089182	1997	6,32	4300528860
1969	2,03	1535583508	1998	7,31	4614799452
1970	0,12	1537380442	1999	7,40	4956487462
1971	1,41	1559108853	2000	1,82	5046707524
1972	2,31	1595147635	2001	6,61	5380466456
1973	0,45	1602315070	2002	4,35	5614678394
1974	8,29	1735089730	2003	7,80	6052760301
1975	3,00	1787114364	2004	4,48	6323831618
1976	8,53	1939642698	2005	8,66	6871593161
1977	0,37	1946826234	2006	6,25	7301284780
1978	4,61	2036532580	2007	5,66	7714172808
1979	3,66	2111163791	2008	7,29	8276883001
1980	0,80	2127987209	2009	2,96	8522045465
1981	4,26	2218539521	2010	5,37	8979966766
1982	9,56	2430680632	2011	6,63	9575057058
1983	0,35	2439090416	2012	6,45	10192906646
1984	-1,78	2395706396	2013	5,79	10783339867
1985	8,52	2599757454	2014	4,33	11249917445
1986	7,96	2806577589	2015	3,89	11688050886
1987	-0,24	2799944614	2016	5,92	12380518526
1988	5,80	2962218007	2017	6,74	13215293997

Fonte: THE WORLD BANK (US)^[78].

Tabela 5 – Dados referente a taxa de crescimento do PIB e PIB real de Costa do Marfim.

Ano	Cresc. (%)	PIB (US\$ ₂₀₁₀)	Ano	Cresc. (%)	PIB (US\$ ₂₀₁₀)
1960	–	4289508128	1989	2,95	17960956074
1961	9,93	4715565889	1990	-1,10	17764120445
1962	1,23	4773425623	1991	0,04	17771390442
1963	14,49	5465111983	1992	-0,24	17727928620
1964	17,61	6427686956	1993	-0,19	17693804999
1965	-3,11	6227808114	1994	0,81	17837338328
1966	11,58	6948823860	1995	7,13	19108381523
1967	4,60	7268341328	1996	7,73	20585330896
1968	12,55	8180390870	1997	3,74	21355953698
1969	9,54	8960736252	1998	4,93	22408947356
1970	10,38	9890415491	1999	1,62	22771418229
1971	9,46	10825716247	2000	-2,07	22300414202
1972	4,24	11284361249	2001	0,12	22327480641
1973	5,94	11954561755	2002	-1,67	21955138166
1974	4,33	12471881172	2003	-1,36	21656650171
1975	8,25	13501171353	2004	1,23	21923410906
1976	12,92	15245036304	2005	1,72	22300767039
1977	7,31	16360128257	2006	1,52	22638811513
1978	10,91	18144928866	2007	1,76	23038394864
1979	2,39	18579392397	2008	2,54	23624224724
1980	-10,96	16543518825	2009	3,25	24392355457
1981	3,50	17122624520	2010	2,02	24884505035
1982	0,20	17157010577	2011	-4,39	23792758396
1983	-3,90	16487845912	2012	10,71	26340131050
1984	-2,70	16042466089	2013	8,89	28681616270
1985	4,50	16764573291	2014	8,79	31203899802
1986	3,26	17310989204	2015	8,84	33963218674
1987	-0,35	17250578541	2016	8,34	36796468787
1988	1,14	17446628600	2017	7,80	39665491529

Fonte: THE WORLD BANK (US)^[78].

Tabela 6 – Dados referente a taxa de crescimento do PIB e PIB real da Guiné-Bissau.

Ano	Cresc. (%)	PIB (US\$ ₂₀₁₀)	Ano	Cresc. (%)	PIB (US\$ ₂₀₁₀)
1960	–	–	1989	6,10	586246442,10
1961	–	–	1990	6,10	622007475
1962	–	–	1991	5,10	653729856,40
1963	–	–	1992	1,10	660920884,60
1964	–	–	1993	2,10	674800223,20
1965	–	–	1994	3,20	696393830,50
1966	–	–	1995	4,40	727035159,10
1967	–	–	1996	11,60	811371237,50
1968	–	–	1997	6,50	864110367,90
1969	–	–	1998	-28,10	621295529,70
1970	–	347665923,10	1999	1,03	627667147,80
1971	-3,91	334068822	2000	5,43	661730564,60
1972	6,37	355365244,70	2001	2,19	676215230
1973	1,11	359309417,90	2002	-0,99	669553309,50
1974	4,56	375691200,40	2003	0,57	673359788,20
1975	7,85	405166370,30	2004	2,76	691953958,80
1976	4,94	425195588,70	2005	4,27	721473399,30
1977	-7,17	394708767,50	2006	2,31	738134802,90
1978	13,13	446518411,50	2007	3,26	762219812,80
1979	1,99	455422633,30	2008	3,20	786638037,50
1980	-15,95	382770647,70	2009	3,37	813139675,90
1981	18,17	452310612,90	2010	4,61	850633309,80
1982	4,20	471308030,20	2011	8,08	919405139,30
1983	-3,40	455291628,60	2012	-1,71	903658643,60
1984	9,11	496765158,30	2013	3,26	933080903,80
1985	4,17	517462843,40	2014	0,96	942081036
1986	-0,79	513354976,90	2015	6,13	999869068,10
1987	2,90	528242271,20	2016	6,26	1062488925
1988	4,60	552541415,60	2017	5,92	1125377386

Fonte: THE WORLD BANK (US)^[78].

Tabela 7 – Dados referente a taxa de crescimento do PIB e PIB real do Mali.

Ano	Cresc. (%)	PIB (US\$ ₂₀₁₀)	Ano	Cresc. (%)	PIB (US\$ ₂₀₁₀)
1960	–	–	1989	4,18	4178474745
1961	–	–	1990	-2,50	4073912797
1962	–	–	1991	11,75	4552402158
1963	–	–	1992	-3,22	4405875697
1964	–	–	1993	3,17	4545637484
1965	–	–	1994	3,78	4717459583
1966	–	–	1995	0,92	4760908442
1967	–	1944068679	1996	7,06	5096827925
1968	3,71	2016162720	1997	4,83	5342954986
1969	0,23	2020820045	1998	7,57	5747505780
1970	6,14	2144836859	1999	5,70	6075167846
1971	2,57	2199937632	2000	-0,06	6071472020
1972	5,84	2328502349	2001	15,38	7005036096
1973	-1,46	2294619943	2002	3,11	7222634110
1974	-1,53	2259539195	2003	9,12	7881269148
1975	11,62	2522211736	2004	1,56	8004216841
1976	13,62	2865823702	2005	6,53	8527273414
1977	6,35	3047764738	2006	4,66	8924830837
1978	-1,46	3003161422	2007	3,49	9236630227
1979	10,40	3315360390	2008	4,77	9677529939
1980	-4,33	3171943208	2009	4,68	10130347923
1981	1,51	3219801624	2010	5,41	10678749467
1982	-7,38	2982230717	2011	3,24	11024767958
1983	1,82	3036533374	2012	-0,84	10932581179
1984	-0,29	3027818184	2013	2,30	11184422458
1985	20,29	3642060606	2014	7,04	11972181171
1986	2,69	3740127490	2015	5,96	12686032241
1987	-0,14	3734922568	2016	5,80	13421822111
1988	7,39	4010922927	2017	5,30	14133178683

Fonte: THE WORLD BANK (US)^[78].

Tabela 8 – Dados referente a taxa de crescimento do PIB e PIB real do Níger.

Ano	Cresc. (%)	PIB (US\$ ₂₀₁₀)	Ano	Cresc. (%)	PIB (US\$ ₂₀₁₀)
1960	–	2074788352	1989	0,93	3104681860
1961	4,55	2169116385	1990	-1,28	3064806712
1962	10,28	2392073644	1991	2,50	3141555702
1963	9,43	2617603833	1992	-6,52	2936837965
1964	0,13	2621033938	1993	1,45	2979405607
1965	6,92	2802403243	1994	4,00	3098717743
1966	-0,38	2791684130	1995	2,61	3179462762
1967	0,12	2795114235	1996	3,42	3288171553
1968	0,38	2805833349	1997	2,75	3378726668
1969	-5,49	2651906852	1998	10,42	3730866431
1970	3,06	2732943262	1999	-0,57	3709646817
1971	5,68	2888155873	2000	-1,41	3657358998
1972	-5,17	2738945876	2001	7,10	3917190239
1973	-17,05	2272021789	2002	3,00	4034671555
1974	8,78	2471397109	2003	5,30	4248509147
1975	-2,79	2402366208	2004	0,10	4252757656
1976	0,68	2418659137	2005	4,50	4444131751
1977	7,76	2606457888	2006	5,80	4701891392
1978	13,47	2957615854	2007	3,15	4849839715
1979	7,15	3168996543	2008	9,59	5314826498
1980	-2,23	3098250448	2009	-0,71	5276949262
1981	0,61	3117116167	2010	8,37	5718589799
1982	1,62	3167710148	2011	2,28	5848875558
1983	-4,75	3017214037	2012	11,85	6541956736
1984	-16,83	2509557065	2013	5,27	6886614159
1985	7,72	2703358710	2014	7,53	7405110305
1986	6,36	2875293049	2015	4,34	7726313712
1987	0,07	2877436759	2016	4,93	8106889865
1988	6,90	3075954624	2017	4,89	8503682935

Fonte: THE WORLD BANK (US)^[78].

Tabela 9 – Dados referente a taxa de crescimento do PIB e PIB real do Senegal.

Ano	Cresc. (%)	PIB (US\$ ₂₀₁₀)	Ano	Cresc. (%)	PIB (US\$ ₂₀₁₀)
1960	–	3464325831	1989	3,98	6442065856
1961	2,99	3568028632	1990	-0,68	6398540802
1962	-0,14	3563167715	1991	2,56	6562076335
1963	1,86	3629602214	1992	1,24	6643619795
1964	3,88	3770573318	1993	1,30	6730038699
1965	1,33	3820804499	1994	-0,02	6728872474
1966	2,88	3930719912	1995	5,36	7089773725
1967	-1,22	3882773271	1996	2,01	7232428842
1968	6,29	4127029744	1997	3,12	7458372326
1969	-6,55	3856538316	1998	5,90	7898317288
1970	8,56	4186736882	1999	6,36	8400637866
1971	-0,14	4180856634	2000	3,19	8668335875
1972	6,38	4447729447	2001	4,58	9065425099
1973	-5,58	4199402033	2002	0,65	9124785833
1974	4,20	4375809486	2003	6,68	9734616091
1975	7,54	4705555724	2004	5,87	10306113228
1976	8,92	5125314997	2005	5,62	10885585457
1977	-2,68	4987807649	2006	2,46	11153541790
1978	-3,95	4790593163	2007	4,94	11704357788
1979	7,00	5126015436	2008	3,68	12135373619
1980	-3,31	4956311122	2009	2,42	12429435070
1981	5,07	5207572129	2010	4,18	12948906289
1982	7,84	5616005377	2011	1,76	13176951814
1983	-5,33	5316874875	2012	4,41	13758210915
1984	3,75	5516032479	2013	3,46	14233621993
1985	3,28	5697149789	2014	4,08	14813653949
1986	3,11	5874521416	2015	6,46	15770157927
1987	6,09	6232536756	2016	6,74	16833353304
1988	-0,59	6195613276	2017	6,79	17975846535

Fonte: THE WORLD BANK (US)^[78].

Tabela 10 – Dados referente a taxa de crescimento do PIB e PIB real de Togo.

Ano	Cresc. (%)	PIB (US\$ ₂₀₁₀)	Ano	Cresc. (%)	PIB (US\$ ₂₀₁₀)
1960	–	551677358,60	1989	4,06	2069705740,00
1961	12,17	618812727,20	1990	-0,24	2064662775,00
1962	3,77	642164571,20	1991	-0,70	2050210807,00
1963	5,00	674270836,50	1992	-3,98	1968598335,00
1964	14,29	770597244,20	1993	-15,10	1671422127,00
1965	15,46	889729364,20	1994	14,98	1921841515,00
1966	9,41	973441500,90	1995	7,85	2072625978,00
1967	5,50	1026984400,00	1996	8,84	2255767596,00
1968	5,02	1078576932,00	1997	14,38	2580087820,00
1969	10,83	1195396179,00	1998	-2,30	2520748985,00
1970	2,52	1225571597,00	1999	2,48	2583307709,00
1971	0,00	1225571597,00	2000	-0,78	2563068020,00
1972	7,63	1319023362,00	2001	-1,63	2521371869,00
1973	3,84	1369640672,00	2002	-0,92	2498121012,00
1974	4,83	1435833340,00	2003	4,95	2621887861,00
1975	2,44	1470875444,00	2004	2,12	2677447378,00
1976	-2,05	1440700102,00	2005	1,18	2709052153,00
1977	6,96	1540959652,00	2006	4,05	2818834122,00
1978	11,05	1711165341,00	2007	2,29	2883398218,00
1979	-5,17	1622736720,00	2008	2,23	2947567675,00
1980	14,58	1859282339,00	2009	3,51	3051036045,00
1981	-3,32	1797643670,00	2010	4,00	3172945645,00
1982	-3,58	1733244837,00	2011	4,88	3327904820,00
1983	-5,41	1639406827,00	2012	4,82	3488321264,00
1984	5,56	1730484975,00	2013	3,97	3626730618,00
1985	5,56	1826622971,00	2014	5,87	3839682315,00
1986	1,59	1855602423,00	2015	5,38	4046443148,00
1987	0,51	1865069005,00	2016	5,40	4264876064,00
1988	6,64	1988953785,00	2017	5,57	4502250154,00

Fonte: THE WORLD BANK (US)^[78].

Tabela 11 – Exportação (% do PIB), importação (% do PIB) e PIB real (US\$ constante 2010) dos países do UEMOA.

Ano	BEN _{Exp} (%)	BEN _{Imp} (%)	BEN _{PIB} (US\$ ₂₀₁₀)	BUR _{Exp} (%)	BUR _{Imp} (%)	BUR _{PIB} (US\$ ₂₀₁₀)	CIV _{Exp} (%)	CIV _{Imp} (%)	CIV _{PIB} (US\$ ₂₀₁₀)
2008	22,85	33,64	6670811297,00	9,97	26,34	8276883001,00	47,12	40,16	23624224724,00
2009	20,37	32,33	6826194585,00	12,70	27,72	8522045465,00	50,85	39,92	24392355457,00
2010	23,79	37,21	6970240895,00	19,23	29,64	897996766,00	50,63	43,33	24884505035,00
2011	21,38	34,19	7176751732,00	25,00	33,15	9575057058,00	53,82	37,33	23792758396,00
2012	24,59	35,08	7522418418,00	25,52	37,16	10192906646,00	48,48	44,33	26340131050,00
2013	28,15	41,30	8063258962,00	26,17	41,10	10783339867,00	41,53	38,60	28681616270,00
2014	32,08	44,45	8575423620,00	25,93	34,94	11249917445,00	36,66	25,71	31203899802,00
2015	28,22	39,80	8755148067,00	26,05	36,29	11688050886,00	35,41	25,84	33963218674,00
2016	28,71	42,61	9102277423,00	28,54	33,47	12380518526,00	29,36	20,16	36796468787,00
2017	30,93	48,45	9610566351,00	28,45	34,38	13215293997,00	29,18	19,40	39665491529,00
Ano	RGB _{Exp} (%)	RGB _{Imp} (%)	RGB _{PIB} (US\$ ₂₀₁₀)	MLI _{Exp} (%)	MLI _{Imp} (%)	MLI _{PIB} (US\$ ₂₀₁₀)	NER _{Exp} (%)	NER _{Imp} (%)	NER _{PIB} (US\$ ₂₀₁₀)
2008	19,85	32,79	786638037,50	25,27	38,52	9677529939,00	17,73	35,69	5314826498,00
2009	18,85	35,22	813139675,90	21,73	28,83	10130347923,00	20,32	46,86	5276949262,00
2010	14,91	35,22	850633309,80	22,84	35,15	10678749467,00	22,20	49,09	5718589799,00
2011	25,67	30,95	919405139,30	22,73	31,19	11024767958,00	20,90	47,79	5848875558,00
2012	15,48	25,70	903658643,60	26,89	31,78	10932581179,00	21,86	39,36	6541956736,00
2013	18,26	25,82	933080903,80	24,93	39,91	11184422458,00	22,64	39,08	6886614159,00
2014	20,21	31,39	942081036,00	22,49	37,97	11972181171,00	21,02	39,28	7405110305,00
2015	27,54	32,24	999869068,10	24,04	39,59	12686032241,00	18,19	40,66	7726313712,00
2016	26,51	31,30	1062488925,00	22,91	39,50	1342182211,00	16,17	33,20	8106889865,00
2017	27,36	31,59	1125377386,00	22,08	41,05	14133178683,00	16,62	32,96	8503682935,00
Ano	SEN _{Exp} (%)	SEN _{Imp} (%)	SEN _{PIB} (US\$ ₂₀₁₀)	TOG _{Exp} (%)	TOG _{Imp} (%)	TOG _{PIB} (US\$ ₂₀₁₀)			
2008	26,13	52,43	12135373619,00	35,49	51,94	2947567675,00			
2009	24,39	41,27	12429435070,00	36,74	52,35	3051036045,00			
2010	24,88	40,27	12948906289,00	40,16	57,31	3172945645,00			
2011	26,35	44,67	13176951814,00	39,43	56,33	3327904820,00			
2012	27,91	48,90	13758210915,00	46,67	60,51	3488321264,00			
2013	28,35	49,16	14233621993,00	52,71	72,32	3626730618,00			
2014	28,12	47,30	14813653949,00	44,50	62,92	3839682315,00			
2015	29,44	46,26	15770157927,00	42,22	67,60	4046443148,00			
2016	28,97	43,93	16833353304,00	42,82	62,80	4264876064,00			
2017	27,04	42,75	17975846535,00	40,47	59,51	4502250154,00			

Fonte: THE WORLD BANK (US)^[78].

Tabela 12 – Taxa de câmbio CFA (XOF/US\$, média anual), terra cultivável (% área territorial) e dívida externa (DOD, US\$ atual).

Ano	XOF/US\$	Cultivável	Dívida	Ano	XOF/US\$	Cultivável	Dívida
1960	245,20	–	–	1989	319,01	51,10	595501000
1961	245,26	48,29	–	1999	272,26	51,46	694508000
1962	245,01	48,29	–	1991	282,11	51,46	747551000
1963	245,02	48,29	–	1992	264,69	51,46	761631000
1964	245,03	48,29	–	1993	283,16	52,17	786804000
1965	245,06	48,29	–	1994	555,20	52,52	849543000
1966	245,68	48,29	–	1995	499,15	52,84	893867000
1967	246,00	48,65	–	1996	511,55	53,06	935794000
1968	247,56	48,65	–	1997	583,67	54,66	921085000
1969	259,96	48,65	–	1998	589,95	54,66	970399000
1970	276,40	48,65	0	1999	615,70	56,47	940380000
1971	275,36	48,65	0	2000	711,98	57,89	948835000
1972	252,03	48,65	0	2001	733,04	57,89	903109000
1973	222,89	48,83	0	2002	696,99	57,22	977942000
1974	240,70	49,00	0	2003	581,20	56,90	1065436000
1975	214,31	49,00	7904000	2004	528,28	57,25	1114790000
1976	238,95	49,00	16173000	2005	527,47	57,25	1022676000
1977	245,68	49,04	25849000	2006	522,89	57,25	1047370000
1978	225,66	49,04	51399000	2007	479,27	57,25	1092303000
1979	212,72	49,08	69510000	2008	447,81	57,25	1099285000
1980	211,28	49,18	137332000	2009	472,19	57,25	1150022000
1981	271,73	49,43	149446000	2010	495,28	57,97	1108949000
1982	328,61	49,89	170158000	2011	471,87	57,97	283671000
1983	381,07	50,25	198811000	2012	510,53	57,97	279453000
1984	436,96	51,21	254000000	2013	494,04	57,97	277396000
1985	449,26	51,49	319397000	2014	494,41	57,97	271385000
1986	346,31	50,32	372966000	2015	591,45	57,97	314876000
1987	300,54	50,14	482398000	2016	593,01	–	295006000
1988	297,85	49,79	566147000	2017	582,09	–	–

Fonte: INE– Guiné-Bissau^[79].

Tabela 13 – PIB, ótica de produção (Em milhões de Franco CFA à preço corrente de 2005).

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Setor Primário	150036	164368	164282	170407	159368	164003	172727
Agricultura	114349	127870	127096	127683	115590	124142	132002
Pecuária, Caça	15542	16239	16694	17354	17334	17725	18126
Pesca	13376	13447	13505	13451	13453	13629	14849
Floresta	6769	6812	6987	11919	12991	8507	7750
Setor Secundário	51444	50975	53515	56030	57590	60541	63444
Atividade Extrativa	155	80	88	144	156	119	98
Agroalimentar	37784	39257	41546	42778	42905	47079	49431
Outras Industriais	5164	5208	5203	4651	4665	4801	6365
Construção	5847	3135	3692	6011	6493	4951	4071
Água, Eletricidade	2494	3295	2986	2446	3371	3591	3479
Setor Terciário	160168	177861	169926	174450	187288	199625	211056
Comércio e Reparação	73919	82033	84191	85037	87385	92781	100459
Hotéis e Restaurantes	461	456	234	581	671	679	784
Transporte e Telecomunicação	22474	25659	24742	24512	26578	30171	31398
Serviços Financeiros	4635	7547	6726	6614	7632	6720	6818
Serviços Imobiliários Outros Serviços	5083	5269	5364	5492	5623	5920	6143
Serviços de Administração Pública	42548	45925	37054	42127	49414	52898	54549
Serviço de Educação	7325	7779	7946	6650	6448	6781	7043
Serviço de Saúde	2870	2340	2797	2548	2624	2743	2911
Serviços Coletivos e Domésticos	853	853	872	889	913	932	951
Correção pelo consumo do SIFIM*	-5743	-8355	-8104	-8503	-10120	-7308	-7400
Total do valor acrescentado	355905	384850	379619	392384	394126	416861	439828
Imposto sobre os produtos	9021	9580	8055	7913	10032	12082	13809
Produto Interno Bruto	364926	394430	387674	400297	404158	428943	453637

Fonte: INE– Guiné-Bissau^[79]. *Serviços de Intermediação Financeira Indirectamente Medidos.

Tabela 14 – Evolução das exportações, por tipo de produto (milhões de Franco CFA à preço corrente de 2005).

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Castanha de Caju	47121	69528	58355	64703	67237	65791	71072
Outros Produtos Agrícolas	5	33	225	95	95	93	0
Produtos de Extração	0	10	0	0	0	0	0
Outros Bens	21662	10563	2131	1998	5705	20294	4031
Serviços	17385	18648	8802	14758	18163	16343	11505

Fonte: INE–Guiné-Bissau^[79].

Tabela 15 – Estrutura de importação, por tipo de produto (milhões de Franco CFA à preço corrente de 2005).

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Arroz	34682	29219	16161	15382	31733	30223	37477
Farinha de Trigo	3670	3253	4183	3792	5011	5281	6192
Açúcar	4830	4871	2374	2110	2720	2867	3361
Bebidas	3507	4021	4865	3183	2880	3058	3168
Outros Produtos Alimentares	10096	11826	11033	10635	13523	14328	16836
Produtos Petrolíferos Refinados	19467	22033	11782	17213	17492	22437	18631
Materiais de Construção	5281	6052	2355	4781	6470	7389	8434
Materiais de Transporte	6527	7345	10095	5717	5771	6803	6679
Maquinas	5503	6214	8446	5005	5357	6810	6839
Outros Bens	18148	21422	18306	15476	19266	20840	24760
Serviços	30921	25564	17499	22258	30735	40705	23637

Fonte: INE–Guiné-Bissau^[79].

APÊNDICE B – SCRIPTS DO R

Gráfico 1

```

\scafont{0.9}
linha=read.csv("Exp_Escrav.csv",dec = ".", sep=";");linha
aa=linha[1:5,1:2];aa
P=plot(aa, type = "l", xlim=c(1500,1700),
       ylim=c(1000,36000), pch=4, main=
       " Estimativa das Exportações
       Anuais de Escravos do Continente Africano,
       1500-1700.",ylab="nº estimado",
       xlab= " ", lwd =2, col=10, axes=FALSE);P
axis(1, at = seq(1500, 1700, 50), font= 2)
axis(2, at = seq(1000, 36000, 7000), las=3)
lines(linha\$ANO,
linha\$Golf..Guin, type="l", lwd=3, col="blue")
lines(linha\$ANO,
linha\$Cent..Oest, type="l", lwd=3, col="orange")
lines(linha\$ANO, linha\$Total, type="l", lwd=3, col="green")
points(aa, type="p", lwd=6, cex=0.6, col='red')
points(linha\$ANO, linha\$Golf..Guin,
       type="p", lwd=6, cex=0.6, col='blue')
points(linha\$ANO, linha\$Cent..Oest,
       type="p", lwd=6, cex=0.6, col='orange')
points(linha\$ANO, linha\$Total, type="p", lwd=6, cex=0.6, col='green')
grid(nx =24, ny = 22, col = "#696969", lty = "dotted",
     lwd = par("lwd"), equiloggs = TRUE)
legend("top",legend=c("Costa Ocidental","Golfo da Guiné",
"Centro-Oeste","Total"),x=1500, y=36000,
      xpd=TRUE, fill=c("red","blue","orange","green"),
      bty="n", ncol=1, cex=1)

```

Mapa 7

```
require(stringr); require(XML); require(RCurl); require(maptools)
require(RColorBrewer); require(bitops); require(rgdal)
require(shape); require(maps); require(mapdata)
require(rworldmap); require(maptools); require(mapproj)
require(ggmap)
map=readShapePoly("Africa.shp")
city=read.csv("tentar.csv", sep=";", dec = ".");city
plot(map)
city\[X1]=as.numeric(city\[X1]);city
city\[inter]=cut(city\[X1, breaks = c(-1, 50, 150, 250, 350, 450, 550,
650, 750, 850), labels = c(" ", "BENIN", "BURKINA FASO",
"COSTA DO MARFIM", "GUINÉ-BISSAU", "MALI", "NIGER",
"SENEGAL", "TOGO"));city
colorir=c('white', 'green', 'blue', 'yellow', 'red', 'orange',
'grey', 'purple', 'pink');colorir
parte=data.frame(inter=levels(city\[inter), cor=colorir);parte
city=merge(city, parte);city
mapafinal=attr(map, 'data');mapafinal
mapafinal\[number]=row.names(mapafinal);mapafinal
mapafinal=merge(mapafinal, city, by="ID");mapafinal
names(mapafinal)
mapafinal=mapafinal[order(as.numeric(mapafinal\[number])),];
attr(mapafinal, 'data')=mapafinal
mapafinal
par(mar=c(0,1,0,0))
plot(map, col=as.character(mapafinal\[cor), main="")
coordinates(map)
legend(x=-30, y=10, legend=c("BENIN", "BURKINA FASO",
"COASTA DO MARFIM", "GUINÉ-BISSAU", "MALI", "NIGER",
"SENEGAL", "TOGO"),
cex = 0.9, xpd=TRUE, fill=c('green', 'blue', 'yellow', 'red',
'orange', 'grey', 'purple', 'pink'), bty="n", ncol = 1)
```

Gráfico 2

```
linha1=read.csv("CRESPIB_BENIN.csv",dec = ".", sep=";");linha1
require(fBasics)
basicStats(linha1)
require(xtable)
xtable(basicStats(linha1))
linha1[1:58, ]
P=plot(linha1[1:58, ], type = "l", xlim=c(1960, 2017),
      ylim=c(-5, 11), pch=4, main=" ", ylab="% anual",
      xlab= " ", lwd =2, col=1, axes=FALSE);P
axis(1, at = seq(1960, 2017, 3), las=3, font= 2)
axis(2, at = seq(-5, 11, 2))
points(linha1[1:58, 1], linha1[1:58, 2], pch=19, type="p", col='black',
      abline(h=mean(0, 2, 10)))
grid(nx =24, ny = 22, col = "dark gray", lty = "dotted",
      lwd = par("lwd"), equiloggs = TRUE)
points(linha1[3, ], pch=19, col="red")
points(linha1[5, ], pch=19, col="red")
points(linha1[16, ], pch=19, col="red")
points(linha1[22, ], pch=19, col="red")
points(linha1[24, ], pch=19, col="red")
points(linha1[31, ], pch=19, col="red")
text(1962, -4.3, "Inst. Política")
text(1964, 7.5, "Export. Algodão")
text(1975, -5.3, "Temporada Seca")
text(1981, 10.5, "Emprestimo Estrg.")
text(1991, -5, "Fechamento da Reserva do Petróleo")
text(1990, 9.4, "Mudança Constitucional")
```

Gráfico 10

```

linha=read.csv("pravoce.csv",dec = ".", sep=";");linha
require(fBasics); basicStats(linha)
require(xtable); xtable(basicStats(linha))
cc=linha\${RGBzzPIBR};cc
bb=(linha\${BENzzPIBR+linha\${BURzzPIBR+
linha\${CIVzzPIBR+linha\${RGBzzPIBR+
      linha\${MLIzzPIBR+linha\${NERzzPIBR+
      linha\${SENzzPIBR+linha\${TOGzzPIBR});bb
jj=bb[37:57];jj
mm=bb[38:58];mm
tt=((mm/jj)-1)*100;tt
pp=linha\${ANO};pp
pp=pp[38:58];pp
ww=data.frame(matrix(c(pp,tt), nrow=21,
      ncol=2));ww
plot(ww, xlim=c(1997, 2017), ylim=c(0.2,6.8),
type="l", main=" ", pch=4, axes=F, ylab="% anual",
xlab=" ", lwd=2, font=2, cex.lab=1.2)
axis(1, at = seq(1997, 2017, 2, font=2), las=1, font = 2)
axis(2, at = seq(0.2, 6.8, 0.8))
points(ww, col='black', pch=19)
grid(nx =20, ny = 18, col = "dark gray", lty = "dotted",
      lwd = par("lwd"), equiloggs = TRUE)
points(ww[4, ], pch=19, col="red")
points(ww[5, ], pch=19, col="red")
points(ww[6, ], pch=19, col="red")
points(ww[15, ], pch=19, col="red")
points(ww[16, ], pch=19, col="red")
text(2003.5, 0.1, "Queda na Produção dos Países Membros")
text(2002, 4.4, "Investimento Interno dos Países Membros")
text(2004, 0.7, "Queda na Exportação")
text(2013, 0.68, "Desaceleração da Economia Mundial")
text(2011, 6.7, "Sucesso na Exportação")

```

Gráfico 11

```

require(ggplot2)
linha=read.csv("pravoce.csv",dec = ".", sep=";");linha
Ben=linha\BENzzPIBR[38:58];Ben
Bur=linha\BURzzPIBR[38:58];Bur
Civ=linha\CIVzzPIBR[38:58];Civ
Rgb=linha\RGBzzPIBR[38:58];Rgb
Mli=linha\MLIzzPIBR[38:58];Mli
Ner=linha\BENzzPIBR[38:58];Ner
Sen=linha\SENzzPIBR[38:58];Sen
Tog=linha\TOGzzPIBR[38:58];Tog
ano=linha\ANO[38:58];ano
aa=data.frame(matrix(c(ano, Ben, Bur, Civ, Rgb, Mli, Ner, Sen, Tog),
nrow=21, ncol=9));aa
bb=data.frame(matrix(c(Ben, Bur, Civ, Rgb, Mli, Ner, Sen, Tog),
nrow=21, ncol=8));bb
cc=t(bb);cc
ee=t(aa);ee
dd=cc*10^(-9);dd
leg=c("Benin", "Burkina Faso", "Costa do Marfim", "Guiné-Bissau",
"Mali", "Níger", "Senegal", "Togo")
dimnames=list(ano,leg);dimnames
par(mar=c(2.5,4,1,0.5))
a=barplot(dd, names.arg=ano, las=1, beside = TRUE,
col=c("#3CB371", "#FF6347", "#20B2AA", "#FFD700", "#9370DB", "#CD853F",
"#DC143C", "#708090"), ylim=c(0,40), horiz = F, ylab="US$ bilhões",
legend.text= rownames(dimnames), axes=FALSE)
grid(nx = F, ny = 20, col = "darkgray", lty = "dashed",
lwd = par("lwd"), equilogs = TRUE) axis(2, at = seq(0, 40, 4), las=1)
legend(legend=leg, y=40, x=-4, xpd=T, cex=1, lty=0, bty="n",
ncol=2, horiz = F, fill = c("#3CB371", "#FF6347", "#20B2AA",
"#FFD700", "#9370DB", "#CD853F", "#DC143C", "#708090"))

```

Gráfico 14

```
require(ggplot2)
linhas=read.csv("Rbalanca.csv",dec = ".", sep=";");linhas
basicStats(linhas)
require(xtable); xtable(basicStats(linhas))
ano=linhas[38:58,1];ano
dado=linhas[38:58,11:13];dado
dadot=t(dado);dadot
exp=dadot[1,];exp
imp=dadot[2,];imp
pib=dadot[3,];pib
expor=exp*pib*10^(-8);expor
impor=imp*pib*10^(-8);impor
saldo=expor-impor;saldo
leg=c("Exportação", "Importação", "Saldo")
sac=matrix(c(expor, impor, saldo), nc=21, byrow = TRUE);sac
dimnames=list(ano,leg);dimnames
par(mar=c(4,4.4,4,2))
a=barplot(sac, names.arg=ano, las=1, beside = TRUE,
col=c("green","blue","red"), ylim=c(-180,360), main="Guiné-Bissau - RGB",
cex.names = 1.4, cex.main=1.8,las=3, ylab="US\$ milhões",legend.text=
rownames(dimnames), cex.lab=1.5, font=2, axes=FALSE); a
grid(nx = F, ny = 18, col = "dark gray", lty = "dashed",
      lwd = par("lwd"), equilogs = TRUE)
abline(0,0, col='black', lwd=2)
axis(2, at = seq(-180, 360, 90), cex=1.5, font=2)
legend(x=4, y=410, legend=c("Exportação"), xpd=TRUE,
      fill=c("green"), bty="n", ncol = 1, cex=1)
legend(x=26, y=410, legend=c("Importação"), xpd=TRUE,
      fill=c("blue"), bty="n", ncol = 1, cex=1)
legend(x=48, y=410, legend=c("Saldo"), xpd=TRUE,
      fill=c("red"), bty="n", ncol = 1, cex=1)
```

Gráfico 13

```

require(ggplot2)
linhas=read.csv("Rbalanca.csv",dec = ".", sep=";");linhas

ano=linhas[49:58,1]; dado=linhas[49:58,2:25]; dadot=t(dado)
Aexp=dadot[1,]; Aimp=dadot[2,]; Apib=dadot[3,];
Aexpor=Aexp*Apib*10^(-11); Aimpor=Aimp*Apib*10^(-11);
Asaldo=Aexpor-Aimpor; Acorr=Aexpor+Aimpor;
Acobe=(Aexp/Aimp)*100; Acobet=t(Acobe); Acorrt=t(Acorr);
plot(ano, Acorrt, axes=F, ylab= "US\$ bilhões (US\$ 2010 constante)",
xlab="", main="Exportação + Importação", cex.main=1.6, cex.lab=1.5,
font=2, ylim=c(0,24), xlim = c(2008, 2017.3), type="l", lwd=2,
col="#3CB371")
points(ano, Acorr, col="#3CB371", pch=19, cex=1.0)

Bexp=dadot[4,]; Bimp=dadot[5,]; Bpib=dadot[6,];
Bexpor=Bexp*Bpib*10^(-11); Bimpor=Bimp*Bpib*10^(-11);
Bsaldo=Bexpor-Bimpor; Bcorr=Bexpor+Bimpor;Bcobe=(Bexp/Bimp)*100;
Bcobet=t(Bcobe); Bcorrt=t(Bcorr)
lines(ano, Bcorrt, lwd=2, col="#FF6347")
points(ano, Bcorrt, col="#FF6347", pch=19)

Cexp=dadot[7,]; Cimp=dadot[8,]; Cpib=dadot[9,]; Cexpor=Cexp*Cpib*10^(-11)
Cimpor=Cimp*Cpib*10^(-11); Csaldo=Cexpor-Cimpor; Ccorr=Cexpor+Cimpor;
Ccobe=(Cexp/Cimp)*100; Ccobet=t(Ccobe); Ccorrt=t(Ccorr)
lines(ano, Ccorrt, lwd=2, col="#20B2AA")
points(ano, Ccorrt, col="#20B2AA", pch=19)

Gexp=dadot[10,]; Gimp=dadot[11,]; Gpib=dadot[12,]
Gexpor=Gexp*Gpib*10^(-11); Gimpor=Gimp*Gpib*10^(-11)
Gsaldo=Gexpor-Gimpor; Gcorr=Gexpor+Gimpor; Gcobe=(Gexp/Gimp)*100
Gcobet=t(Gcobe); Gcorrt=t(Gcorr)
lines(ano, Gcorrt, lwd=2, col="#FFD700")
points(ano, Gcorrt, col="#FFD700", pch=19)

```

```
Mexp=dadot[13,]; Mimp=dadot[14,]; Mpib=dadot[15,];
Mexpor=Mexp*Mpib*10^(-11); Mimpor=Mimp*Mpib*10^(-11)
Msaldo=Mexpor-Mimpor; Mcorr=Mexpor+Mimpor; Mcobe=(Mexp/Mimp)*100
Mcobet=t(Mcobe); Mcorrt=t(Mcorr)
lines(ano, Mcorrt, lwd=2, col="#9370DB")
points(ano, Mcorrt, col="#9370DB", pch=19)

Nexp=dadot[16,]; Nimp=dadot[17,]; Npib=dadot[18,]
Nexpor=Nexp*Npib*10^(-11); Nimpor=Nimp*Npib*10^(-11)
Nsaldo=Nexpor-Nimpor; Ncorr=Nexpor+Nimpor; Ncobe=(Nexp/Nimp)*100
Ncobet=t(Ncobe); Ncorrt=t(Ncorr)
lines(ano, Ncorrt, lwd=2, col="#CD853F")
points(ano, Ncorrt, col="#CD853F", pch=19)

Sexp=dadot[19,]; Simp=dadot[20,]; Spib=dadot[21,]
Sexpor=Sexp*Spib*10^(-11); Simpor=Simp*Spib*10^(-11)
Ssaldo=Sexpor-Simpor; Scorr=Sexpor+Simpor
Scobe=(Sexp/Simp)*100; Scobet=t(Scobe); Scorr=t(Scorr)
lines(ano, Scorr, lwd=2, col="#DC143C")
points(ano, Scorr, col="#DC143C", pch=19)

Texp=dadot[22,]; Timp=dadot[23,]; Tpib=dadot[24,]
Texpor=Texp*Tpib*10^(-11); Timpor=Timp*Tpib*10^(-11)
Tsaldo=Texpor-Timpor; Tcorr=Texpor+Timpor
Tcobe=(Texp/Timp)*100; Tcobet=t(Tcobe); Tcorrt=t(Tcorr)
lines(ano, Tcorr, lwd=2, col="#708090")
points(ano, Tcorrt, col="#708090", pch=19)

grid(nx = F, ny = 26, col = "dark gray", lty = "dashed",
lwd = par("lwd"), equilogs = TRUE)
axis(1, at = seq(2008, 2017, 1), cex=1.5, font=2)
axis(2, at = seq(0, 24, 4), cex=1.5, font=2)
```

```

text(2017+0.3,Acorrt[1,10]-0.5, "BEN", font=2, cex=1.2, col="#3CB371")
text(2017+0.3,Bcorrt[1,10], "BUR", font=2, cex=1.2, col="#FF6347")
text(2017+0.3,Ccorrt[1,10], "CIV", font=2, cex=1.2, col="#20B2AA")
text(2017+0.3,Gcorrt[1,10], "RGB", font=2, cex=1.2, col="#FFD700")
text(2017+0.3,Mcorrt[1,10]+0.5, "MLI", font=2, cex=1.2, col="#9370DB")
text(2017+0.3,Ncorrt[1,10]-0.5, "NER", font=2, cex=1.2, col="#CD853F")
text(2017+0.3,Scorrt[1,10], "SEN", font=2, cex=1.2, col="#DC143C")
text(2017+0.3,Tcorrt[1,10]+0.5, "TOG", font=2, cex=1.2, col="#708090")

```

Gráfico 15

```

linha=read.csv("cambio.csv",dec = ".", sep=";")
plot(linha[38:58,], type="l", xlim=c(1997,2017), ylim=c(450,750),
pch=4, main="Taxa de Câmbio CFA (XOF/US$, média anual)",
ylab="XOF/US$, média anual", xlab="", lwd=2, col="#000080", axes=FALSE)
axis(1, at = seq(1997, 2017, 1), font= 2)
axis(2, at = seq(450, 750, 50))
points(linha[38:58,1], linha[38:58,2], type = "p", col = "#191970",
pch=19, cex=1.6)
grid(nx=43, ny = 26, col = "dark gray", lty = "dotted", lwd = par("lwd"),
equilogs = TRUE)

```

Gráfico 23

```

linha2=read.csv("Terra_Cultiv.csv",dec = ".", sep=";")
per=linha2[,2]; ano=linha2[,1];
color <- colorRampPalette(c("darkorange","yellow")); color(55)
barplot(sub, names.arg=ano, ylim=c(0,10),las=3,
main="Terra Cultivável (\% área territorial)" ,
ylab = "\% territorial",col=color(55), axes = FALSE)
grid(nx = F, ny = 20, col = "dark gray", lty = "dashed",
lwd = par("lwd"), equilogs = TRUE)
axis(2, at = seq(0, 10, 2), labels=c("48","50","52","54","56","58"))

```

Gráfico 22

```

require(ggplot2); require(quantmod)
linhas=read.csv("divida.csv",dec = ".", sep=";"); linhas1=linhas[11:57,]
xx=linha\$Indicator.Name
y=linha\$Ações.da.dívida.externa..total..DOD..US..atual.
yy=-y*10^{-6}; aa=data.frame(matrix(c(xx,yy), nc=2))
g=plot(aa, type="l", xlim=c(1970,2016), ylim=c(-1200,0), xlab = " ",
ylab = "DOD, US\$ milhões", lwd=5, col="#8B0000", axes=FALSE, bty = "n")
axis(3, at=seq(1970,2016,2),las=3); axis(2, at=seq(-1200,0,200))
pp=c(xx,seq(2016,1970,-1)); gr=rep(0,47); qq=c(yy, gr)
grid(nx = 50, ny = 26, col = "dark gray", lty = "dashed", lwd=par("lwd"),
equilogs = TRUE)
polygon(pp,qq,col="#FF0000")
title(main="Ações da Dívida Externa Total (DOD, US\$ milhões)", line=-23)

```

Gráfico 16

```

library(ggplot2); library(dplyr); library(reshape2)
linha=read.csv("Tabela29.csv",dec = ".", sep=";");
soma=linha; linha=linha[1:25,]; sd=linha[1,2:8]; sd1=linha[6,2:8]
sd2=linha[12,2:8]; df=sd+sd1+sd2; x1=t((sd/df)*100)
x2=t((sd1/df)*100); x3=t((sd2/df)*100); ano=seq(2010, 2016, 1)
info=data.frame(x1,x2,x3); info=t(info); par(mar=c(2,5,2,13))
barplot(info, names.arg=ano, ylab="% do PIB", cex.axis = 1.8,
cex.names = 1.0, las=1, axes=FALSE, horiz = F,
col=c("#696969","#0000CD","#1E90FF"), border=F)
axis(2, at = seq(0, 100, 20))
legend(legend=c("Setor Primário","Setor Secundário", "Setor Terciário"),
cex = 0.9, x = 8.1, y = 100, xpd=TRUE, fill=c("#696969", "#0000CD",
"#1E90FF"), bty="n", ncol = 1); tt=seq(0.7,7.9,1.2)
info=t(info); info=round(info,2); info1=info[,1]/2
info2=(info[,2]/2+info[,1]); info3=(info[,3]/2+info[,2]+info[,1])
kk=matrix(c(info1,info2,info3), ncol=3)
vv=matrix(c(tt,tt,tt), ncol=3); infoa=info[1:7,]
text(vv,kk,infoa, font=2, col="white", cex=0.8)

```